

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**O USO DO TERRITÓRIO EM BARCARENA: MODERNIZAÇÃO E
AÇÕES POLÍTICAS CONSERVADORAS**

João Santos Nahum

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Samira Peduti Kahil

**Tese de Doutorado elaborada junto
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia- Área de Concentração
em Organização do Espaço, para
obtenção do Título de Doutor em
Geografia.**

RIO CLARO(SP)

2006

918.112 Nahum, João Santos
N154u O uso do território em Barcarena: modernização e ações
políticas conservadoras / João Santos Nahum. – Rio Claro :
[s.n.], 2006
126 f. : il., quadros, mapas

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Samira Peduti Kahil

**1. Geografia - Amazônia. 2. Dinâmica territorial. 3. Sistema
de ação. 4. Configuração territorial. 5. Elite. I. Título.**

Ficha catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

COMISSÃO EXAMINADORA

Aluno

Rio Claro, _____, de _____ de 2006.

Resultado _____

À Duda, Neto e Bruna pelos sorrisos cheios de esperança.

AGRADECIMENTOS

Minha alma está feliz por ter conhecido tantas pessoas maravilhosas ao longo da construção do trabalho, a maioria permanece no anonimato. Todas me apoiaram e muito contribuíram para a realização do que está aqui, como os líderes comunitários, os presidentes de associações de moradores, os integrantes de conselhos municipais, os sindicalistas, os funcionários públicos municipais, ex-funcionários, vereadores e secretários, o pessoal da assessoria de comunicação do Tribunal de Conta do Estado do Pará e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e outros tantos. Todos e cada um emprestaram generosas informações para que eu pudesse analisar e interpretar a dinâmica territorial modernamente conservadora do município de Barcarena.

De inestimável valor foi também a colaboração dos colegas do Núcleo Pedagógico Integrado da Universidade Federal do Pará, permitindo minha ausência das atividades docentes, possibilitando a pesquisa, análise e elaboração desta síntese. Igualmente fundamental para mim foi a concessão, por esta mesma instituição, de bolsa de estudos pelo Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica - PICDT.

Agradeço a Prof^a. Dr^a Samira Peduti Kahil por acreditar que poderíamos construir uma tese de doutoramento, principalmente por assumir a orientação quando me encontrava “órfão” academicamente. Obrigado pela paciência, pelo tempo, pela dedicação, pelo respeito e profissionalismo que dedicou a mim.

Agradeço à Maria Aldenir, grande incentivadora; ao Hermes e à Fátima, amigos hospitaleiros, que acompanharam os momentos iniciais da elaboração do projeto de pesquisa, sugerindo sempre melhorias. Igualmente agradeço as incansáveis, imprescindíveis e sempre atenciosas bibliotecárias da Unesp - Rio Claro e aos colegas Márcio e “Tiba” pelos muitos momentos de reflexões prazerosas.

De coração agradeço a Anna Rita, Demétrio, Dani, Vera, Nelson, Regina, Elvirinha, Adail, Erani, Ivone que constituíram minha família em Rio Claro, sem eles seria impossível este trabalho. Do mesmo modo, sou grato à minha família, pai,

mãe, irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas, cunhados, cunhadas, sogro e sogra pelo incansável apoio quando eu me sentia sem forças, principalmente ao meu irmão Antônio e sua esposa Vera, pois, quando me hospedaram em sua residência em Barcarena, não mediam esforços para viabilizar a realização da pesquisa de campo. Durante o inverno paraense, perdi a conta de quantos banhos de chuva tomamos caminhando por lamaçais que alguns chamam de rua, indo em busca de informações.

Por fim, agradeço a Marlise Boufleuer Nahum, minha amiga e esposa, que compartilhou comigo todos os momentos dessa caminhada, sem a sua cumplicidade seria impossível chegar até aqui.

Acima de tudo agradeço a Deus pelo dom da vida.

O território usado é nosso quadro de vida. “Seu entendimento é, pois fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.”

Milton Santos.

RESUMO

Em **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras** sustentamos a tese que um sistema de ações conservadoras se reproduz a cada processo de modernização do território de Barcarena. As inovações que o território barcarenense conhece, a partir da implantação da Albrás/Alunorte, na configuração territorial ou na administração pública, reproduzem-se de acordo com o sistema de ações conservadoras e compõem uma modernização fabulosa feita de simulações e artifícios, mais preocupada em parecer moderna do que em ser moderna, posto que esconde o sistema de ações políticas dos que usam o território como recurso para garantir os interesses e privilégios de um pequeno círculo de agentes sociais.

Palavras-chave: território, sistema de ação, configuração territorial, modernização, conservação, Barcarena, elite.

ABSTRACT

In **The use of the territory in Barcarena: modernization and politics actions conservatives** support the thesis that a system of conservation actions has reproduced to each process of modernization of the territory of Barcarena. The innovations that the barcarenense territory knows since the implantation of the Albrás/Alunorte, in the territorial configuration or in the public administration, has reproduced in accordance with the conservation of system actions and compose a fabulous modernization of simulation and artifices, more worried in seeming modern than in being modern, it hides the politician system actions that uses the territory as resource to security the intentions of the small circle of social agents.

Word-keys: territory, system of action, territorial configuration, modernization, conservation, Barcarena, élite.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- APLICAÇÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA DE APOIO AO COMPLEXO INDUSTRIAL DE BARCARENA-PARÁ – POSIÇÃO EM 1987. US\$ 1.000,00	27
QUADRO 2- DESTINO DAS FAMÍLIAS DESAPROPRIADAS SEGUNDO O NÚMERO DE FAMÍLIAS POR CADA LOCALIDADE.....	37
QUADRO 3- TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO ICMS, FPM, IPI EXPORTAÇÃO FUNDEF, IPVA-1995-2003	42
QUADRO 4- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARCARENA NO PERÍODO DE 1980-2004	46
QUADRO 5- SITUAÇÃO DOS IMÓVEIS QUANTO ÀS CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE INFRA-ESTRUTURA NO BAIRRO DO LARANJAL	49
QUADRO 6- COMPARATIVO ENTRE PLANO URBANÍSTICO DE BARCARENA E O ESPAÇO PRODUZIDO-TRANSPORTE COLETIVO	55
QUADRO 7- COMPARATIVO ENTRE PLANO URBANÍSTICO DE BARCARENA E O ESPAÇO PRODUZIDO-EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	55
QUADRO 8- COMPARATIVO ENTRE PLANO URBANÍSTICO DE BARCARENA E O ESPAÇO PRODUZIDO-PROMOÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER	56
QUADRO 9- COMPARATIVO ENTRE PLANO URBANÍSTICO DE BARCARENA E O ESPAÇO PRODUZIDO-EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.....	56
QUADRO 10- DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO NA ARRECADAÇÃO DO IPTU EM BARCARENA DE 2000 A 2003.....	69
QUADRO 11- INSTITUIÇÕES RESULTANTES DA REFORMA DO ESTADO	94

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE QUADROS

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO I - O MODERNO REORDENAMENTO TERRITORIAL

DE BARCARENA 17

1- A modernização via Albrás/Alunorte..... 24

2- Lugares de ocupação espontânea 45

3- Um fabuloso lugar planejado: a Vila dos Cabanos 52

CAPITULO II - O USO DO TERRITÓRIO COMO RECURSO

PELA ELITE GOVERNANTE DE BARCARENA 59

1- O sistema de ações conservadoras 60

1.1- A política de despachos 64

1.2- A coerção política 74

1.3- A centralização e a intransparência 78

1.4- A política da cidade em obras..... 86

CAPITULO III - A GESTÃO DE LAURIVAL MAGNO CUNHA E

A IMPLANTAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL..... 90

1- A Lei de Responsabilidade Fiscal:

um instrumento de a reforma do Estado 91

2-A Lei de responsabilidade fiscal e a gestão de Laurival Magno Cunha: modernização e conservação	97
2.1- O planejamento, a participação popular e a transparência na gestão territorial de Barcarena	97
IV - CONCLUSÃO	113
V-REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	120
ANEXO - Sobre as fontes de informação verbal	125

INTRODUÇÃO

Sinto-me feliz por apresentar esta pesquisa de doutoramento sobre o uso do território em Barcarena. Por um momento duvidei de que poderia realizar a tarefa, pois os obstáculos com que me deparei traziam-me indignação e medos paralisantes. Indignei-me quando, ainda no processo seletivo, percebi que começaria o curso sem orientador. Passei quase três anos migrando de um orientador para outro. Isso me fez experimentar a sensação de estar sempre reiniciando o trabalho.

Dentre os orientadores o Prof^o. Dr. Geraldo Müller foi com quem permaneci mais tempo. Hoje, comparando os textos que lhe apresentei com os que compõem esta tese, reconheço que muitas de suas críticas eram mesmo pertinentes.

As conversas entre mim e a atual orientadora foram sempre muito severas, duras, contundentes, mas havia respeito mútuo e admiração profissional. Foi nesse tom que os textos e relatórios de investigação e pesquisa foram construídos, assim como as contribuições do Prof^o Dr. Márcio Cataia e da Prof^a.Dr^a Bernadete no exame de qualificação foram profundamente enriquecedoras para que eu pudesse ter maior clareza do núcleo da tese. Até então esse núcleo era a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal no território de Barcarena e a pesquisa objetivava mostrar mudanças na gestão desse território, que passaria de um padrão tradicional de planejamento e administração pública para um patamar de efetiva participação da sociedade civil. No exame de qualificação, a argüição da banca me mostrou que a implantação dessa Lei é a ponta de um *iceberg* maior, que é a chegada das modernizações na região Amazônica. Estas são implantadas de acordo com práticas políticas conservadoras, reafirmando, isto sim, “o poder do atraso”.

Após o exame de qualificação passamos a sublinhar a tese de que um sistema de ações conservadoras se reproduz à despeito do processo de modernização do território de Barcarena. As inovações que o território barcarenense conhece, seja na sua configuração territorial ou na administração pública, reproduzem-se de acordo com o sistema de ações conservadoras favorecendo a hegemonia política e econômica de um mesmo pequeno grupo decidor.

A tarefa seria trabalhar de forma ousada os fundamentos do método de análise e interpretação do espaço geográfico para viabilizar, renovar nosso propósito de trabalhar os processos de totalizações numa parte do território nacional: um lugar, Barcarena. Depois, de forma ousada, escolher as variáveis que melhor demonstrassem nossa tese principal, tudo isso nos exigia uma dose de coragem, paciência e perseverança.

Quantas versões antecederam a que escrevo agora. Às vezes dormia apaixonado pela última versão que compus, para no dia seguinte guilhotiná-la com o *delete* ou condená-la a lixeira do computador. O processo de alforria deste texto foi um processo de lapidação do texto, enquanto eu mesmo, geógrafo e cidadão ao lapidá-lo, lapidava-me. Provavelmente, este texto e eu nos estranharemos daqui a alguns anos, mas me identifico com ele agora.

No **CAPÍTULO I - O MODERNO REORDENAMENTO TERRITORIAL DE BARCARENA**, partimos do reordenamento do território de Barcarena em função da implantação do sistema de engenharia produtor de alumínio primário da Albrás/Alunorte. A partir deste evento, distinguem-se dois períodos geográficos na dinâmica territorial de Barcarena, um antes e um depois da implantação do Projeto Albrás/Alunorte. Concentramo-nos no último, no qual a modernização assume a forma de reordenamento territorial “imposto” pelos empreendedores e pelo governo federal “como se” tal projeto de modernização levasse em consideração os interesses de toda população de Barcarena.

As ações de reordenamento são propagandeadas “como” políticas imprescindíveis e inevitáveis ao progresso e desenvolvimento municipal, “como se” todos os barcarenenses fossem beneficiados, “como se” esta fosse a única maneira de modernização do território de Barcarena. O reordenamento territorial é também, como veremos no Capítulo II, o fundamento da prática assistencialista, da coerção política sobre a sociedade civil, da centralização de poder e do uso do território como recurso de dominação política pela elite governante municipal.

No **CAPÍTULO II - O USO DO TERRITÓRIO COMO RECURSO PELA ELITE GOVERNANTE DE BARCARENA**, buscamos mostrar que, à exceção da área do complexo industrial, o restante do território de Barcarena, inclusive a Vila dos Cabanos, é comandado por um sistema de ações conservadoras, promotor de centralização administrativa, de falta de transparência e de ausência de participação

da sociedade civil na elaboração do planejamento administrativo, em suma velhas práticas também produtoras de desigualdades territoriais. Além disso, diante de vetores de modernização, principalmente aquelas que chegam para normatizar os processos de descentralização e a democratização administrativa, o prefeito, os vereadores e secretários decidem como implantá-los de modo que atendam aos seus interesses particulares, reeditando em Barcarena o que é recorrente no território brasileiro.

No **CAPÍTULO III - A GESTÃO DE LAURIVAL MAGNO CUNHA E A IMPLANTAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL** buscamos mostrar que esse sistema de ações conservadoras se reproduz a cada processo de modernização do território de Barcarena, enfocando esse processo no momento da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão 2001-2004 de Laurival Magno Cunha. Este governo não usa a Lei como instrumento de ajuste fiscal, tal como foi concebida pela razão global, adequou, isto sim, aos seus interesses o planejamento, a participação popular e a transparência estabelecidos pela Lei, para mostrar-se moderno e esconder seu estilo conservador, antidemocrático e elitista de gestão territorial.

Finalizamos com a **IV- CONCLUSÃO**, que se quer síntese, talvez uma pausa para o recomeço. O momento da conclusão, ao mesmo tempo que uma introspecção e prospecção, nos permitiu dissipar a crença de que realizaríamos muito, mas ao mesmo tempo nos dá a dimensão do pouco que realizamos. Reconhecer isso, nos revigora para pensar questões com que nos deparamos, tais como a necessidade de construção de uma cartografia do poder das elites no estado do Pará, que subsidiaria a elaboração de análises geográficas para elucidar a influência da cultura política tradicional na gestão territorial, mesmo diante dos imperativos de modernização administrativa colocados pela ordem global.

CAPÍTULO I - O MODERNO REORDENAMENTO TERRITORIAL DE BARCARENA

Um objeto se destaca na praia de Caripi, no rio Pará, localizada a leste do vilarejo de Itupanema e distante aproximadamente 5km da Vila dos Cabanos – a Casa da Árvore. Uma singular e imponente casa erguida sobre pilares escondidos entre duas grandes árvores, sugerindo aos curiosos olhares que a mesma está suspensa na copa destas. Toda de madeira de lei, ela é parte do Hotel Sumaúma, conjunto de pousadas, cujo estilo lembra as habitações feitas para suportar neve e clima frio. O hotel compõe a paisagem arquitetada a partir do empreendimento produtor de alumínio primário chamado Albrás/Alunorte. Em função destas empresas reorganiza-se a configuração territorial, a dinâmica social, em suma o território usado ou o espaço geográfico de Barcarena.

Antes da instalação dessas empresas, Caripi era um lugar que não dispunha de qualquer infra-estrutura, exceção dos pequenos barcos que faziam o transporte fluvial para esta praia, por isso pouco freqüentada. No final da década de 1970 e início de 1980 na medida em que, para viabilizar o sistema de produção de alumínio, se acrescentam na configuração territorial de Barcarena portos, estradas, núcleo urbano planejado, fábrica, sistema de energia, a praia vê-se transformada em área de lazer da Vila dos Cabanos. Instala-se em Caripi rede de energia, de água encanada, telefonia, serviços de hotelaria, bares, restaurantes, segurança, salvavidas, limpeza, coleta de lixo. Tudo isso diferencia o lugar de outros lugares do litoral barcarenense, tornando-o parte das rotas turísticas. A freqüência de visitantes aumentou a partir de 2002, com a ligação de Belém à rodovia PA-150 e ao porto de Vila do Conde, através da Alça Viária, incluindo Caripi no circuito comercial paraense.

Saindo de Caripi, seguindo em direção a noroeste, depois de passar pela Vila de Itupanema, encontramos a Vila do Conde. Lugar sossegado, assemelha-se a *Macondo*, lugarejo descrito por Gabriel Garcia Márquez em *Cem Anos de Solidão*: igreja, casas simples de madeira ou alvenaria, de modelos variados, algumas eternamente inacabadas e muitas contornando a praça de São João Batista. Na vila,

próximo à praia, destaca-se o estigmatizado lugar das profissionais do sexo, com suas ruas escuras, de piçarra e estreitas, onde remanescem bares que, na maioria dos casos, resumem-se a casas simples, onde no cômodo da frente está um balcão, prateleiras com bebida e cigarro, uma mesa de bilhar sob fraca iluminação e um proprietário que atende os freqüentadores. Tais estabelecimentos comerciais, geralmente, sem requinte algum em termos de cardápio, de atendimento, de higiene e segurança, precediam a entrada do salão no qual funcionava o agenciamento de prostitutas. Contudo, havia os refinados em que esses serviços eram oferecidos com qualidade proporcional ao poder de compra do usuário, principalmente se ele fosse estrangeiro. Nesse caso, era possível que o gerente da “casa de show” colocasse para leilão alguma “menina da noite”¹. No final da década de 1970 e início de 1980, os arredores da praia de Vila do Conde singularizaram-se como “Zona de Lazer”, onde o “fichado”, o “peão” - codinomes locais do migrante - gastava parte de seu dinheiro.

Antes da instalação do complexo Albrás/Alunorte, Vila do Conde era um lugar onde as atividades econômicas eram a caça, a pesca, a coleta de frutos e o plantio de mandioca. Ali, tal como em outros lugares de Barcarena, os moradores conheciam a procedência uns dos outros, as relações sociais celebravam laços de solidariedade. A atividade produtiva alicerçava-se, predominantemente, nos sítios familiares, geralmente pequenas propriedades sustentadas em relações sociais de produção não-assalariadas. Quem não possuísse terra para produzir, ocupava-se de atividades tais como carpintaria, construção civil, pequenos estabelecimentos comerciais, ou serviços gerais. Atualmente, na Vila do Conde, são poucas as famílias que vivem ainda da pequena produção agrícola, agora trabalham na área urbana no núcleo de Vila dos Cabanos, na sede do município ou em outra localidade.

Outra parte do território de Barcarena é a Vila de São Francisco, situada na margem direita do rio Barcarena. Foi aí que os jesuítas, no século XVIII, construíram a igreja de São Francisco, a primeira do município. Em 1943, quando Barcarena tornou-se município, até então era distrito de Belém, sua primeira sede administrativa foi estabelecida na Vila de São Francisco. Este lugar no entanto, por

¹ Cf. G. Dimenstein (1995) em **Meninas da Noite, a prostituição de meninas-escravas no Brasil**, nesta investigação jornalística também chegou à Vila do Conde e às casas de leilões de meninas.

causa do pequeno fluxo de navegação no rio Barcarena, enfrentava dificuldades econômicas. Assim, a condição de município foi acompanhada de aspiração por mudança territorial. Os comerciantes e a população em geral reclamavam por estarem deslocadas do eixo de circulação econômica que conduzia até Belém.

A partir de 1946, o prefeito Frederico Duarte de Vasconcelos levou a público a idéia de se mudar a sede do município para a margem esquerda do rio Mucuruçá. Apesar da obstinada convicção local a favor da transferência da sede, os debates políticos foram muito intensos. Este processo durou de 1946 até 1952, muitas vezes recebendo amplo apoio de grupos opositores locais, outras vezes sendo utilizada como *marketing* político de partidos em períodos eleitorais, até ser aprovada por Decreto Estadual pelo Interventor Federal em 1952.

De acordo com **Subsídios Para Um Estudo da História do Município de Barcarena**, o sonho dos moradores e políticos locais foi concretizado, pelo menos do ponto de vista legal através da Lei Municipal nº 71 de 29/10/52 e da Lei Estadual de nº 534 de 23/08/53. Contudo, somente com a mudança do centro da administração municipal e com a edificação do prédio da prefeitura na segunda gestão de Raimundo Alves Dias (1959-1963), que o projeto de transferência da sede tornou-se uma realidade.

Na primeira gestão do prefeito Laurival Campos Cunha, 1963-1967 a configuração territorial da nova sede distrital adquire contorno. Esta gestão comanda o primeiro reordenamento territorial de Barcarena, cedendo terrenos e material de construção, incentiva os moradores da Vila de São Francisco, popularmente denominada de “Velha Barcarena” a mudarem para o novo distrito sede, onde são erigidos os prédios da prefeitura e da câmara legislativa, do fórum, da delegacia, do terminal rodoviário, a área comercial, em suma um conjunto de objetos geográficos que consolidariam o lugar como centro da vida política e econômica. Assim, a vila de São Francisco deixa de ser a sede administrativa municipal.

Hoje ainda a tranqüila vida cotidiana de São Francisco só muda de feição e se agita nos momentos de “círio” e “arraial”, denominação das festividades religiosas comemorativas de seu santo padroeiro. O lugar é marcado por habitações simples de madeira ou alvenaria, nem todas dispoendo de água encanada ou energia elétrica, muito menos telefone e transporte coletivo. Os serviços de coleta de lixo deficitários, tratamento de esgoto quase inexistente e a qualidade das ruas de piçarra coberta

por piche e esburacadas denunciam a precariedade dos serviços públicos. Deficiência ainda maior nos serviços de saúde e segurança pública.

A Vila de São Francisco, a Vila do Conde e Caripi são lugares (MAPAS 1 e 2) constituídos por sistemas de objetos que

têm autonomia de existência pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificações, calçamento-, mas que não têm autonomia nos sistemas de ações, pois todos os dias novas ações substituem as antigas, se impõem e se exercem. (SANTOS, 1991, p. 52).

Tais lugares são frações ou partes do território barcarenense, por conseguinte, não têm autonomia de significação visto que seus sistemas de ações estão relacionados ao que acontece em outros lugares de Barcarena, do Pará, do Brasil.

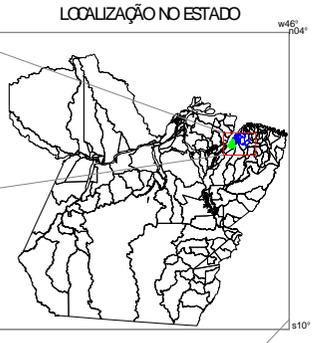
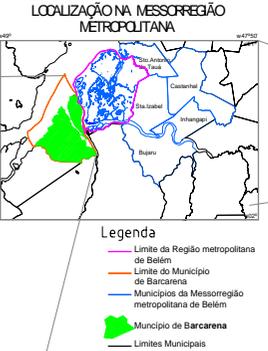
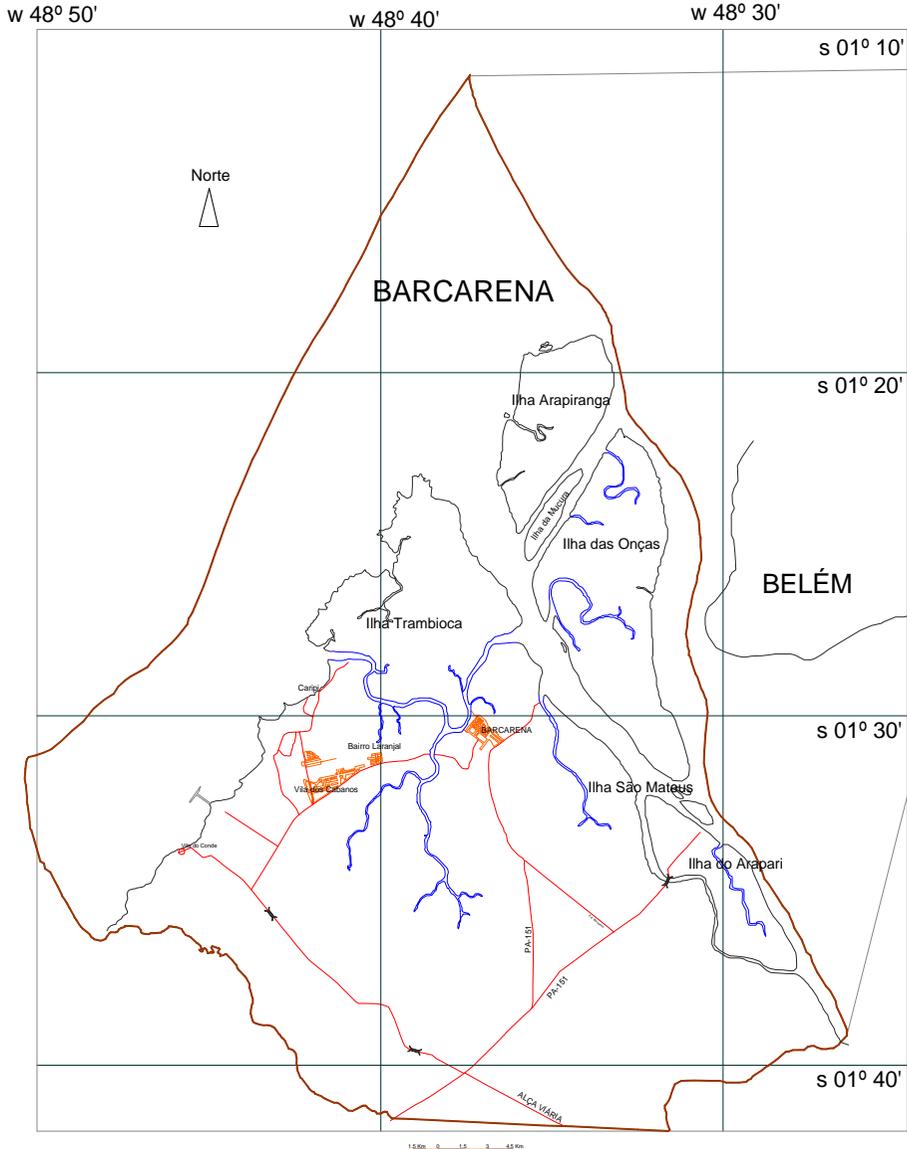
Esses lugares testemunham as desigualdades territoriais produzidas a partir do novo que ai se instala com a chegada, por exemplo, de um grande empreendimento, a Albrás/Alunorte. Todo o processo de reordenamento territorial exigido para a implantação dessas empresas, tais como a construção de sistemas de produção, energia, transporte e comunicação, um núcleo urbano planejado, os lugares de ocupação espontânea e o crescimento das receitas do município, tudo integra uma modernização fabulosa feita de simulações e artifícios, mais preocupada em parecer moderna do que em ser moderna, posto que esconde o sistema de ações políticas conservadoras que usa o território como recurso para garantir os interesses do pequeno círculo dos agentes decididores², as empresas e a elite governante municipal.

Assim é que as ações de reordenamento são propagandeadas “como” políticas imprescindíveis e inevitáveis ao progresso e desenvolvimento, “como se” todos os barcarenenses fossem ser beneficiados, “como se” esta fosse a única maneira de modernização do território de Barcarena. Mas tudo concorre para que se reproduza de forma conservadora os privilégios e interesses da elite econômica e política. O reordenamento territorial é também, como veremos no capítulo seguinte,

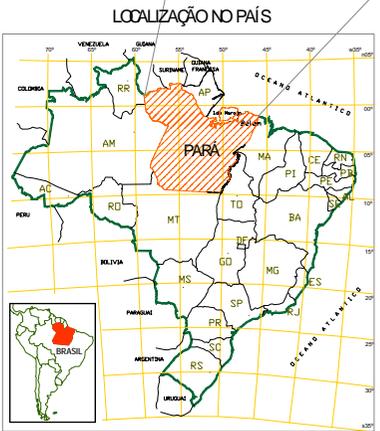
² Entendemos, tal como M. Santos (1999), que “um decisor é aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar.” (SANTOS, 1999, p. 65).

o fundamento da prática assistencialista, da coerção política sobre a sociedade civil, da centralização de poder e o uso do território como recurso de dominação pela elite governante municipal.

MAPA 01 LOCALIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO - BARCARENA-PA



FONTE:
 Governo do Estado do Pará/Secretaria Executiva de Indústria,
 Comércio e Mineração - SEIC/Programa de Informações Básicas
 DATA: 1999
 Elaboração do Mapa:
 João Nairam e Danny Sousa
 Layout: Danny Sousa 01/2006

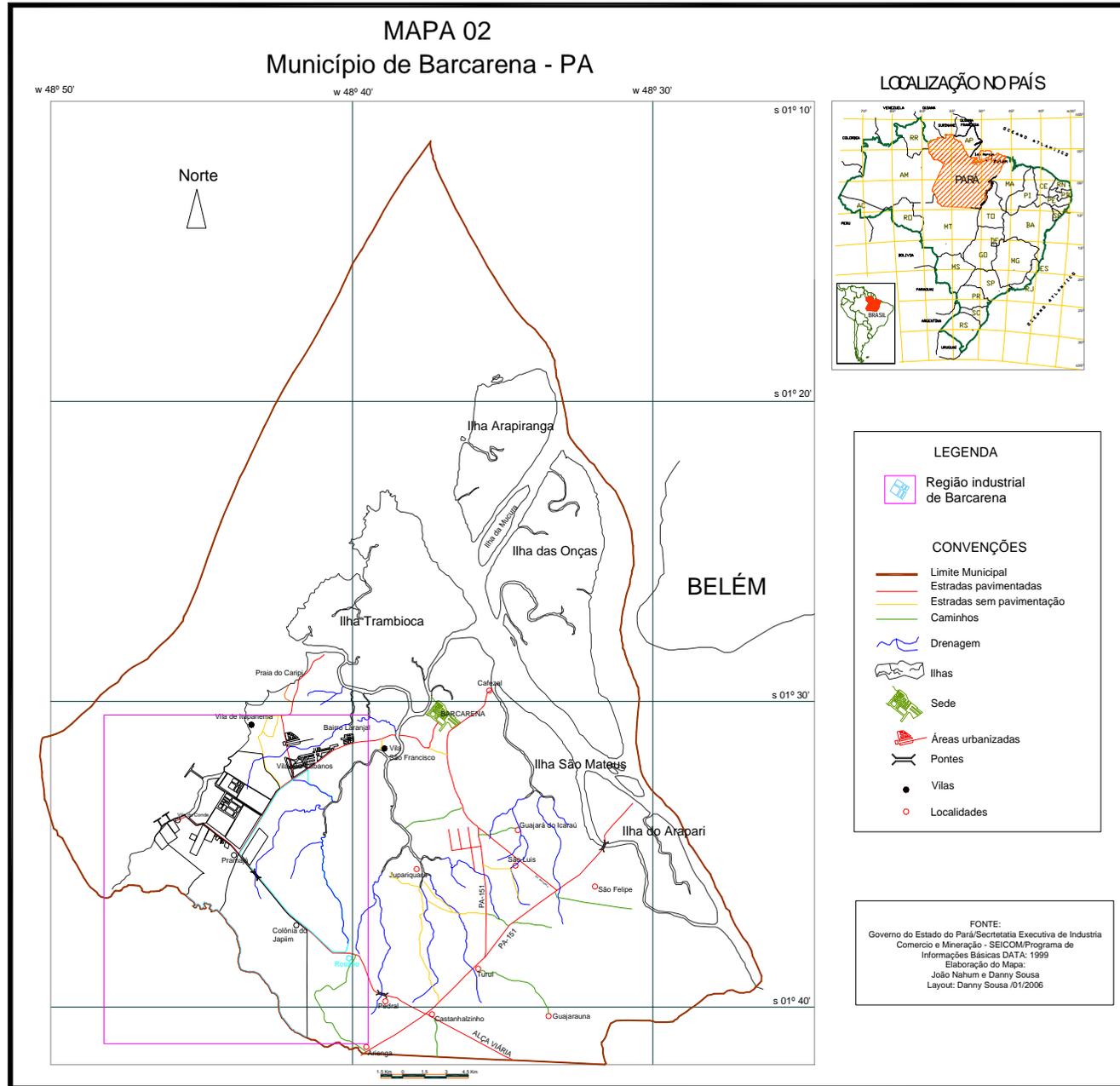


LEGENDA

- Limite do Município de Barcarena
- Municípios da Messorregião metropolitana de Belém
- Limites Municipais

CONVENÇÕES

- Urbanização
- Rios



1- A modernização via Albrás/Alunorte

Na década de 1970 o aumento nos preços do petróleo, seguido de sua exploração cartelizada, através da Organização dos Países Exportadores e Produtores de Petróleo – OPEP, impulsiona um reordenamento na divisão do trabalho em nível global. Segundo M. Santos (1999, p. 106) a divisão do trabalho é “um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente”. Um aspecto dessa distribuição foi a transferência de plantas industriais produtoras de alumínio primário, gerenciadas por empresas e conglomerados de capital japoneses para territórios que melhor oferecessem vantagens competitivas.

Dentre as vantagens, “contou a favor” do território paraense a presença de jazidas de bauxita às margens do rio Trombetas, no município de Oriximiná, conhecidas desde 1963. Mas, o valor real desses recursos não “depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar de um lugar.” (SANTOS, 1999, p.107). A qualificação geográfica para a viabilidade desses recursos minerais se constrói a partir do convite que o governo brasileiro fez ao grupo japonês da *Aluminium Resources Development Co* (ARDECO), para colaborar com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), então empresa estatal não totalmente privatizada, na realização de estudos para a produção de alumina na região Amazônica.

O uso das riquezas naturais como recurso do território paraense intensificou-se no regime do pós-1964, culminando com “a recriação, pelos militares, da Amazônia como fronteira” (IANNI, 1981, p.141), através da Operação Amazônia em 1966-1967. A Operação almejou integrar a Amazônia brasileira à divisão territorial do trabalho. Para tanto, os governos militares criaram:

a)- a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, alterada e inovada pela Lei 5.373 de 7 de dezembro de 1967);

b)- o Banco da Amazônia S/A- BASA (Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966);

c)- a Zona Franca de Manaus (Lei 6.1244, de 28 de agosto de 1967, regulamentada pelo Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967);

d)- a legislação sobre concessão de incentivos fiscais (Lei 5.174, de 27 de outubro de 1966).

O Estado brasileiro, sustentado também num sistema de ações conservador, qualifica geograficamente os recursos da Amazônia criando condições normativas e técnicas para estender a esta parte do território nacional seu modelo de modernização, que combina interesses “geopolíticos com desenvolvimento extensivo do capitalismo na região”. (IANNI, 1981, 141). Tal modelo, na prática, fez os “governos militares comprometerem profundamente o aparelho estatal com os interesses do capital monopolista estrangeiro e nacional.” (IANNI, 1986, p.16). Um exemplo deste comprometimento foi a privatização, desnacionalização, por dentro, da Companhia Vale do Rio Doce, resultado da intensa associação da “estatal” com grupos multinacionais, sobretudo nas décadas de 1970-1980. Segundo A. Oliveira (1993, p.48-49), “através de 17 empresas, a CVRD está coligada com outros grupos nacionais e internacionais [...] constituindo-se numa espécie de articulação das estatais/multinacionais”.

O Estado assume, então, papel de avalista da internalização dos interesses externos, representados na Amazônia, dentre outros, pelos grandes projetos e empreendimentos mineiro-metalúrgicos e hidroelétricos. Por meio de um sistema de ações conservadoras, o Estado atuou como empreendedor e direcionou o fundo público para criar condições territoriais favoráveis ao investimento em projetos vinculados a silvicultura, a pesca, a agropecuária, ao beneficiamento de madeira, mas, sobretudo às grandes obras de infra-estrutura energética e produção mineiro-metalúrgica. Assim é que paradoxalmente no Brasil o fundo público “passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação do capital de um lado, e, de outro do financiamento da reprodução da força de trabalho”. (OLIVEIRA 1998, p.19-20).

O governo federal ofereceu aos empreendedores da Albrás/Alunorte uma série de incentivos visando atrair para a região a planta industrial de alumínio. A energia foi um dos principais atrativos, não só pela quantidade, que a produção de

alumínio demanda, como pelo preço e pela forma como este insumo foi ofertado. Em setembro de 1973 a ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A- foi criada para ampliar a exploração do potencial energético da região e construir um grande sistema de engenharia, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí fornecedora de energia aos Grandes Projetos de produção mínero-metalúrgicos.

Em verdade, quando a construção da hidrelétrica foi decidida, em 1974, ela seria apenas o apêndice de um dos maiores complexos industriais de alumínio do mundo, a Albrás/Alunorte [...] Sozinho, esse empreendimento exigiria não menos do que 1,3 milhão de kw, sete vezes mais do que Belém, com seu primeiro milhão de habitantes consome atualmente.

Mas quando os japoneses foram calcular o custo da hidrelétrica, que ficaria a 300 quilômetros de distância das duas fábricas, se assustaram e pediram ao governo brasileiro que aliviasse o consórcio desse enorme peso. A hidrelétrica, exigindo 2,5 bilhões de dólares, custaria mais do que as instalações industriais propriamente ditas. O governo transferiu, então, o encargo para a Eletrobrás, que decidiu executá-lo recorrendo a empréstimos internacionais.

Nesse período, entretanto, as dimensões da Albrás/Alunorte foram reduzidas à metade e ela já “só” exigiria 644 kw, ainda assim 5% de todo o consumo brasileiro de energia, o que lhe garante o título de maior consumidora individual de energia do país [...] (PINTO, 1982, p.19).

O Estado brasileiro, além de ter custeado a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, colocando-a à disposição da Albrás/Alunorte, para facilitar o estabelecimento do grande projeto, ainda custeou e construiu todos os sistemas de engenharia de transporte no setor hidroviário e rodoviário, um porto graneleiro e de carga geral para navios de grande calado, além do núcleo urbano (QUADRO 1).

QUADRO 1- APLICAÇÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA DE APOIO AO COMPLEXO INDUSTRIAL DE BARCARENA-PARÁ - POSIÇÃO EM 1987. US\$ 1.000,00.

SUBPROGRAMA	VALOR	PART(%)
Projetos e Obras Rodoviárias	3.552,7	4,0
Projetos e Obras Portuárias e Hidroviárias	30.369,0	34,0
Projetos e Obras de Implantação do Núcleo Urbano de Vila dos Cabanos	36.021,3	40,3
Projetos e Obras pra a Área de Influência do Complexo Industrial	4.970,4	5,5
Outros	4.172,7	4,6
Administração e Acompanhamento	6.769,0	7,6
Operação e Manutenção	3.383,5	3,8
Consultoria Técnica e Fiscalização	164,8	0,2
Total	89.403,4	100,0

Fonte: LÔBO (1996, p. 127)

Segundo M. Lobo (1996), o leque de benefícios concedidos pelo Estado aos empreendedores do alumínio é ampliado quando o projeto Albrás/Alunorte, que nasce no âmbito do III Plano de Desenvolvimento da Amazônia –1980-1985, passa, em 1981, a integrar o conjunto dos empreendimentos do Programa Grande Carajás - PGC, recebendo assim tratamento especial pelos órgãos e entidades da Administração Federal para efeito de:

- 1) Concessão, arrendamento e titulação de terras públicas, regularização e discriminação de terras devolutas ou, quando for o caso, desapropriação de terras particulares necessárias à execução dos projetos;
- 2) Licença ou concessão para construção e operação de instalações portuárias;
- 3) Contratos para fornecimento de energia elétrica e para transporte fluvial;
- 4) Cessão ou arrendamento de direitos de exploração mineral ou florestal;
- 5) Autorização, emissão de guias e concessão de financiamentos para exportação;

- 6) Autorização e emissão de guias para importação de máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como conjuntos, partes, peças, acessórios, destinados à implantação, ampliação, modernização ou reaparelhamento de empresas, inclusive no caso de investimento direto estrangeiro, sob a forma de bens ou serviços;
- 7) Autorização e registro de empréstimos externos, inclusive para o pagamento no exterior de bens ou serviços;
- 8) Concessão de aval ou garantia do Tesouro Nacional, ou de instituições financeiras públicas, para empréstimos no exterior;
- 9) Autorização para financiamento de empresas de mineração;
- 10) Participação, com recursos públicos, no capital social das sociedades titulares dos projetos;
- 11) Aprovação de contratos de transferência de tecnologia, assistência ou consultoria técnica para a implantação e operação de projetos. (LÔBO, 1996, p.139).

O sistema de ações conservadoras portanto, criou condições para a ALBRÁS - Alumínio Brasileiro S/A, se estabelecer em Barcarena. Empresa produtora de alumínio primário possui, atualmente, a maior capacidade instalada do Brasil. A Albrás foi implantada, no final dos anos 70, resultado de um acordo binacional entre os governos do Brasil e do Japão. Ela tem como acionistas a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com 51% do capital, representada por sua subsidiária Vale do Rio Doce Alumínio - S/A ALUVALE- à época a CVRD não era totalmente privatizada, o que ocorreria em 1997; e a *Nippon Amazon Aluminium Co. Ltda* - NAAC, uma associação de 32 empresas japonesas, com 49% do capital. O investimento total para implantação da Albrás foi de US\$ 1,5 bilhão.

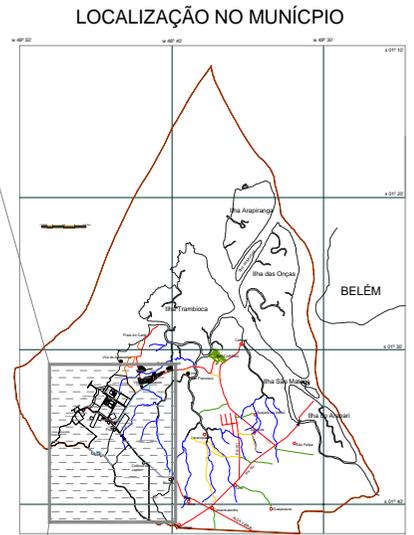
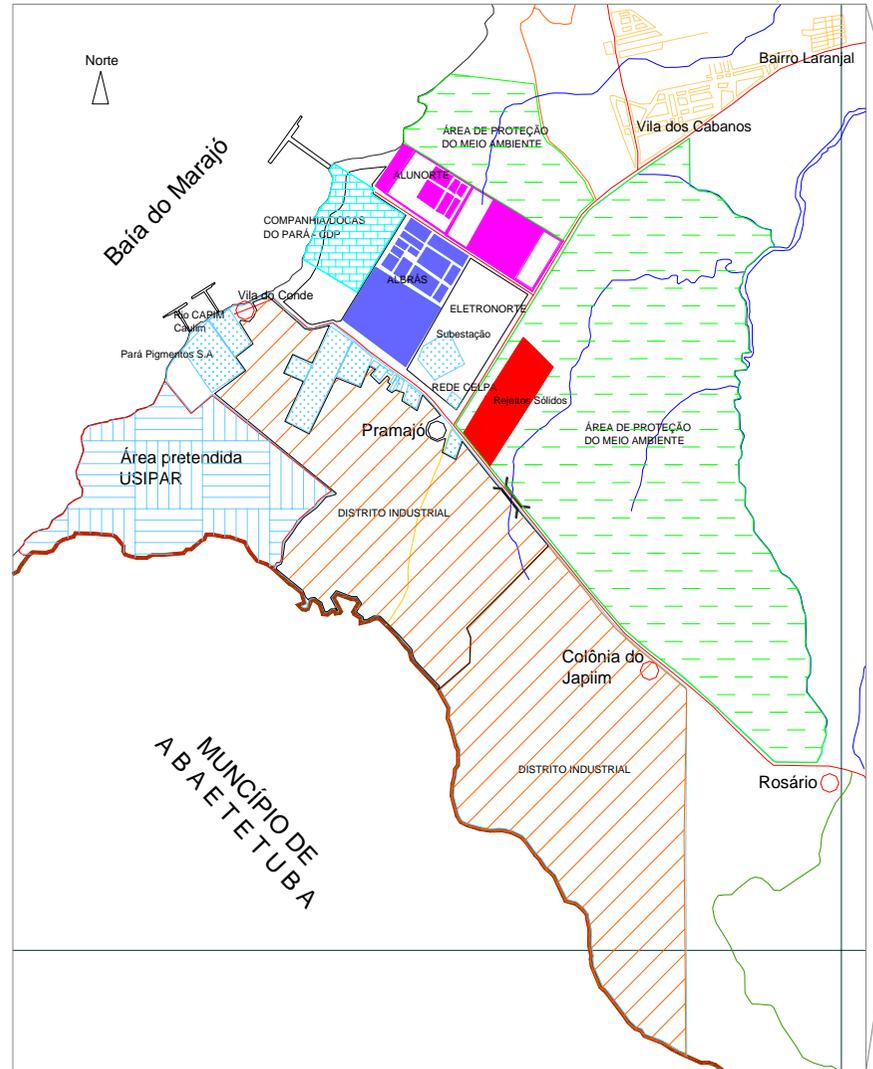
A área definida para a instalação do complexo industrial produtor de alumínio em Barcarena, localizado a 7 km da sede do município, ocupa 40.000ha, distribuídos da seguinte forma (MAPA 3) : a)- *a área industrial*: compreende o porto localizado em Ponta Grossa, na Vila do Conde; a área da Alunorte, próximo ao porto; a área da Albrás, situada em frente ao porto e contínua ao lote da Alunorte; a área da Eletronorte, situada próxima ao lote da Albrás destinada a instalação da subestação rebaixadora de tensão, que chega da hidrelétrica de Tucuruí; e a área de expansão, colocada à disposição da Companhia de Distritos Industriais do Pará - CDI, para a instalação do Distrito Industrial; b)- *a área de expansão urbana*:

reservada a atender a demanda de lotes industriais; c)- *a área de transição*: destinada à proteção da Reserva Ecológica e apoio das atividades diversificadas, de natureza industrial; d)- *a área de implantação do Novo Núcleo Urbano de Barcarena*: onde estão instaladas as residências dos trabalhadores da Albrás/Alunorte.

O sistema produtivo das empresas foi implantado em duas fases, cada uma com capacidade nominal de 160 mil toneladas/ano. A primeira fase começou a operar em julho de 1985 e a segunda atingiu plena capacidade no início de 1991. Ao longo do tempo, após a implantação de sucessivas melhorias tecnológicas, a fábrica atingiu a capacidade de 360 mil toneladas/ano e, com a expansão realizada em 2001, a produção anual chegou a 406 mil toneladas do metal.

A escolha da área onde o complexo Albrás/Alunorte se localiza levou em consideração: 1)- a relativa proximidade das fontes de seus principais insumos - bauxita e energia elétrica; 2)- a possibilidade de construção e utilização de um porto que permitisse a atracação de navios de grande capacidade, acima de 40.000 toneladas; 3)- as características de solo com topografia plana e do subsolo bastante favorável para o suporte de fundações da fábrica; 4)- a existência de água com qualidade e volume para uso industrial; 5)- a disponibilidade de mão-de-obra barata; 6)- área com baixa densidade de ocupação e, ao mesmo tempo, próxima de um grande centro urbano. Após análise dos fatores e diante das alternativas existentes, foi definido que ele deveria ficar na área de influência de Belém. Barcarena era o território que reunia muitas dessas características vantajosas.

MAPA 03 Configuração Territorial da Área industrial de Barcarena - PA



LEGENDA		CONVENÇÕES	
ÁREAS INDUSTRIAIS		— Limite Municipal	
Áreas de proteção do meio ambiente	Distrito industrial	Estradas pavimentadas	Estradas sem pavimentação
ALBRÁS	ALNORTE	Caminhos	Drenagem
Área pretendida pela USIPAR	Área de rejeitos sólidos	Áreas urbanizadas	Pontes
Outras empresas	Companhia docas do Pará CDP	Vilas	Localidades



FONTE:
 Governo do Estado do Pará/Secretaria Executiva de Indústria
 Comércio e Mineração - SEICOM/Programa de
 Informações Básicas DATA: 1999
 Elaboração do Mapa:
 João Nâhumi e Dairny Sousa
 Layout: Dairny Sousa 01/2006

Assim, numa parte do território barcarenense instala-se um sistema de objetos técnicos, associados aos sistemas de ações também técnicas, que indissociavelmente e solidariamente são instrumentos de relações e aproximações entre lugares e regiões, quer à escala do país, quer entre países. Em outros termos, assim como a produção hoje se fragmenta dentro da empresa e entre empresas, o que exige “uma unidade política de comando e essa unidade política de comando funciona no interior das firmas” (SANTOS, 2000, p.26-27), também ocorre uma fragmentação do território daí a necessidade de centralização, de um controle remoto das ações agora dispersas. Vejamos:

a)- energia elétrica³:

A energia elétrica utilizada é gerada pela Eletronorte, na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no Rio Tocantins, município de Tucuruí, a 300 km da fábrica, e é fornecida à Albrás de maneira subsidiada⁴. Ela é responsável pela utilização de mais de 15% da geração desta usina, cuja capacidade atual é de 4.000 MW. A energia chega na tensão de 500 KV na subestação de Vila do Conde, onde é rebaixada para 230 KV, tensão em que é fornecida à empresa.

b)- as matérias-primas:

1)- a alumina: matéria-prima básica para a produção industrial do alumínio, é obtida a partir do beneficiamento da bauxita, minério abundante na região do Rio Trombetas, no noroeste do Estado do Pará. Nos primeiros dez anos de operação, a Albrás utilizou alumina importada de diversos países como os Estados Unidos, o Suriname e a Venezuela. Entretanto, com o início da produção da Alumina do Norte do Brasil S/A -ALUNORTE⁵, em 1995, essa matéria-prima passou a ser fornecida diretamente por esta empresa. A bauxita produzida pela Mineração Rio do Norte é transportada por 1.000 km ao longo dos rios Trombetas e Amazonas e

³ As informações sobre os componentes desse sistema, principalmente as concernentes aos processos produtivos estão disponíveis em:< www.albras.net>. Acesso em: 07 jun. 2004.

⁴ Lúcio Flávio Pinto em **Albrás e Eletronorte assinaram maior contrato de energia do país** cita alguns termos do novo contrato entre a Eletronorte a Albrás para o fornecimento de energia. A *joint-venture* Albrás pagará R\$ 53.00 o MWh. Ver Fonte: Jornal Pessoal -21/05/2004. Disponível:<www.amazonia.org.br/noticia/noticia>. Acesso em: 07 jun. 2004.

⁵ A Alunorte tem em sua composição acionária: CVRD - Companhia Vale do Rio Doce S.A, 57,03%; Norsk ASA, 34,03%; NAAC- Nippon Amazon Aluminum Co. 3,80%; CBA -Companhia Brasileira do Alumínio, 3,6%; JAIC -Japan Alunort Investment Co, 19%. Mitsui & Co, 023%, e Mitsubischi Corporation, 0,10%. Fonte: <www.alunorte.net>. Acesso em: 07 jun. 2004.

desembarcada no porto de Vila do Conde, de onde é conduzida à Alunorte, para o refino, sendo dela extraída a alumina, que abastece a Albrás e é também exportada para outras indústrias de alumínio, no Brasil e no exterior.

2)- o fluoreto de alumínio: um produto adquirido pela Albrás no mercado internacional, principalmente de grandes fabricantes no México e Tunísia. O fluoreto tem o aspecto de um pó esbranquiçado e é recebido em sacas, ou *big-bags*, pelo Porto de Vila do Conde.

3)- o coque de petróleo: componente principal para a fabricação de anodo, o coque é obtido pela calcinação do chamado coque verde originado nas refinarias de petróleo, tem o aspecto de carvão granulado e é recebido a granel, de grandes fornecedores principalmente dos EUA e Índia.

4)- o piche eletrolítico: obtido a partir da destilação do alcatrão de carvão mineral, é utilizado na fabricação de anodos como aglomerante das partículas de coque. Ele é fornecido na forma sólida, o chamado piche “pencil”, basicamente por empresas européias, alemãs e francesas.

5)- O óleo pesado, BPF, ou Tipo A: a Albrás utiliza grandes quantidades deste óleo, nos fornos de cozimento, que serve como combustível para queima e geração do calor necessário para produzir anodos cozidos com as propriedades especiais exigidas pelo processo eletrolítico, dentre elas a elevada resistência mecânica e baixa resistividade elétrica. O óleo consumido pela Albrás é fornecido diretamente por duas grandes companhias petrolíferas com instalações próximas à fábrica, no Porto de Vila do Conde.

c)- tecnologia de produção:

A Albrás adotou para seus 960 fornos a tecnologia da Mitsui Aluminium Co. Ltda, do Japão, que utiliza anodos pré-cozidos, produzidos na própria planta industrial da empresa.

Os principais insumos necessários para a produção de uma tonelada de alumínio primário são, aproximadamente:

Alumina (Al ₂ O ₃)	1.920kg
Coque (C)	400kg
Piche(C)	100kg
Fluoreto de Alumínio (AlF ₃)	20kg
Energia Elétrica(CC)	14.000kWh

O produto final da Albrás é o lingote de alumínio de 22 quilos, com pureza mínima de 99,7%Al. A fundição da Albrás dispõe de equipamentos que possibilitam também a produção de ligas de alumínio e lingotes especiais de até 500 quilos. A produção atende indústrias locais, mas em sua maior parte é destinada ao mercado externo. O alumínio é exportado através do porto de Vila do Conde, abastecendo os mercados do Japão, Europa e Estados Unidos.

d) – os sistemas de transporte:

O Porto de Vila do Conde foi projetado para servir ao complexo de produção alumina-alumínio e ao distrito industrial já planejado para a área, podendo receber navios de até 75.000 toneladas. Dista 1 km da fábrica da Albrás. O Porto de Vila do Conde é um porto público sob responsabilidade da Companhia das Docas do Pará - CDP e, em 2002, integrou a malha rodoviária do Estado. Além de servir à fábrica da Albrás, que por ele exporta 97% da sua produção e importa quase toda matéria prima, o porto está adaptado para descarregar bauxita, soda cáustica e óleo combustível. Ele também é utilizado para o carregamento de navios com hidrato e alumina entre outros tipos de carregamento, servindo inclusive ao mercado doméstico.

O deslocamento de Belém à Albrás/Alunorte e à Vila dos Cabanos, faz-se por meio de transporte fluvial, rodofluvial e rodoviário. Para passageiros e pequenas cargas, as alternativas mais práticas são as lanchas rápidas - 50 minutos - ou pequenos barcos - 2 horas - que deixam Belém, de dois portos diferentes: Arapari Navegação e Foca Navegação. Os destinos são os portos de S. Francisco e Cafezal, próximos a Vila dos Cabanos e Albrás/Alunorte.

Outra opção é o transporte rodofluvial, realizado por uma única empresa - Arapari Navegação. São cinco viagens diárias que se iniciam pela travessia da Baía

do Guajará, de Belém até a ilha do Arapari, em grandes barcos, levando aproximadamente 50 minutos. Do porto do Arapari até a Albrás e Vila dos Cabanos, a viagem continua em ônibus, por mais ou menos 40 minutos. Para veículos de cargas e de passageiros, o acesso pode ser por meio de *ferry boats*, ou balsas, que deixam Belém a cada hora, e a travessia até a ilha do Arapari dura uma hora. Daí toma-se a estrada até a Albrás e Vila dos Cabanos, distantes aproximadamente 40 quilômetros. Mais recentemente, inaugurada em setembro de 2002, a Alça Viária, que se inicia na rodovia BR-316, nas proximidades de Belém é que permite acesso totalmente por rodovia até a Albrás e Vila dos Cabanos.

e) O núcleo urbano de Vila dos Cabanos:

Um núcleo residencial foi criado para atender os empregados da Albrás e demais empresas que se instalaram na área industrial. O projeto urbanístico e a implantação da Vila ficaram a cargo da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR, vinculada ao governo federal, que detém a titularidade das terras e comercializa os terrenos urbanos. Além disso, tem como responsabilidade zelar pela obediência ao plano urbanístico da localidade. A Vila dos Cabanos foi concebida como “cidade aberta”, dotada de toda infra-estrutura básica: água, energia, telefonia e rede de esgoto.

A planta industrial, os sistemas de abastecimento de energia e matérias-primas, a rede de transporte, o porto, o núcleo urbano e as áreas de expansão, enfim todo esse sistema de objetos técnicos forma o que podemos com M. Santos (2005, p. 134) chamar de “um ponto ou mancha de meio técnico-científico-informacional”. Esta parte da configuração territorial de Barcarena, de conteúdo marcadamente moderno, está associada ao tempo do mundo, “que é o tempo das empresas multinacionais e o das instituições supranacionais.” (SANTOS, 1999, p.111). Enquanto para a maioria da população restam os mesmo e velhos problemas dado o uso desigual do território. Se de uma parte o território se moderniza como recurso para a riqueza de uns poucos, de outra parte a maioria sofre com a falta de investimentos sociais. Tudo isso concorre para a fragmentação do território ao mesmo tempo então que se aprofunda a divisão entre as classes sociais- o que exige da elite maior controle sobre a inelutável pressão social.

No território de Barcarena, a população residente na área destinada para a construção do complexo industrial sofre as conseqüências do sistema de ações

políticas conservadoras. Ela foi tratada pelo poder estatal e empresarial como obstáculo ao processo de modernização e sua remoção foi o preço exigido. A população procurou resistir aos processos de remoção. A resistência foi frágil, no entanto, porque todo “um esforço de convencimento” foi empreendido tanto pelo poder estatal quanto pelo poder empresarial, difundindo os fabulosos benefícios que o projeto traria para Barcarena.

No processo de remoção da população a ação estatal usou de todo recurso normativo do Instituto de Terras do Pará- ITERPA, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará- CDI, e da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena- CODEBAR.

A fim de que fosse posto em prática o mecanismo jurídico das desapropriações foi designada uma instituição estadual, CDI, que realizou 404 desapropriações no período de 1983 a 1984 numa área de 40.000 ha, e uma federal, CODEBAR, que efetuou 155 desapropriações numa área de 60.104 ha, no período de 1983 a 1984. A área desapropriada pelo CDI destinou-se à implantação do Complexo Industrial e à construção do Porto e a da CODEBAR à implantação do Núcleo de Barcarena. As desapropriações foram conduzidas em diferentes momentos, a ritmos diversos e com critérios variados. Evidentemente que essa aparente desorganização tinha como objetivo dificultar uma possível articulação da população. (MAIA; MOURA, 1995, p. 246).

Seguindo a perspectiva de “espaço vazio”, que predominava nos três primeiros planos de desenvolvimento da Amazônia⁶, o governo do estado do Pará declarou, através do Decreto nº 10.064 de 25 de abril de 1977, de utilidade pública para fins de desapropriação, imóveis e benfeitorias localizadas em Barcarena, com o objetivo de implantar o Projeto Albrás/Alunorte.

Inicialmente, segundo M. Maia e E. Moura (1995), a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará-CDI - e depois a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR, desconsiderando o sítio familiar como unidade de produção e as relações sociais que lhes são específicas, estipularam para cada uma das famílias pequenos lotes urbanos de 9x30 mts ou 15x30 mts, ou

⁶ Sobre a concepção de espaço que orienta a elaboração dos três primeiros Planos de Desenvolvimento da Amazônia, ver NAHUM (1999) **A Amazônia dos PDAs: uma palavra mágica?**(Dissertação de mestrado).

lotes rurais de apenas 5 ha. Desencadeava-se todo um processo de reestruturação agrária e urbana que transformou o colono produtor em assentado consumidor.

A Colônia Agrícola do Bacuri foi um assentamento planejado por técnicos da CODEBAR e mostra como o planejamento deste lugar é marcado pelo distanciamento entre aqueles que planejam e os afetados pelo planejamento. A estrutura e divisão da terra foi feita por lotes rurais, com casas. Os colonos assentados receberiam orientações, prestadas por técnicos designados pela Albrás, para produzirem hortigranjeiros destinados ao abastecimento do núcleo urbano de Vila dos Cabanos. Objetivo que malogrou, pois os colonos não tinham experiência nessas atividades. Eles resistiam produzindo outras culturas, o que levou muitos a venderem os lotes. Os que ficaram, posteriormente conseguiram produzir o que desejavam e sabiam.

O descontentamento das famílias, com a quantia recebida nas indenizações, assumiu forma coletiva na Associação dos Desapropriados de Barcarena - ADEBAR, fundada em 1986. A Associação, de acordo com A. Vasconcelos (1996), foi formada por 494 famílias desapropriadas das áreas de implantação do complexo industrial, com a finalidade de congregar todos os expropriados e repassar as experiências de expropriação para outros moradores que estão ameaçados de novas desapropriações de sítios no município. Mas o objetivo primeiro é reivindicar as perdas monetárias provenientes da subvalorização das propriedades e benfeitorias pelo CDI e pela CODEBAR. Segundo A. Vasconcelos (1996) as 494 famílias filiadas à ADEBAR, dirigiram-se para as seguintes localidades(QUADRO 2):

QUADRO 2- DESTINO DAS FAMÍLIAS DESAPROPRIADAS SEGUNDO O NÚMERO DE FAMÍLIAS POR CADA LOCALIDADE.

LOCALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS	%
Laranjal	65	13.2
Vila Nova	74	15.0
Colônia Agrícola do Bacuri	80	16.2
Barcarena	123	24.9
Vila do Conde	65	13.1
Belém	27	05.5
Outros	60	12.1
TOTAL	494	100

Fonte: Associação dos Desapropriados de Barcarena - ADEBAR. *Apud* Vasconcelos (1996, p. 30)

Independente de alcançar seus objetivos, a ADEBAR constitui a voz organizada da resistência às novas desapropriações comandadas por ações estatais e empresariais. É a primeira vez que uma associação congrega as insatisfações individuais. Estas se resumiam a ações isoladas, como as verificadas na Colônia Agrícola do Bacuri, onde os assentados se recusaram a levar à frente as atividades hortigranjeiras tal como pensadas pelos técnicos da empresa à ponto desta ter que mudar os planos.

Segundo o exemplo da ADEBAR veio o Centro Agrícola Integral Comunitário de Barcarena -CAICB, com sede em Arienga, no Km 21 da rodovia PA 151. O Centro aglutinou 180 famílias em torno de um projeto envolvendo a Paróquia e o Sindicato Rural de Barcarena. Segundo J. Teixeira e E. Oliveira (1995) o projeto integra o programa social da Diocese de Abaetetuba e se orienta na proposta das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Ele tem financiamento italiano e constituiu um campo experimental de ensino agrícola do qual participam famílias de 19 povoados ribeirinhos. A perspectiva é fixá-las na terra, por meio de educação agrícola e formação de uma resistência organizada às novas expropriações que vêm ocorrendo no Arienga e nas proximidades do núcleo urbano.

A necessidade de organização e resistência acontece porque a implantação do sistema de engenharia da Albrás/Alunorte fragmentou a unidade produtiva local,

os sítios. Estes compreendiam, geralmente, pequenas propriedades de tamanhos em média de 20ha, com casas construídas pelas e para várias famílias. As casas eram “predominantemente de madeira, algumas de barro, cobertas de palha e/ou telha, a maioria possuía 02 compartimentos com uma área que variava de 30 a 90m². O sanitário ficava fora da casa, geralmente a céu aberto.” (MAIA; MOURA, 1995, p.234). No terreno os colonos, a maioria de origem cabocla, nascida e criada no lugar, cuidavam de árvores frutíferas, desenvolviam a agricultura rudimentar de macaxeira e mandioca e, em função deste produto, erguiam a casa de farinha e escavavam o poço de água. A exploração tanto dos rios como das matas possuía caráter coletivo não havia cercado que os delimitasse, pois as redes de solidariedade permitiam aos colonos conhecer onde começava um sítio e terminava o outro. Da mandioca, além do fabrico de farinhas, eles obtinham o tucupi e a tapioca, todos integrando a sua dieta alimentar. Complementando o sustento familiar coletavam frutas, caçavam animais silvestres, pescavam e criavam galinhas e porcos.

Era incomum a utilização de tecnologia moderna, onde havia, resumia-se ao consumo de energia elétrica. Daí a ocupação do trabalho de todos da família, homens, mulheres, idosos, adultos, jovens e crianças empregavam seus dias na obtenção de produtos para seu sustento. O trabalho adquiria um sentido profundamente socializador, por meio dele os mais novos cresciam e eram educados, no e para o trabalho. Meninas e meninos assimilavam os papéis que desempenhariam quando adultos. A sociabilidade do trabalho organiza mutirões, em que várias famílias associavam-se para executar tarefas como roça, fabrico de carvão, construção de casas, pontes e trapiches, e na limpeza de igarapés. Segundo T. Pontes (1985 *apud* MAIA;MOURA, 1995, p. 242) “no processo do mutirão predominava o companheirismo enquanto forma de sociabilidade. Não havia nenhuma forma de pagamento que caracterizasse a venda de força de trabalho”. A relação de ajuda mútua garantia ao seu legítimo dono o direito sobre a venda do produto e a certeza de contar com a solidariedade de parentes e amigos quando necessária. O mutirão é também um meio do camponês caboclo, desenvolver outras dimensões da vida social. No lugar onde se realiza o mutirão são reforçadas amizades, relações de compadrio, trocas de informações.

Nos sítios a sociabilidade do trabalho era ritmada pelo tempo natural, uma

temporalidade diferente daquela predominante nos sistemas técnicos da Albrás/Alunorte, revelando “que cada divisão do trabalho *cria um tempo* seu próprio, diferente do anterior [...] É assim que, a partir de cada agente, cada classe ou grupo social, se estabelecem as *temporalidades* [...] que são a matriz das espacialidades vividas em cada lugar.” (SANTOS, 1999, p.109-110). O colono usava o território como *grande despensa*, onde se plantava a mandioca, coletavam-se frutas, ervas, raízes, sementes, pescava-se o camarão, o peixe de escama e o peixe de pele, tudo isso num tempo que não é o das empresas multinacionais e o das instituições supranacionais. Todavia, ainda que o trabalho tivesse um caráter societal, os seus frutos eram divididos entre as famílias, e a circulação da produção não era imediatamente subordinada ao circuito mercantil. Aliás, a relação monetária somente era realizada para possibilitar às famílias obterem o que não produziam ou não coletavam, como por exemplo, querosene, diesel, roupas, baterias, medicamentos.

Nos lugares ribeirinhos, com sistema de transporte deficiente, a população distante da área urbana de Barcarena, obtinha muitas mercadorias através dos marreteiros e seus regatões, verdadeiros caixeiros viajantes dos rios da Amazônia. O marreteiro é um comerciante atravessador, por seu intermédio o produtor ribeirinho tem escoado a produção, possibilitando que esta chegue até Belém. As embarcações do marreteiro, os regatões, assumiam a função de mercearia onde se encontrava de “tudo” - por exemplo, carnes, peixe salgado, redes para dormir, açúcar, cachaça, biscoito, pães, roupas, tecidos, calçados, instrumentos de trabalho para agricultura, extrativismo e pesca, cigarro - e o freguês podia ainda fazer suas encomendas⁷. Esses comerciantes espalharam-se pelo interior da Amazônia ribeirinha vivificando o circuito mercantil do capital, se assim pode-se dizer, quando compravam em Belém a preço baixo e revendiam nas localidades do interior a preço elevado, lucrando sobre o capital empregado inicialmente sob a forma de dinheiro.

Em síntese, o sistema produtivo da Vila do Conde, da Vila São Francisco, da Vila de Itupanema, da Vila de Caripi, enfim de muitos lugares do território barcarenense, antes da chegada da Albrás/Alunorte era marcado pela profunda

⁷ A atividade dos marreteiros e seus regatões fortificam a vida mercantil de muitos povoados, vilas e cidades na Amazônia ribeirinha. A cidade de Breves, na ilha do Marajó, constrói sua dinâmica da circulação comercial em função da chegada e da partida dos barcos e navios, por meio dos quais, predominantemente, o lugar tem garantido seu abastecimento de bens de consumo, a realização de serviços de comunicação e a circulação de pessoas e mercadorias.

unidade entre a atividade familiar e a atividade econômica. A quebra da unidade foi o preço pago pelo colono para que o moderno sistema de objeto se implantasse. Esta fragmentação no uso do território mudou as preocupações e relações na vida cotidiana do ex-sitiente e a busca de emprego substituiu o trabalho familiar e comunitário. Antes, de acordo com M. Maria e E. Moura (1995, p. 237) “o dinheiro era um complemento que servia para adquirir determinados produtos, que não produziam [...] Hoje, sem acesso à terra, transformados em assalariados são obrigados a comprar os produtos necessários à manutenção da família.”

A desterritorialização do colono, a expropriação da sua terra, destruiu a unidade familiar de produção e os laços sociais alicerçados começam a romper-se.

As diversas etapas, desde o preparo da terra, plantio, manutenção, colheita, passando pela divisão técnica do trabalho de produção da farinha de mandioca, com os seus derivados, tudo isso alimentava um processo de intensa sociabilização, onde a casa de farinha constituía o centro agregador. Esses processos sustentavam e eram sustentados por laços de solidariedade, que se estendia para as relações de parentesco entre as famílias, entre os vizinhos, constituindo as comunidades, e também se faziam presente nas negociações com os comerciantes.

No sítio imperava a idéia de que a terra, os rios, os mananciais, o trabalho, tudo era usado como bem comum. Para as famílias que foram desapropriadas, a lembrança do lugar onde residiam é também a lembrança da vida comunitária que lá desenvolviam, vida organizada sob as bases familiares. Nos novos centros comunitários urbanos não mais se estruturam os velhos laços de solidariedade e o terreno resta propenso às práticas políticas tradicionais⁸ das elites barcarenenses.

Os sítios foram eliminados da fração do território onde estão o complexo Albrás/Alunorte e outras empresas que posteriormente chegaram. Deixam de ser a unidade produtiva predominante na economia barcarenense e a unidade de produção familiar foi quebrada, política e territorialmente, para que a força de trabalho aí disponível e a migrante fossem utilizadas e empreendessem a edificação dos sistemas de objetos necessários à produção e circulação de alumínio primário.

⁸ Empregamos cultura política tal como definida por Bobbio *et al* (1991, p. 306-308). em **Dicionário de Política**: “Designa o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos.”

Neste momento os governos estadual e federal são os agentes decididores, pois escolhem o que “vai ser difundido e, muito mais, a ação que, nesse sentido, se vai realizar.”(SANTOS, 1999, p. 65). O Estado, na condução dos processos de desapropriação, sustentou “a ação da lei” em oposição à legitimidade de usufruto da terra pelos colonos, exigindo deles as escrituras das propriedades. Por isso, nos processos de desapropriação e de indenização, houve subvalorização das unidades familiares, pois aos olhos do poder estatal e empresarial os colonos eram posseiros e não proprietários legais. Nas palavras de um diretor do sindicato dos trabalhadores rurais de Barcarena:

[...] aqui com a implantação da Albrás/Alunorte foram desapropriadas 1700 famílias, foram miseráveis indenizações que até hoje brigam na justiça federal em Brasília por indenizações de 1980 e 1985 que ainda não receberam. Uma parte desse pessoal já até morreram, ficaram seus filhos e descendentes. Mas alguns ainda estão velhinhos e ainda continua na esperança de receber uma indenização que ainda não tiveram. Isso na implantação da Albrás/Alunorte. De lá pra cá a implantação das outras empresas a mesma coisa acontece, a empresa compra um pedaço de terra ou da CODEBAR ou da CDI, que são as companhias que gerenciam as terras públicas desapropriadas pelo governo federal e pelo governo estadual, elas são as donas dessas áreas. E dentro dessas áreas existem posseiros antigos, nascidos e criados que estão lá, e cada empresa que chega e reivindica essas áreas eles perdem tudo o que tem em função da empresa que chega. E as indenizações são miseráveis, esse pessoal só faz engrossar a cidade, aumentar a miséria e a fome, porque não tem emprego, quem trabalha nas empresas é só quem tem profissões e é mais gente vindo de fora, porque aqui da região do Pará são poucos os que pegam um trabalho, um emprego, aqui do município de Barcarena é mais pouco ainda. (informação verbal)⁹.

A gestão municipal de José Pinheiro Rodrigues (1977-1983) apenas assistiu esse processo, pois se por um lado é impotente diante da força hegemônica do capital empreendedor e da normatização imposta pelos governos federal e estadual, por outro, a cumplicidade da gestão municipal foi obtida com o aumento no valor das transferências constitucionais (QUADRO 3).

⁹ Entrevista a nós concedida em março de 2005.

QUADRO 3- TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO ICMS, FPM, IPI EXPORTAÇÃO, FUNDEF, IPVA-1995-2003

Anos	Transferência do ICMS ¹	Transferência do FPM ¹	Transferência do IPI ¹ Exportação	Transferência do FUNDEF	Transferência do IPVA	Total
1995	5.992.517,54	2.311.972,18	493.983,30	-	-	8.789.473,02
1996	6.953.397,42	2.615.624,24	622.077,44	-	79.176,08	10.270.275,18
1997	6.703.302,59	2.609.913,25	763.638,48	1.138.565,91	113.631,39	11.329.051,62
1998	6.851.736,80	3.180.279,67	705.028,97	2.986.992,58	141.018,09	13.865.056,11
1999	8.476.925,36	4.046.705,63	725.865,99	3.125.263,61	144.433,50	16.519.194,09
2000	10.853.176,00	3.881.009,00	830.777,00	3.656.730,00	153.945,00	19.375.637,00
2001	14.523.007,34	4.605.421,74	973.133,33	4.234.577,73	207.884,30	24.550.024,44
2002	23.276.630,10	5.885.487,71	1.220.103,25	4.565.196,67	264.159,86	35.211.577,59
2003	28.962.949,39	6.134.987,42	1.018.404,98	5.447.462,29	332.864,27	35.195.970,72

Fonte: SEFA/TCU/SEDUC/STN. Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

Nota: Valores Nominais, (1) Menos 15% do FUNDEF

Disponível: <http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICAS_MUNICIPAIS/Mesorr_Metrop_Belem/Belem/Barcarena.pdf>. Acesso em: 08. jun.2005.

Portanto, no território de Barcarena reproduz-se a modernização conservadora, segundo B. Becker e C. Egler (1994, p. 33) a “via latino-americana para a modernidade, onde o Estado negocia com grupos privilegiados a manutenção de privilégios e a sua inclusão ou exclusão na apropriação da coisa pública, em troca do apoio de modernização de cima para baixo.”

A modernização do território via a implantação do complexo Albrás/Alunorte apresentava-se “como se” a dinâmica territorial de Barcarena dependesse do reordenamento territorial exigido para a realização do projeto destas empresas. No intuito de “parecer” respeitar a história e a memória social, apropriam-se dos nomes dos líderes do movimento revolucionário da Cabanagem¹⁰, para batizar as ruas,

¹⁰Barcarena, por sua localização geográfica, foi o principal reduto da organização da Cabanagem, cujos líderes principais se não nasceram, acabaram sendo sepultados em terras barcarenenses, como é o caso de Eduardo Angelim, que foi enterrado na localidade de Madre de Deus, situada na Ilha Trambioca, e de Cônego Batista Campos, que morreu na localidade do Furo do Arrozal. A Cabanagem foi uma das mais importantes revoltas da Regência no Brasil, ocorre no Pará entre 1835 e 1840. No dizer de R. Oliveira (2000) “a cabanagem na verdade será a manifestação do

praças, escolas do núcleo urbano, simbolicamente chamado Vila dos Cabanos. Um artifício, uma fabulosa integração “como se” a modernização proposta de cima pela elite política e seus acordos com as empresas fossem propostas e respostas às expectativas e necessidades de toda a sociedade barcarenense. Segundo o vereador Manoel Furtado,

Nós não tivemos participação efetiva nas discussões sobre a implantação da Albrás e da Alunorte. O que fizeram conosco foi levar ao Rio de Janeiro para conhecermos o Projeto. Nos explicaram tudo e nos disseram que tínhamos que aprovar tudo, pois seria bom para Barcarena. Inclusive, algumas coisas nós – vereadores-, votamos sem discutir (informação verbal)¹¹.

De outro lado, o fabuloso discurso do aumento do número de empregos diretos “parecia”, durante a implantação do projeto, dinamizar a economia municipal. Enormes contingentes de mão-de-obra, de distintas qualificações, foram recrutados pelas empreiteiras ligadas ao setor da construção civil. Segundo um diretor do departamento de recursos humanos da Albrás,

Durante a construção da Albrás chegamos a ter cerca de 5.000 trabalhadores no canteiro de obras e mais uns 1.000 na construção da Vila dos Cabanos. As principais empresas que trabalharam nas obras formam: M. ROSCOE, ESTACON, PARANAPANEMA, MONTREAL, CONFAB, ZANINI, MASCARENHAS, BARBOSA. Na construção da Vila dos Cabanos, as empresas abaixo: ESTACON, ENGEPLAN, BETTER, BANDEIRANTES, M.ROCOE, ANDRADE GUTIERREZ (informação verbal)¹².

Algumas empresas escolheram o município de Abaetetuba como lugar de recrutamento de mão-de-obra, então, a maior cidade da micro-região do Baixo Tocantins. Centro polarizador regional, dispendo de razoável sistema de serviços de comunicação, comércio e transporte, além de escritórios da Secretaria Estadual da Fazenda, Ministério do Trabalho, Secretaria Estadual de Trânsito, escritório do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens. Abaetetuba oferecia também infra-

regionalismo democrático da Amazônia em oposição ao nacionalismo autoritário e centralizador do Estado brasileiro.” (OLIVEIRA, 2000, p. 38).

¹¹ Entrevista com Manoel Furtado Silva - vereador em Barcarena, mandato no período de 1976 a 1981, In: RIBEIRO, Rosivaldo Furtado. **A Idéia de Progresso em Barcarena (1980-2002)**. 2003. p. 22).

¹² Entrevista nos concedida em Janeiro de 2004.

estrutura imobiliária capaz de absorver parte da demanda por residências, que aumentara com a chegada dos empreendedores.

Na época da construção, as madrugadas de Abaetetuba eram marcadas pelo intenso movimento de ônibus e caminhões que transportavam os trabalhadores, *peões*, para os canteiros de obras da Albrás/Alunorte. Estes constituíam a força de trabalho migrante não especializada absorvida em maior quantidade nos momentos iniciais da implantação da estrutura física do projeto: desmatamento, construção de prédios do complexo de produção, porto, estradas e o núcleo urbano. De acordo com E. Fontes (1989) eram trabalhadores de Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Ceará, e outros lugares do Brasil, muitos tinham participado da construção de projetos hidroelétricos como Tucuruí, Paulo Afonso, Sobradinho, Balbina. Estas experiências foram confrontadas com as dos trabalhadores da região que na sua grande maioria não tinham participado de qualquer experiência assalariada, muitas vezes presos à sua trajetória camponesa, com expectativas em relação aos patrões, conduzidas por valores morais, como honra e lealdade.

Segundo E. Fontes (1989), as obras da Albrás/Alunorte exigiram grande concentração de trabalhadores no município de Barcarena. Estes trabalhadores ficaram alojados nos canteiros de obras, em barracões construídos pelas empresas. Este tipo de moradia permitia um maior controle, por parte das empresas e uma postura disciplinar bastante rígida, o que freqüentemente possibilitou abusos, inclusive espancamento de trabalhadores que se recusavam à obedecer as ordens dos chefes de seções¹³.

Ao término de cada fase da obra parte dos migrantes fixa residência em Barcarena, agravando o já profundo *déficit* de infra-estrutura e serviços urbanos do município. No universo de trabalhadores havia os de qualificação superior, estrategicamente “recrutados” pela Albrás para gerenciar as fases do projeto, mas para os quais foi planejado um núcleo residencial, a Vila dos Cabanos (item 3).

¹³ Edilza Fontes (1989) analisa as relações entre o projeto Albrás/Alunorte e o processo de organização sindical dos trabalhadores da construção civil em Barcarena, no momento da construção da Albrás.

2- Lugares de ocupação espontânea

A implantação da Albrás/Alunorte no município elevou a taxa de urbanização, de 33,46% em 1980 para 47,7% em 1991¹⁴, mas ainda assim, em Barcarena predomina a população rural (QUADRO 4). Em 2004, mais da metade da população reside na área rural, no entanto, a administração pública prioriza a área urbana do município em seus planos de gestão. Conseqüentemente, as deficiências na oferta de bens e serviços urbanos, que já eram enormes, aumentaram devido as migrações induzidas pela expropriação das terras do trabalhador rural e ao contingente de mão-de-obra migrante atraída para o projeto Albrás.

O discurso fabuloso de que o empreendimento da Albrás/Alunorte geraria emprego, atraiu força-de-trabalho, esperançosa em conseguir emprego registrado em carteira de trabalho, com todos os direitos garantidos. “O deslocamento de populações rurais desempregadas, subempregadas ou excedentes para trabalhar em empreendimentos estatais ou privados na Amazônia está na base do modelo de modernização dos governos militares para a Amazônia.” (IANNI, 1981, p. 141). Eleva-se por isso a taxa de urbanização, sem estar acompanhada de melhorias nos serviços públicos, sobretudo nos lugares ribeirinhos, na zona rural e lugares de ocupação espontânea.

¹⁴Fonte:IBGE.Disponível:http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICAS_MUNICIPAIS/Mesorr_Metrop_Belem/Belem/Barcarena.pdf. Acesso em: 08 jun.2005.

QUADRO 4- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARCARENA NO PERÍODO DE 1980-2004.

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1980	20.021	6.700	13.321
1991	45.946	21.629	24.317
1996	54.259	25.693	28.561
1997	56.084	26.562	29.522
1998	57.622	27.291	30.331
1999	59.162	28.020	31.142
2000	63.268	27.767	35.501
2001	65.385	28.696	36.689
2002	66.913	29.367	37.546
2003	68.604	30.109	38.495
2004	72.441	31.193	40.648

Fonte: IBGE.Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE.

Disponível:http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICAS_MUNICIPAIS/Mesorr_Metrop_Belem/Belem/Barcarena.pdf. Acesso. 08. jun.2005.

Ainda que a administração municipal priorize os investimentos em áreas urbanas há um profundo *déficit* na oferta de serviços públicos. Somente 20,6% dos domicílios urbanos é servido de água encanada, a rede de esgoto cobre apenas 46,6% dos domicílios e 87,3% dos domicílios se beneficiam da coleta de lixo¹⁵. No setor de saúde a situação é também grave, pois em 1999, o município contava com vinte e um estabelecimentos hospitalares entre eles nove postos de saúde, dois centros de saúde, um ambulatório de unidade hospitalar geral, três unidades mista, dois consultórios, duas unidades de saúde da família, uma unidade de vigilância sanitária e uma unidade não especializada. Em julho de 2003, esse número diminuiu e o município conta apenas com 18 destes estabelecimentos. Em 1999, eram 79 o número de leitos, sendo 26 em hospital federal, 20 em estadual e 33 contratados junto a rede privada. Até dezembro de 2004 o número de leitos permaneceu

¹⁵ Disponível:http://federativo.bndes.gov.br/destaques/bdg/bdg_mun.asp?idgeo=150130. Acesso em: 10 mai. 2004.

inalterado¹⁶ e a população aumentou de 59.162 em 1999 para 72.441 em 2004, o que torna mais grave o atendimento de saúde.

Além do crescimento populacional fazer aumentar as demandas por bens e serviços urbanos públicos, no Plano Urbanístico de Barcarena¹⁷, com exceção da Colônia Rural do Bacuri, não constavam áreas destinadas aos assentamentos dos migrantes ou mesmo para a população nativa que seria removida da área destinada à implantação do Projeto Albrás/Alunorte. Além disso nem os empreendedores nem a administração municipal assumem a tarefa de infra-estruturar os lugares de ocupação espontânea que são construídos no entorno do projeto.

A racionalidade do planejamento contrapõe-se com as situações que vão emergindo no processo de desapropriação e reocupação do espaço, implicando na elaboração apressada de um programa de assentamento. As situações identificadas foram as seguintes: a) os problemas sociais provocados pelo inchamento urbano em Vila do Conde com a chegada dos trabalhadores das empreiteiras; b) a ameaça das famílias indenizadas virem se alocar em áreas que futuramente seriam desapropriadas, provocando uma duplicação de indenizações; c) a exigência que passa a ser feita por algumas das famílias expropriadas, embora de forma difusa e desorganizada, de um lote para construção de sua moradia d) a necessidade de manter, em áreas próximas a do Complexo do Alumínio, uma reserva de força de trabalho para os serviços “desqualificados” (vigia, serviços domésticos, jardinagem, etc) de apoio do Complexo do Alumínio e que não estava expressamente contida no Plano Urbanístico. (MAIA; MOURA, 1995.p, 249-250).

O resultado da conjunção desses fatores é a formação de lugares de ocupação espontânea, que não obedecem ao reordenamento territorial arquitetado pela lógica das empresas, mas testemunham o aumento das desigualdades territoriais. Nos momentos iniciais de formação destes lugares tem-se indefinição na jurisdição administrativa, pois nem as empresas nem a elite governante municipal se responsabilizam por urbanizá-los. A população, que aí reside precariamente, sem

¹⁶Fonte: DATASUS/MS. Disponível: <www.sepof.pa.gov.br/estatistica/PIB/Analise_dos143_MunicipiosParaense/PIB_Municipa99-02.pdf>. Acesso. 05. mai. 2005.

¹⁷ De fato este plano, cuja elaboração ficou a cargo de uma empresa paulista, “Arquiteto Joaquim & Guedes Associados”, deveria se chamar Plano Urbanístico da Vila dos Cabanos, posto que abrange somente esta fração do território de Barcarena. Cf. **Joaquim Guedes & Associados- Plano Urbanístico de Barcarena**. São Paulo: Arquiteto Joaquim Guedes & Associados., 1980.

infra-estrutura alguma, fica a mercê das ações políticas tradicionais que se reproduzem contraditoriamente com o projeto de modernização da gestão pública.

O bairro do Laranjal, por exemplo, caracteriza-se como lugar de ocupação espontânea. Localizado entre o Núcleo Urbano e os alojamentos dos trabalhadores da Albrás/Alunorte, o bairro foi modelado a partir da política de assentamentos urbanos do município, na década de 1980. Planejado pela CODEBAR que traçou o plano de loteamento urbano, destinado à ocupação das famílias desapropriadas das áreas definidas para a implantação do projeto Albrás/Alunorte, as construções padronizadas e construídas em mutirão foram sorteadas entre os participantes em 1982.

Esse sistema de construção em mutirão não se baseava numa relação de solidariedade. Os assentados não encontravam motivos para executar uma atividade que era de responsabilidade daqueles que os expropriaram, alocando-os num lugar destituído ainda da mais simples infra-estrutura. Um depoimento coletado por M. Maia e E. Moura (1995) ilustra a situação desse mutirão forçado:

Num ponto eu considero que eles doaram, mas noutra a gente também suou para poder conseguir. Eu tenho pra mim que a gente dividiu, nós entramos com a ajuda pessoal, nós trabalhamos nove meses, não foi nove dias, foi uma luta, trabalha com fome, depois que a gente tinha, a gente tava comendo, depois de três meses a coisa ficou difícil, porque quem tinha farinha não podia fazer, quem tinha outra coisa não podia tirar pra vender não podia porque a gente trabalhava assim dedicadamente, aqui não poderia faltar porque eles cortavam, eles botaram uma norma com não sei quantas, que eu não me lembro tinha pessoa que faltava doze dias pra fazer farinha, às vezes pra trazer para gente comer, porque era difícil, aí eles já anotavam a falta. (informação verbal, in: MAIA; MOURA, 1995, p. 251).

O mutirão forçado foi uma tentativa de ordenamento do bairro que malogrou, pois as ruas são pontilhadas com casas de madeira, alvenaria ou utilizando os dois recursos, muitas construídas precariamente e há falta de infra-estrutura em grande parte do bairro, como demonstra M. Amaral et al (2002)¹⁸, estes serviços existem, quer de modo regular ou irregular e são acessíveis para grande parte dos moradores do bairro, com exceção do esgoto sanitário que é absolutamente ausente.

¹⁸ A pesquisa abarcou 100 domicílios e foi realizada nos anos de 2000/2001.

QUADRO 5- SITUAÇÃO DOS IMÓVEIS QUANTO ÀS CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE INFRA-ESTRUTURA NO BAIRRO DO LARANJAL.

Elementos de infra-estrutura sanitária	Regular		Irregular		Ausente		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Água Encanada	4	4	56	56	40	40	100	100
Poço	59	59	-	-	41	41	100	100
Coleta de Lixo	88	88	12	12	-	-	100	100
Energia Elétrica	73	73	27	27	-	-	100	100
Esgoto Sanitário	-	-	-	-	100	100	100	100

Fonte: Amaral et al (2002 p. 263).

O Bairro Novo é outro lugar que tem sua origem na ocupação espontânea. Formou-se a partir de 1980, em decorrência tanto dos fluxos de migrantes atraídos pela possibilidade de emprego na Albrás/Alunorte, quanto dos ex-sitiantes expropriados. O ritmo das ocupações foi ditado pelo término das construções nos canteiros de obra da empresa, o que aconteceu entre 1985 e 1990, período em que ocorreu a extinção de postos de trabalho e a diminuição na oferta de empregos, ficando restrita aos técnicos gabaritados para tarefas de comando. Este bairro abrange uma área da sede municipal, junto à rodovia PA-151, e é separado do núcleo planejado de Vila dos Cabanos pelo rio Mucuruçá. Até 1988 a área do bairro servia, segundo J. Teixeira e E. Oliveira (1995, p. 264) “como depósito de lixo e lá a população pauperizada tentava obter utensílios e alimentos necessários a sua reprodução”.

No Bairro Novo, ainda que seja uma área de ocupação espontânea, a elite governante municipal tem aí difundido sua territorialidade, aqui entendida como o “conjunto de estratégias, de ações, utilizadas para estabelecer este poder, mantê-lo e reforçá-lo.” (GOMES, 2002, p.12). O interesse da elite em urbanizar, por assim dizer, esta parte do território barcarenense se justifica porque uma parte do bairro pertencia a família Dias Melo, que nele desenvolvia produção de farinha e de carvão vegetal para o comércio. O governo municipal indenizou a família pela parte do terreno invadido, em seguida abriu ruas e doou lotes.

O Bairro Novo tornou-se uma área de expansão da sede municipal, onde passam a se localizar prédios administrativos e de política social do Estado, tais como, a Fundação do Bem Estar Social do Pará, o Centro Cultural do Município, onde se organizam feiras, festas e outras atividades, além de contar com farmácias e inúmeras “vendas” através das quais parte da população do bairro encontra seu meio de sobrevivência.

O Bairro Pioneiro também é um lugar onde há traços de ocupação espontânea. Foi concebido pela CODEBAR para ser um acampamento provisório onde habitariam os operários das empreiteiras e após as obras, comportaria um centro comercial do núcleo urbano da Vila dos Cabanos. Segundo entrevista concedida por integrante da associação dos comerciantes do Bairro Pioneiro:

Não existia bairro Pioneiro, existiam assim alguns pontos como terminal rodoviário, cinema, algumas coisinhas, o que ocorreu. O projeto comercial para Vila dos Cabanos, o início do centro comercial seria ali onde está o terminal rodoviário, mas só que de repente foi direcionado para Vila dos Cabanos, e aqui ficou abandonado. É tanto que a CODEBAR cancelou a venda de lotes para as pessoas de baixa renda. O que ocorreu foi que as pessoas começaram a se agrupar: na casa de um morava 3, 4, 5 ou 6, chegou um dia a necessidade que surgiu a invasão, que foi rápida e tomou conta de todo o bairro Pioneiro.(informação verbal)¹⁹.

Isto mostra que em Bairro Pioneiro não se cumpriu o planejado. Ao término das obras os alojamentos foram desativados e a área foi praticamente abandonada, somente voltou a ganhar vida a partir de 1996 com as ocupações.

Quando tu perguntavas sobre a invasão, o que foi essa invasão? As pessoas vinham de Abaetetuba, Moju, Igarapé-mirim e vinham trabalhar aqui e de tarde voltavam para suas casas, o carro virava na estrada, morria, quebrava a perna, tudo isso ocorreu no início do projeto. Na implantação do projeto Albrás/Alunorte não houve uma preocupação por parte do poder público uma cobrança. Vamos dizer assim, se a Albrás vai fazer a edificação do núcleo, há necessidade de edificação de uma área popular, no caso o Bairro do Pioneiro, foi aí que surgiu a invasão. (informação verbal)²⁰.

¹⁹ Entrevista nos concedida em março de 2005.

²⁰ Entrevista nos concedida em março de 2005.

Considerada como área de ocupação ilegal e irregular, nem os empreendedores do projeto Albrás/Alunorte nem os governantes se responsabilizavam pela urbanização da área do bairro. Segundo um diretor do centro comunitário do bairro que entrevistamos,

Nós não temos participação de empresa, elas não ajudam, elas nunca ajudaram, diz que tinha uma verba orçada para o saneamento básico do Bairro Pioneiro, até agora isso aí nunca chegou nunca teve uma participação da Albrás/Alunorte. A gente sabe que existe aqui uma companhia, porque o Bairro Pioneiro foi feito de uma invasão e quem tomava conta dessa área aqui era da CODEBAR, porque isso aqui é terra da união, aí quem tomava conta daqui era a CODEBAR, mas realmente essa empresa que é a CODEBAR, que significa companhia de desenvolvimento de Barcarena não está desenvolvendo nada, só veio para atrapalhar a situação aqui em Barcarena. (informação verbal)²¹.

A ação do centro comunitário do Bairro Pioneiro tem sido intensa. Os moradores se organizam para ter acesso a serviços de infra-estrutura, sobretudo na parte de ocupação espontânea do bairro. De acordo com nosso entrevistado, um dirigente deste centro comunitário,

Nós aqui no Bairro Pioneiro, nós nunca fomos procurados pela prefeitura para pedir ou então dizer onde é que deve ser aplicada a renda. Vamos dizer assim, saneamento básico, aqui no Bairro Pioneiro é zero saneamento básico e em iluminação pública. Nós até convidamos os vereadores para participarem de uma reunião para cobrar sobre esse assunto, eles vieram aqui e prometeram que iriam fazer, até agora nada (...) Nós temos até uma fita gravada, uma matéria mostrando a situação em que se encontra, e já fomos cobrar na subprefeitura, com o subprefeito, porque é desse lado. Porque foi dividido, sempre foi distrito Murucupi, agora foi dividida a responsabilidade, aqui quem toma conta é o Abaeté, que é o subprefeito, mas ele só pode fazer alguma coisa se o prefeito autorizar. (informação verbal)²².

O descontentamento nas narrativas indica que nossos entrevistados reconhecem a injusta distribuição da riqueza social, como nos relatou uma dirigente do centro comunitário de São Francisco que:

²¹ Entrevista nos concedida em março de 2005.

²² Entrevista nos concedida em março de 2005.

A riqueza de Barcarena está do lado daqui, São Francisco, Laranjal, Pioneiro, Vila dos Cabanos, Vila do Conde e Itupanema, por causa do pólo industrial. E o dinheiro é investido na sede do município, a gente acha que eles se preocupam mais com a sede do município. E para cá, onde gera a riqueza, fica desse jeito.(informação verbal).²³

Os moradores têm consciência da desigual distribuição territorial dos investimentos públicos. Os moradores reconhecem a fragmentação e a hierarquia entre os diferentes lugares dentro do município. Indignam-se em saber que eles não usufruem da riqueza produzida no território de Barcarena, restando-lhes usar o território como abrigo, o lugar onde moram, aprofundando, assim, os laços de dependência das políticas assistencialistas dos gestores municipais.

3- Um fabuloso lugar planejado: a Vila dos Cabanos

O sistema de ações conservador também se reproduziu na planejada Vila dos Cabanos. No Pará, além desta Vila, temos as Vilas Residenciais em Tucuruí, ligadas à Eletronorte e o Núcleo Urbano de Carajás, ligado à Companhia Vale do Rio Doce. Estes lugares, segundo S.Trindade Junior e G. Rocha (2002): a) funcionam como uma espécie de extensão da linha de produção da empresa a que estão ligados; b) pela sua natureza, concepção e densidade técnicas, tendem a negar os padrões regionais de urbanização, definidos ao longo do processo de produção do espaço amazônico; c) caracterizam uma nova forma de gestão do espaço local e regional, dada a relativa autonomia econômica e “política” de que são investidas, haja vista que, como sede das empresas, centralizam decisões, dispõem de recursos financeiros e concentram a maior parte do pessoal qualificado; d) ainda que em alguns casos se apresentem como “cidades abertas”, a concepção urbanística que as caracteriza, de natureza fechada, acabam por defini-las como verdadeiros ‘enclaves urbanos’, capazes de assegurar as atividades da empresa e o controle da força de trabalho.

²³ Entrevista nos concedida em março de 2005.

No período de planejamento das Vilas, o sistema de ações políticas e as densidades normativas mobilizadas pelo Estado brasileiro direcionam o fundo público para a reprodução das condições de produção do capital. Esse fato é evidenciado, mormente, quando observamos os valores investidos e as fontes financiadoras para construção destes núcleos. Para o núcleo urbano da Vila dos Cabanos,

Segundo estimativas da Comissão Interministerial (BRASIL, 1977), o custo total do núcleo urbano, em dólares de dezembro de 1977, seria da ordem de US\$ 137.243 mil, distribuídos entre: obras de infra-estrutura física e social (US\$ 46.732 mil), a serem custeados por fundos específicos, como o Programa de Integração Nacional (PIN) e do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas (FDAE), recursos estes a fundo perdido; construção dos acampamentos destinados a servir de moradia aos cerca de 10 mil operários previstos para o conjunto das obras (US\$ 25.290 mil), a serem custeados com recursos da ALBRÁS e da ALUNORTE, tarefa a cargo do CONSOAL; construção de 1.922 apartamentos para solteiros e 2.885 casas, para a população diretamente vinculada ao empreendimento, (US\$ 65.221 mil), a serem financiados aos mutuários (moradores) com recursos da ALBRÁS e da ALUNORTE, construção também a cargo do CONSOAL.

Não está incluída nestes custos a construção de 4.329 residências e 2.887 apartamentos para solteiros, destinados aos demais habitantes do núcleo, a serem financiados e construídos pela iniciativa privada. Também estavam previstos US\$ 11.683 mil para serem aplicados nos núcleos urbanos adjacentes ao empreendimento. (LOBO, 1996, p. 117).

A Vila dos Cabanos foi concebida para ser um lugar moderno. A União se responsabilizou por custear e construir este suporte logístico do funcionamento do complexo Albrás/Alunorte. Ainda segundo M. Lobo (1996), para administrar e executar as obras do novo núcleo urbano e na área adjacente ao empreendimento, além das obras nos municípios vizinhos,

Foi criada pela aludida Portaria [Portaria nº 061 SEPLAN-PR, de 12.4.1982], por sugestão do Grupo Especial, a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR), nos termos da Lei nº 6.665, de 03 de julho de 1979, com um capital próprio de US\$ 26.051,4 mil, dividido em 70 mil ações ordinárias nominativas. A empresa recebeu ainda uma dotação complementar de US\$ 948,7 mil [...], a título de complementação de recursos para a sua instalação. As operações de

empréstimos realizadas pela Companhia têm garantias do Governo Federal e estão isentas dos tributos de competência da União. A CODEBAR substituiu a SUDAM na tarefa de coordenação local do Programa de Apoio ao Complexo Industrial de Barcarena.

A CODEBAR tomou a forma de uma empresa pública, com participação acionária majoritária, porém transitória, da União e dos governos estadual e municipal, prevendo sua lei de criação que as ações de propriedade da União deveriam, no futuro, ser transferidas para a Prefeitura de Barcarena. (Idem. p, 116-117).

No Plano Urbanístico de Barcarena a Vila dos Cabanos é apresentada como “cidade aberta”, acessível a “todos que a procurem”:

A futura condição de pólo microrregional que se supõe para o novo núcleo, invoca-lhe um caráter inegável de cidade aberta a todos que a procurem, como condição, ao contrário do que se pensa, da qualidade. O projeto das áreas sociais foi elaborado sobre um programa de atividades abertas, alternativas para toda a população, tendo em vista a atenuação dos efeitos do isolamento e da identidade de referências, atacando as relações patológicas típicas desta situação. (SUDAM, 1980, p.62).

Seguindo a idéia de pólo de desenvolvimento do III PDA, esta “cidade aberta” assumiria a função de integrar a micro-região onde está inserida. Teria capacidade de comportar uma população aproximada entre 40.000 (hipótese mínima) e 70.000 (hipótese máxima) habitantes até o ano de 1988, mas não se resumiria à condição de apoio logístico da Albrás/Alunorte e do distrito industrial. Seria, de acordo com S. Trindade Junior e C. Chagas (2002), pela infra-estrutura com que contaria, uma cidade com possibilidades diversas de inserção e de integração, ocuparia uma posição de destaque em relação às cidades próximas, uma espécie de localidade central.

Porém esse fabuloso plano não se realizou, pois as mudanças nas políticas de desenvolvimento regional comprometeram a consolidação do distrito industrial de Barcarena, tal como previsto no projeto original da Albrás/Alunorte. Assim, a implantação do plano urbanístico de Vila dos Cabanos se reduziu a atender primordialmente à demanda e ao comando dos empreendimentos instalados.

Em 2002 uma população de aproximadamente 8.000 habitantes mora em Vila dos Cabanos, número inferior ao apresentado no Plano Urbanístico. A configuração

territorial proposta também está bem distante daquela que encontramos no Plano. Como demonstram os QUADROS 6, 7, 8 e 9.

QUADRO 6- COMPARATIVO ENTRE PLANO URBANÍSTICO DE BARCARENA E O ESPAÇO PRODUZIDO- TRANSPORTE COLETIVO

PLANO URBANÍSTICO DE BARCARENA	ESPAÇO PRODUZIDO
<i>Ferry boat</i> : ligação hidroviária entre a área do projeto e Belém, com saída do terminal de Barcarena.	<i>Ferry boat</i> : existência apenas de duas linhas de balsas controladas por cinco empresas. Uma faz a ligação do município a Belém; a outra liga o núcleo à sede do município.
Ônibus: sistema de transporte intra-urbano; com destaque pelas vantagens que oferece: porte reduzido, flexibilidade e aceitação.	Ônibus: atende a uma pequena parcela do núcleo urbano. Existe um tipo de transporte coletivo, que atende exclusivamente à Albrás/Alunorte e liga o núcleo às fábricas.
Ônibus elétrico: transporte a ser implantado quando o núcleo contasse com uma população superior a 50.000 habitantes.	Ônibus elétrico: inexistente

Fonte: Trindade Junior; Chagas (2002 p. 222).

QUADRO 7- COMPARATIVO ENTRE PLANO URBANÍSTICO DE BARCARENA E O ESPAÇO PRODUZIDO- EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

PLANO URBANÍSTICO DE BARCARENA –PUB		ESPAÇO PRODUZIDO	
Demanda a ser Atendida	Estimativa (n° de alunos)	Demanda Atendida	Números
Infantil/creche	8.310	Educação infantil	800
Pré-escolar	5.620	Ensino fundamental	2.451
Ensino fundamental (1° Ciclo)	6.895	Ensino médio	914
Ensino Fundamental (2° Ciclo)	6.326	Ensino Supletivo	494
Ensino Médio, Profissional e Supletivo	32.839	Ensino Superior	Inexistente
Ensino Superior	702		

Fonte: Trindade Junior; Chagas (2002, p. 217)

QUADRO 8- COMPARATIVO ENTRE PLANO URBANISTICO DE BARCARENA E O ESPAÇO PRODUZIDO- PROMOÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER.

PLANO URBANÍSTICO DE BARCARENA – PUB	ESPAÇO PRODUZIDO
Centro de recepção e encaminhamento	Cabana Clube
Espaços culturais (bibliotecas, auditórios, teatros, cinemas e locais para reuniões)	Clube 1- Bares e Restaurantes
Centros Esportivos	Cinema Desativado
Quatro Espaços para as atividades não projetadas: área de lazer ou recreação.	Locadoras de Vídeo
Quatro espaços para prática espontânea de futebol	–
Quatro ou mais espaços para instituições como SESI, LBA, etc.	–
Quatro espaços para outras formas de recreação (próximas às praias)	–
Espaços para cinemas, bares, lanchonetes, discotecas, parque de diversão (centos comercial e central)	–

Fonte: Trindade Junior; Chagas (2002 p. 220).

QUADRO 9- COMPARATIVO ENTRE PLANO URBANISTICO DE BARCARENA E O ESPAÇO PRODUZIDO- EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.

PLANO URBANÍSTICO DE BARCARENA	ESPAÇO PRODUZIDO
Hospital Geral: 195 leitos	Hospital: 50 leitos
Pediatria: 67 leitos	Observação Médica: 12 leitos
Obstetrícia: 28 leitos	Emergência: 1 leito
Clínica Médica: 60 leitos	Internação 37 leitos
Centro cirúrgico e obstetrício: 7 salas	–
Berçário: 30 berços	–
Serviços auxiliares: 3 salas	–
Serviços Complementares: laboratório, radiologia, cozinha dietética, lavanderia, almoxarifado e farmácia.	Serviços: pronto socorro e ambulatório, bloco operatório, berçário, setor de internação, farmácia hospitalar, serviço de nutrição e dietética, lavanderia, consultórios médicos e odontológicos, fisioterapia, exames gerais, medicina e saúde ocupacional, medicina preventiva, necrotério.
Saneamento (controle de água, esgoto, lixo), alimentação pública, controle de molestíca infecciosas/parasitárias, necrotério.	

Fonte: Trindade Junior; Chagas (2002, p. 225).

O projeto de “cidade aberta” e “integrada” a outros municípios da região também não se realiza. De fato, o núcleo da Vila dos Cabanos resumiu-se a função de lócus residencial, onde a arquitetura e qualidade das habitações hierarquizadas de acordo com a faixa salarial, mostram a desigual divisão social e territorial do trabalho muito diferente do que propunha o projeto: o de mixar “cuidadosamente todos os níveis de renda, evitando a segregação das populações de renda mais baixa em favelas periféricas ou externas, alijadas do conjunto urbano e sua infraestrutura básica.” (SUDAM, 1980, p.70).

Com as transformações nas políticas de desenvolvimento regional e os planos de privatizações dos governos federais e estaduais, o município de Barcarena e, por conseguinte a Vila dos Cabanos deixa de ser preocupação e responsabilidade das empresas. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e as reformas na alocação do fundo público influenciam as políticas desenvolvidas pela Albrás/Alunorte. As empresas, gradativamente, estão transferindo para a responsabilidade municipal a manutenção e provimento de serviços e infra-estrutura que mantinha. No quadro legal a competência de responsabilidade foi redefinida, quando a Lei Orgânica Municipal transferiu praticamente todas as atribuições de controle, fiscalização e implementação para a prefeitura de Barcarena, que está, progressivamente, assumindo a manutenção e ampliação dos serviços urbanos e de infra-estrutura alocados no lugar.

Os moradores da Vila dos Cabanos não estão indiferentes à transferência de gestão territorial em curso. Entre os residentes da Vila - que outrora desprezavam a idéia de ser barcarenense e não recorriam ao prefeito e vereadores para reivindicar melhoria e ampliação nos bens e serviços urbanos - está se fortalecendo a prática de recorrer a elite governante municipal para solucionar os problemas do lugar. Inclusive, lideranças comunitárias passam a usufruir de poder político, muitas vezes lançando-se candidatos a vereador.

Vive-se, portanto, uma transição na gestão da Vila. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) esvazia o poder político da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) sobre a Vila dos Cabanos. Na época de sua concepção, quem deveria custear e construir o lugar era a prefeitura.

Mas, a CODEBAR assumiu a gestão do projeto e desde então limitou a participação dos governos estadual e municipal na coordenação das obras, sob a

justificativa de incapacidade administrativa e de endividamento que ambas teriam para conduzir o processo frente ao montante de investimentos requeridos pelo projeto.

Hoje, temos um novo processo de transferência de responsabilidades agora da CODEBAR para a prefeitura de Barcarena.

O que a CODEBAR tem efetivamente feito é prestar o apoio técnico para ações em conjunto com a prefeitura, bem como a comercialização dos lotes disponíveis na Vila, análise de projetos arquitetônicos, uma vez que se encontra sem recursos para investimentos em compra de materiais e equipamentos. (RODRIGUES, 1998, p. 26).

A arrecadação de impostos e o aumento de receitas municipais proporcionado pelo Albrás/Alunorte criam condições orçamentárias para a efetiva transferência de responsabilidades. A saúde fiscal e orçamentária do município deveria se traduzir em qualidade de vida para a população, mas os valores do repasse contrastam com a precária infra-estrutura e serviços públicos. Isto tem motivado a elite política centrada na Vila dos Cabanos a propor emancipação da sede política e administrativa do município de Barcarena.

Assim é que à contratempo das políticas de privatização a Albrás/Alunorte e a CODEBAR deixam para os organismos públicos o ônus de administrar os problemas urbanos. De outro lado, a elite política conservadora tira proveito desse momento de transformação para angariar poder político.

A cidade fica assim reduzida a instrumento ora de uma organização econômica, segundo a qual as necessidades urbanas são repertoriadas e teleguiadas, ora com o pretexto de organizador do espaço público, o poder político dissolve o organismo social, subordina as organizações de classe e as funções urbanas às suas decisões e necessidades, no mais das vezes eleitoreiras e conservadoras.

CAPÍTULO II - O USO DO TERRITÓRIO COMO RECURSO PELA ELITE GOVERNANTE DE BARCARENA

No primeiro capítulo sustentamos a tese que um sistema de ações se reproduz de forma conservadora a cada processo de modernização, mostrando que o “moderno” reordenamento territorial de Barcarena está muito associado à esse sistema de ações. Neste reordenamento, a Albrás/Alunorte é um agente dedificador, que usa o território como recurso para garantir a eficácia do processo de reprodução do capital e as elites políticas se aliam à elite econômica para garantir a continuidade dos privilégios que tradicionalmente adquiriram.

As modernizações introduzidas em função da instalação do complexo da Albrás/Alunorte não se estabelecem para negar o poder da elite governante municipal, tampouco minimizam o poder centralizador dessa elite. Ao contrário, se aliam solidária e organizacionalmente para usar mais eficazmente os recursos do lugar. Todo o território do município é controlado por esse sistema de ações que conservam tradicionalmente, ações políticas centralizadoras, intransparentes e repressoras portanto das iniciativas e normas que querem garantir a participação popular no planejamento e administração da coisa pública.

Diante dos novos vetores de modernização administrativa, por exemplo, as normas da administração pública. Além disso, diante de vetores de modernização administrativa, o prefeito, os vereadores e secretários decidem entre eles como implementá-las de modo que atendam aos seus interesses particulares, reeditando em Barcarena, algo recorrente no território brasileiro, especialmente no que diz respeito às novas normas da administração pública, que pretendem regular os gastos públicos e as ações políticas tradicionais, isto é, as velhas práticas do mandonismo, assistencialismo.

Tais relações entre o “moderno” e o “tradicional”²⁴ têm em Barcarena reproduzido o que J. S. Martins chamou de “poder do atraso”, indicando que “as

²⁴ A análise das relações entre modernização e tradição na sociedade brasileira é um dos eixos da profícua obra de José de Souza Martins, da qual destaco **Capitalismo e Tradicionalismo, O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta e A Sociabilidade do Homem Simples. Cotidiano e História na Modernidade Anômala**. Assim, tais relações são sintetizadas pelo autor:

transformações sociais e políticas são lentas, e que não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho.” (MARTINS (1999, p. 30).

Assim é que o projeto de modernização em Barcarena nos permite adjetivar o processo como uma modernização fabulosa, já que não rompe com as velhas e tradicionais práticas políticas conservadoras.

1- O sistema de ações conservadoras

O município de Barcarena é um lugar que tem sido planejado e administrado de modo conservador pela elite local segundo os interesses da classe econômica e politicamente dominante²⁵.

Ainda que a elite governante defenda interesses particulares da classe, isto não elimina os conflitos de interesses entre eles; interesses que se manifestam principalmente nos períodos eleitorais.

Há um conflito uma disputa, uma contenda entre os representantes da elite política, pois, individualmente, cada qual objetiva ampliar sua influência e prestígio, por conseguinte, comandar a estrutura administrativa municipal. As motivações individuais, mesmo causando conflitos, não põem em risco a defesa dos interesses comuns à classe dominante. Assim, por exemplo, o terceiro mandato de Laurival Magno Cunha termina com a indicação de Wandick Gutierrez para candidato a prefeito, com a condição de este manter a organização administrativa que herdasse.

“Não é o moderno que incorpora o tradicional e o popular simplesmente. Antes, é a tradição que agrega fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser consciência do todo e consciência, por isso, moderna, como se vê nos trabalhos de Thompson.” (Martins, 2000. p. 53).

²⁵ Entendemos, assim como R. Miliband (1999), que “uma classe dominante em qualquer sociedade de classes é constituída em virtude de seu controle efetivo sobre três fontes principais de dominação: os meios de produção, onde o controle pode envolver (e em geral envolveu) a propriedade desses meios, mas não precisa necessariamente fazê-lo; os meios da administração e coerção do Estado; e os principais meios para estabelecer a comunicação e o consenso.” (MILIBAND, 1999, p. 476). A elite é recrutada dentro da classe dominante, conseqüentemente, toda elite é classe dominante, ainda que o inverso não seja verdadeiro.

Um estilo político tradicional, representado por dois nomes de família, que atuam de forma hegemônica na gestão do território de Barcarena, quer estejam dentro ou fora da estrutura administrativa. Assim também governam Laurival Campos Cunha e Laurival Magno Cunha (pai e filho) nos períodos de 1963 a 1967; 1983 a 1989; 1993 a 1996; 2001 a 2004 e reeleito em 2004; e também o de governo de Wandick Gutierrez durante 1989 a 1993, 1996 a 2000, candidato derrotado no pleito de 2004.

Alternam-se nomes, mas permanecem ações políticas conservadoras do poder de classe. As ações políticas em Barcarena estruturam-se assim de forma associada a garantir resistentemente às modernizações que ameacem o modo conservador de gerenciar a coisa pública.

Esses mesmos conflitos no interior da classe e mesmas associações que garantem a conservação do poder político da classe podem ser exemplificados pela análise do processo eleitoral do ano 2000. Nesse momento, em decorrência da morte do ex-prefeito Laurival Campos Cunha, a elite procura encontrar um candidato substituto, que já não podia ser mais Wandick Gutierrez, dado a pouca popularidade deste pela sociedade. Encontrar um novo nome nos parece não foi difícil. Entre os candidatos Padre Adamor Lima (PT) João Evangelista Vaz (PSL), Adinaldo Souza de Oliveira (PV), Maurilo da Costa Gomes (PFL), João Carlos dos Santos Dias (PMN), a elite apóia o nome de Laurival Magno Cunha (PMDB).

Sua candidatura pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) contou com o apoio de líderes estaduais do partido, como Jader Barbalho, Priante, Elcione Barbalho e de famílias tradicionais locais, como a Rodrigues, de onde saiu o ex-prefeito José Pinheiro Rodrigues. Laurival Magno Cunha, filho de Laurival Campos Cunha, era pouco conhecido, não tinha imagem de “político tradicional”, pois não havia sido candidato, não freqüentava as feiras culturais locais, os comícios de políticos e nem as inaugurações empresariais em Barcarena.

O senhor João Carlos dos Santos Dias, candidato pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN) é um empresário local no ramo de supermercados e tinha até então, um histórico político pouco expressivo, tendo sido vice-prefeito de Wandick Gutierrez na gestão 1989-1993. A família Santos apoiou durante muito tempo o grupo político de Wandick Gutierrez, mas retirou esse apoio quando o prefeito perdeu sua popularidade em decorrência de uma administração inexpressiva.

O padre Adamor Lima, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), não pertence nem representa as famílias tradicionais locais. Natural de Abaetetuba, Adamor Lima realiza um trabalho junto aos movimentos sociais, sobretudo o movimento dos trabalhadores rurais. Convidado pelo PT em abril de 2000 para ser candidato, ele decidiu aceitar o convite, mesmo sem o apoio da Igreja Católica, contrária ao envolvimento eleitoral de seus líderes. Sem o apoio da Igreja, sem coligação com outros partidos e sem associação com as famílias tradicionais, sua campanha política foi pouco expressiva, ainda que tenha tido votação importante para mostrar que parte significativa da população já não concordava com a manutenção do poder das famílias tradicionais via revezamento de cargos nos governos municipais.

Apesar da candidatura de Adamor Lima, a campanha foi fundamentalmente um embate entre João Carlos dos Santos Dias e Laurival Magno Cunha representantes dos dois grupos locais economicamente fortes, dois empresários de famílias tradicionais no município.

Se durante a campanha havia já um embate entre dois grupos, o resultado da apuração fez surgir um verdadeiro conflito entre os partidários de Laurival Magno Cunha, que venceu o pleito de 2000 com 38,84% dos votos válidos, e João Carlos dos Santos Dias, que obteve a expressiva votação de 35,98% dos votos válidos²⁶.

Pelo país: ELEITORES INCENDEIAM FÓRUM

Um protesto contra o resultado da eleição para prefeito de Barcarena, município localizado 25 km ao norte de Belém (PA), resultou na invasão, depredação e incêndio do Fórum e da sede do Ministério Público Estadual, na madrugada de ontem. Computadores e disquetes foram totalmente destruídos e atirados ao chão. Mais de 200 homens da Polícia Militar foram enviados da capital para garantir a ordem. Dez pessoas foram presas e duas baleadas durante os distúrbios. Uma das vítimas, Armando Dias Pimentel, foi levado em estado grave para o Pronto Socorro Municipal de Belém. O juiz da comarca, Carlos Flexa, pediu proteção policial. Sua casa está cercada por policiais militares. Dois promotores tiveram de sair do município escoltados. O incêndio nas instalações do cartório eleitoral só

²⁶ O padre Adamor Lima, obteve 22,27 dos votos válidos, João Evangelista Vaz, 2,15, e Adinaldo de Souza Oliveira, 0,83. Fonte: www.tse.gov.br. Acesso em: 01 dez.2005.

foi apagado no início da manhã²⁷.

Nas palavras da presidente de um centro comunitário do município de Barcarena,

A maioria das pessoas disse que queimaram o fórum porque acharam que era muita gente que votou no João Carlos. Aonde você chegava dava João Carlos, nós fizemos pesquisas em vários locais e dava João Carlos, e quando chegou na urna não sabe o que aconteceu, foi uma coisa muito esquisita porque na contagem dos votos o Laurivalzinho passou na frente. Então na cabeça das pessoas foi fraudada a eleição. (informação verbal).²⁸

No entanto tais divergências entre os membros da elite política são efêmeras. A reconciliação se dá já nas eleições municipais de 2004, momento em que muitos acreditavam que o senhor João Carlos se candidataria fazendo oposição à Laurival Magno Cunha. A população se mostra sim decepcionada. Em entrevista nosso interlocutor nos diz,

Eu até temia isso de novo, e até a justiça mesmo temia tanto que mandou um outro juiz, mandou muito policiamento porque temia a mesma coisa. Porque as pessoas ficaram um pouco revoltadas com o João Carlos que era candidato a prefeito e que na época era contra o Laurivalzinho e agora estava do lado dele. Então as pessoas que estavam esperando que ele viesse para tornar repetir ficaram decepcionadas porque ele passou para o lado do prefeito. Então as pessoas ficaram muito divididas. O Laurivalzinho ganhou porque os outros candidatos se aliaram a ele. Eu votei no seu Laurivalzinho, porque eu não vi outro candidato que viesse substituir ele. (informação verbal).

O que unifica vergonhosamente esses grupos de famílias tradicionais, se revezando no comando do poder público é a defesa intransigente de seus interesses privados. À despeito das modernas normas da gestão da coisa pública, à despeito da instalação de um moderno complexo industrial no município, à despeito das urgentíssimas necessidades de bens coletivos para a população local, a elite política tradicional mantém suas velhas práticas políticas.

²⁷ Fonte: <<http://an.uol.com.br/2000/out/04/0pot.htm>>. Acesso em: 13 jun.2005.

²⁸ Entrevista nos concedida em março de 2005.

1.1- A política de despachos

Uma estratégia do prefeito e dos vereadores para se relacionar com a população é a política de despachos. Em anos eleitorais a prática dos despachos transforma as campanhas num espetáculo, cujo resultado é determinado pelo poder do *marketing* político tornar o candidato uma mercadoria aceitável. Assim, através das inúmeras visitas às mais longínquas localidades, distribuição de “brindes”, importação de votos dos eleitores barcarenenses que residem em outros municípios²⁹, dos comícios, que se transformam em verdadeiras festas, com apresentação de músicos populares, a efetivação dos sorteios, tudo corrobora para alienar o voto dos eleitores que pouco prestam atenção nos discursos dos candidatos.

Nas campanhas políticas barcarenenses, assim como em todo o Brasil, os candidatos, com ar de humildade, visitam todos os lugares, solidarizam-se com as reivindicações de todos, celebram os mais variados acordos. Segundo nosso entrevistado, um diretor do centro comunitário do Bairro do Laranjal

Na época de campanha eles prometeram mundos e fundos. Pelo menos aquele compromisso que assumiram em campanha teriam que cumprir. Por exemplo, na época de campanha, o prefeito chegou aqui com a gente falou que ia asfaltar, fazer saneamento básico, colocar água. E nada disso está acontecendo. Então a gente vê uma falta de compromisso, falta de interesse mesmo pela comunidade. Até porque o nosso município hoje tem uma arrecadação muito grande, então não era para nós estarmos vivendo do jeito que estamos vivendo hoje. Não sei se você percebeu, algumas ruas ai não dá nem para passar, pois o lixo está fechando.

Pergunto: E por que está assim?

Como eu falei para você ainda agora, é a falta de compromisso mesmo. O “cara” chega aqui oferece, promete várias coisas que realmente vai beneficiar a comunidade então tá. Ai todo mundo fica [...] na verdade

²⁹A estimativa de população em Barcarena em 2002 é 66.913. O número de eleitores é de 36.339 distribuídos por 112 seções eleitorais, o que tem levado o ministério público a investigar a importação de votos. Fonte Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICAS_MUNICIPAIS/Mesorr_Metrop_Belem/Belem/Barcarena.pdf> . Acesso em: 13 jun.2004.

nós fomos enganados novamente, porque todo mundo confiou que ia fazer ia fazer, não é nada disso que está acontecendo. (informação verbal).³⁰

Depois de empossados “os políticos” não cumprem suas promessas. Motivo pelo qual, os eleitores aglomeram-se no portal que dá acesso aos gabinetes dos vereadores - guardado por um funcionário, que cumpre a função de recepção e segurança -, cobrando as promessas feitas por ocasião de campanha, trazendo solicitações individuais ou coletivas. Assim, durante o ano, a atividade política do vereador é despachar. Nas palavras do vereador:

Costumo dizer que a atividade do vereador começa no mês de janeiro. As pessoas batem na porta do vereador para que? Eles querem que o vereador interceda junto ao prefeito para conseguir um contrato de trabalho. Também, todo o final de mês de janeiro quando “o cara” não tem dinheiro, ele recorre ao vereador para este pagar o gás dele; então já começa uma pressão no vereador por essas coisas. As pessoas que vão montar bloco de carnaval em fevereiro também já começam a te procurar em janeiro. Quando chega em fevereiro quando vai começar as aulas, a questão é o material escolar. Então os pais mais carentes e pessoas que têm mais necessidade e outras até que não têm necessidade, mas que têm o conhecimento do vereador, já procuram o vereador porque querem material escolar, farda, sapato.

Quando chega o mês de março, então é aquele último prazo para o aluno entrar com a farda escolar. Então quando eu vejo aquela correria de pais me dizendo: “ah vereador, se o meu filho não estiver com a farda ele não vai poder entrar na escola porque o professor disse que não vai deixar mais porque tem de ter a farda”. Ai o vereador tem que dar. Fora o dia-a-dia natural do vereador que é aquela questão do remédio, do exame, da passagem para Belém, que isso é diariamente.

Quando chega a páscoa, todas as escolas fazem a festa de páscoa, todas as turmas, salas de aula promovem festinha para aluno. E o professor tem que dar o bolo e é aqui na porta do vereador que ele vem bater para pedir ajuda para que sejam realizados esses eventos de páscoa.

Quando chega o mês de maio, no segundo domingo de maio, festa do dia das mães em todas as comunidades, todas as escolas têm festa do dia das mães. É aquela pressão em cima do vereador para cobrir e patrocinar todas essas festas.

³⁰ Entrevista nos concedida em março de 2005.

Aí chega o mês de junho, é o pior mês para o vereador em Barcarena, porque é grupo folclórico para todo lado.

Aí tu pensas, mês de julho recesso da câmara, para o vereador vai folgar. É geralmente nesse mês de julho que as pessoas entram de férias, querem viajar, querem visitar um parente em outro município aí começa a pressão por causa de passagem. Os pedidos sempre de forma pessoal, nada coletivo, nada comunitário.

Aí começa o mês de agosto, já começa o segundo domingo com o dia dos pais. Não é a mesma grandeza do dia das mães, mas ainda tem programação em todo o município para o dia dos pais.

Quando chega o mês de setembro começa com o 7 de setembro, aí o pai chega assim, “mas vereador se o meu filho não desfilar ele não vai ganhar um ponto que a professora disse que vai dar pra ele[...]você tem que dar roupa para a pessoa desfilar, ajudar a escola a montar banda”.

Aí vem outubro, quando chega outubro aí vem logo o dia das crianças, no dia 12. É o mesmo problema em relação às escolas, todas as escolas mandam ofícios, eu já cheguei a receber mais de 100 num mês em relação as escolas pedindo solicitações. Tem depois a questão do círio de Belém, o nosso povo é muito religioso, é muito crente, leva a fé, ela está muito presente na vida do nosso povo. Então as pessoas querem ir pra Belém, e é passagem, é a roupa do filho que “o cara” não tem pra comprar, é a promessa que ele fez para ti ganhar a eleição e que ele tem que pagar agora lá com a santa, ele se comprometeu de todo o círio ir lá porque ele fez uma promessa em teu nome senão tu não irias ganhar a eleição, aí você tem que custear essa despesa, não tem jeito.

Quando chega novembro, já começa dia 2 de novembro, finados. É vela pra todo o povo, a família está lá querendo velas, querendo iluminar os seus entes que já faleceram, pessoas que têm que sair do município, pessoas que vêm para o município e não têm como voltar, e tu tens que dar a passagem de volta. Quando chega o segundo domingo de novembro tem o círio de Barcarena. Lá está o vereador sendo cobrado para patrocinar vídeo do círio e a programação do círio, e também as despesas aumentam na casa de todo mundo porque é tradição aquela reunião do círio no domingo. Ainda no mês de outubro tem o dia dos professores. Mês de novembro é o círio no segundo domingo. (informação verbal).³¹

³¹ Entrevista nos concedida em março de 2005.

Na lógica conservadora dos governantes legislar e administrar são sinônimos de despachar. Entenda-se por despachar o atendimento pelo prefeito, na sua residência ou no seu gabinete, aos membros da administração direta e, especialmente, a população. No território de Barcarena, despacha-se “como se” a instituição pública municipal, com suas estruturas e recursos, fosse de domínio privado do gestor. A gestão pública assume conotação pessoal, “como se” o gestor estivesse administrando sua casa, unindo, como lembra R. Da Matta (2001), “a lei com a realidade social diária³²”. Nesta prática política, tal como no patrimonialismo examinado por R. Faoro (1991), dissolve-se qualquer limite entre os interesses da instituição pública e os interesses particulares. Conseqüentemente, sem o reconhecimento desses limites o bem comum torna-se uma falácia, assim como o espaço público, a esfera pública, a gestão pública, e, portanto, a cidadania no território torna-se uma quimera³³.

Quando o poder municipal não reconhece aqueles limites, não se tem um espaço público, lugar onde, segundo H. Arendt (2003), prevalece a ação política que se realiza no reconhecer do outro enquanto condição de existência do eu, e vice-versa; lugar no qual impera a *pluralidade*, o *interesse comum*, que não é nem individual, nem social, é *público*. Deste modo, não temos a ação do gestor público implementando políticas públicas, o que se tem é a ação da elite governante

³² Na lógica do sistema de ações conservadoras a função do vereador é a mesma do despachante, tal como definido por R. Da Matta (2001). “A figura do *despachante*, esse especialista em entrar em contato com repartições oficiais para a obtenção de documentos que normalmente implicam as confusões que mencionei linhas antes, ao descrever o ‘jeitinho’. O despachante, como figura sociológica, só pode ser visto em sua enorme importância quando novamente nos damos conta dessa enorme dificuldade brasileira de juntar a lei com a realidade social diária. Assim, o *despachante parece mais um padrinho*. Do mesmo modo que *um patrão deve dar emprego e boas condições de trabalho a seus empregados*, o despachante deve guiar seus clientes pelos estreitos e perigosos meandros das repartições oficiais, fazendo com que sigam o caminho certo.” (DA MATTA, 2001, p. 102-103, grifo nosso).

³³ “A cidadania é um pacto social estabelecido simultaneamente como uma relação de pertencimento a um grupo e de pertencimento a um território. Esse pacto associativo é formal e pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo. A coabitação desses indivíduos ocorre assim sobre um espaço que é também objeto de um pacto formal, que instaura limites, indica usos, estabelece parâmetros e sinaliza as interdições. Esse tipo de espaço normatizado é a matriz do espaço público e o principal *locus* de reprodução da vida coletiva, e *toda ação social que pretenda subverter a existência desse espaço ou transformar o estatuto é necessariamente redefinidora dos termos e corresponde a um recuo do contrato inicial que funda a cidadania, recuo que é tanto da institucionalização das práticas sociais que compõem um QUADRO de vida democrático e cidadão quanto físico, do arranjo material que limita e qualifica as ações.*” (GOMES, 2001, p. 173-174, grifo nosso).

conduzindo políticas de assistência social, usando o território como recurso para preservar seus interesses.

Assim, segundo A. W. B. de Oliveira (2004), “as chamadas ‘políticas sociais’ seriam ‘focalizadas e não necessariamente públicas’, consistindo tão somente num instrumento de funcionalização da pobreza.” (OLIVEIRA, 2004, p. 41). Os agentes hegemônicos da política usam aquela parte do território municipal onde a população pobre reside, como recurso de assistência aos necessitados, isto é, para implementar suas ações assistencialistas. Podemos mesmo dizer que a manutenção da pobreza nesses lugares cumpre a função de garantir a continuidade da elite no poder, isto é, esses territórios justificam as políticas sociais e impedem a realização de políticas públicas. É um círculo vicioso.

Os mecanismos de controle e fiscalização da gestão pública são silenciados, ou seja, funcionam de acordo com o sistema de ações conservadoras, conseqüentemente, os gestores comportam-se como proprietários do patrimônio público, utilizando os recursos municipais de acordo com as suas próprias convicções e interesses. A atividade política reduz-se ao gerenciamento de interesses individuais. Isso lhes permite, por exemplo, não priorizar a cobrança de tributos municipais, principalmente o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, o que também constitui prática clientelista.

Em 2000 a receita do IPTU foi projetada em R\$ 876.370,00 e sua arrecadação foi de R\$ 921.583,00 (QUADRO 10). Em 2001 houve uma previsão de arrecadar R\$ 1.000.000,00, projetando-se uma inadimplência de 50% e 2% de isenções, arrecadou-se R\$ 743.895,00. A estimativa de arrecadação para o ano de 2002 foi somente 40% do previsto no ano anterior. Ainda que se saiba da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, a receita do IPTU havia alcançado quase o projetado para o exercício de 2000.

QUADRO 10- DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO NA ARRECADAÇÃO DO IPTU EM BARCARENA DE 2000 A 2003.

Exercício	Previsão	Arrecadação	Isenção	Inadimplência
2000	876.370,00	921.583,00	-1	-1
2001	1.000.000,00	743.895,00	2%	50%
2002	400.000,00	845.906,00	2%	30%

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2001, 2002 e 2003. Organizado pelo autor

1- Dados não disponíveis nos documentos.

No território de Barcarena vive-se um período em que a chegada de sistemas técnicos de engenharia e da moderna administração gerencial tem sido acompanhada do fortalecimento de políticas tradicionais, sobretudo patrimonialistas, que usam o poder público em benefício de interesses particulares e em detrimento do interesse e necessidades da população.

A estratégia dos despachos assume função de institutiva de um modo de ação e a população se familiariza com tal instituição, pois a política assistencialista dos despachos é mais difundida, utilizada e conhecida que os próprios direitos do cidadão estabelecidos nas Cartas Constitucionais Federal, Estadual e Municipal.

Essas ações assistencialistas viabilizadas pela política de despachos prosperam em Barcarena entre a população pobre às quais já nos referimos no Capítulo I. São os bairros de ocupação espontânea, como, como Bairro Novo, Novo Horizonte, Bairro Laranjal (MAPA 4), além das áreas rurais e ribeirinhas das ilhas, onde a maioria da população aí residente enfrentam o desemprego, condições precárias de habitação e até alimentação. Como enfatiza um secretário de um sindicato de trabalhadores que entrevistamos:

Porque eles não têm emprego, uns já não têm nem casa. Então você vai ver aqui em Barcarena o que tem de invasões que aconteceram na área urbana é um absurdo, só aqui na em torno de Vila do Conde, em torno do Núcleo Urbano da Vila dos Cabanos, que foi uma cidadezinha planejada para a classe média dos empregado da Albrás, você tem ali o Jardim Cabano, o Novo Horizonte, o Bairro Industrial, Rio Paraíso, só em torno do núcleo urbano. Você vai para a Vila do Conde você tem 9 de Abril, você tem Industrial, Jucuraru, todos são invasões, gente que não tem emprego, não tem casa, não tem nada. Vende a casa porque está desempregado,

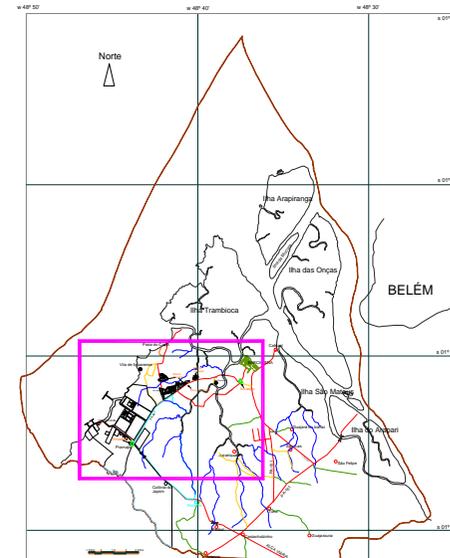
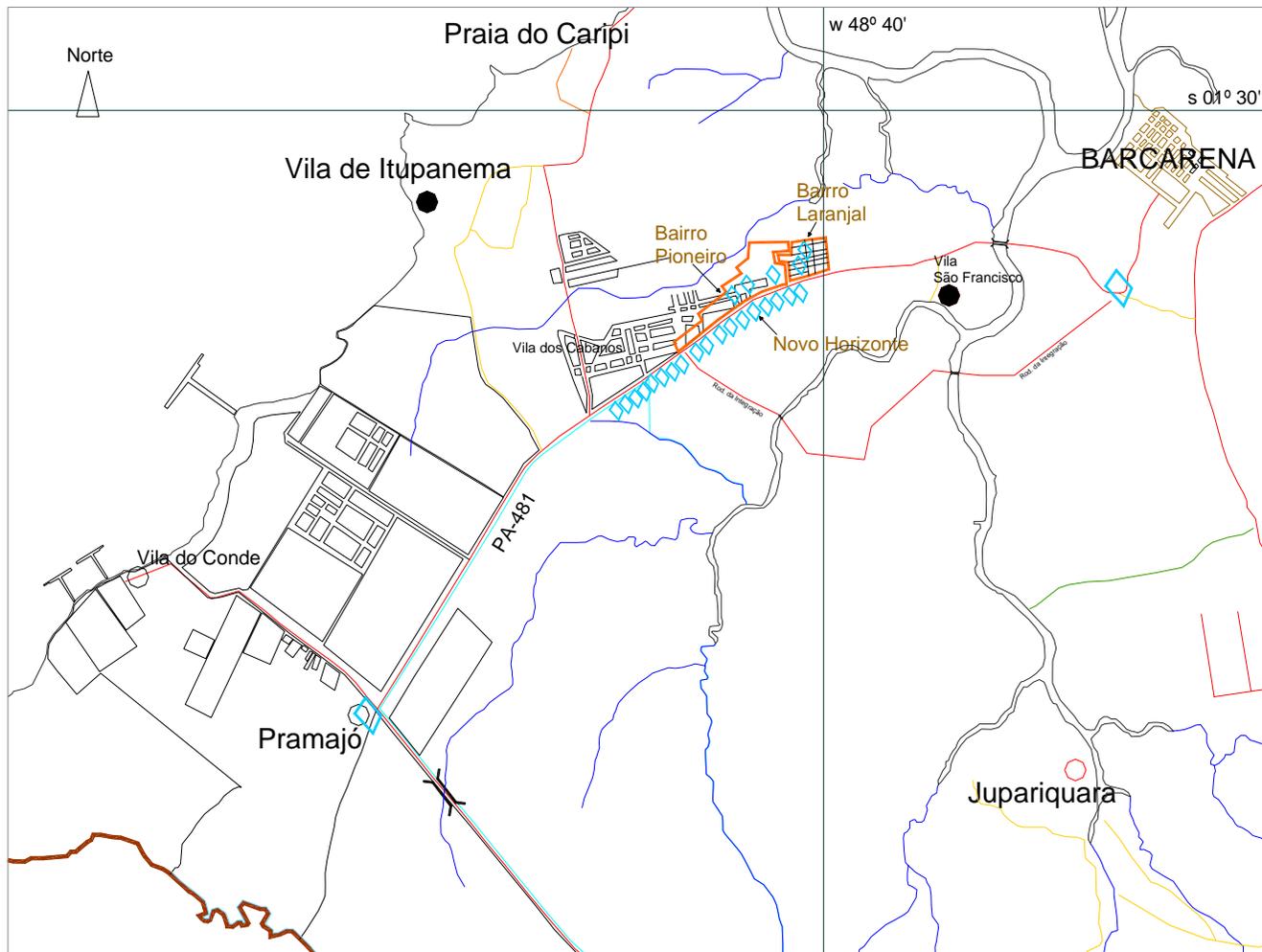
depois invade terra para poder morar, é horrível isso aqui em Barcarena. (informação verbal).³⁴

No atendimento imediato dessas demandas, a gestão municipal transforma os órgãos de administração, mormente a secretaria de assistência social e a câmara de vereadores, em centrais de atendimento e suprimento de uma gama de solicitações. O “Programa Plantão Social”, desenvolvido pela secretaria de ação social, realiza atendimentos emergenciais com concessões variadas, de acordo com a necessidade da demanda existente. Auxílio funeral, certidão de nascimento, encaminhamento de 2ª via de carteira de identidade, ajuda de custo para famílias imigrantes, cestas básicas de alimentos, ofertas de medicamentos com prescrição médica dentre outros, bem como encaminhamentos diversos da população carente para entidades públicas e privadas.

³⁴ Entrevista nos concedida em março de 2005.

MAPA 04 Localização Aproximada dos Lugares de Ocupação Espontânea no Município de Barcarena

Localização no Município de Barcarena - PA



- LEGENDA**
- Lugares de Ocupação Espontânea
- CONVENÇÕES**
- Limite Municipal
 - Estradas pavimentadas
 - Estradas sem pavimentação
 - Caminhos
 - Drenagem
 - Ilhas
 - Sede
 - Bairros
 - Áreas urbanizadas
 - Pontes
 - Vilas
 - Localidades



FONTE:
 Governo do Estado do Pará/Secretaria Executiva de Indústria,
 Comércio e Mineração -
 SEICOM/Programa de Informações Básicas
DATA: 1998
 Elaboração do Mapa:
 João Nahum e Danyry Sousa
 Layout: Danyry Sousa (01/2008)

A estratégia de despachos seja por viabilizar ações assistencialistas seja por associar interesses públicos com privados, reforça a imagem do vereador como “pessoa que faz ou resolve”. E os vereadores, eles mesmos tomam o “ato de despachar” como ação ordinária, tal como declara o presidente da câmara de vereadores de Barcarena, Renato Ogawa:

Porque eu acho até natural, porque o vereador, na nossa escala política, é o único político que o povo tem acesso, é o único político que o cidadão daqui da cidade, o cidadão daqui do município pode chegar e bater na porta da casa do vereador que ele vai ser atendido. Você encontra vereador andando na rua, você encontra vereador jogando futebol, você encontra na praça. Você não encontra deputado estadual, nem federal, você não encontra aqui senador para cobrar, nem o presidente da república, aqui para cobrar, você não encontra o governador. O acesso ao prefeito já é uma coisa mais restrita. (informação verbal)³⁵

A população acreditando que o vereador é “a pessoa que faz e resolve”, “um agente executivo”, recebe-o com expectativa, sobretudo durante as raras sessões itinerantes da câmara legislativa municipal. O que seria um fórum de debate, construído com base no diálogo e objetivando a melhor gestão do território, metamorfoseia-se em ouvidoria na qual a população, individual ou coletivamente, solicita do vereador o que necessita. A população, por não saber de seus direitos, pela força da cultura “do sempre foi assim” e por descrença nos políticos enquanto viabilizadores de políticas públicas vai ao encontro do vereador somente para buscar o que precisa de mais imediato. Desse modo, propala-se uma ficção de fórum democrático em detrimento da realização de políticas públicas democraticamente constituídas a partir das demandas de toda sociedade - única possibilidade da construção de um país mais justo, de formação de cidadãos fortes.

As raras sessões itinerantes da Câmara, que deveriam ser um momento de exercício de transparência legislativa e troca de informações, resumem-se a dois atos: no primeiro, apresenta-se uma prestação de contas dos serviços, quando o vereador expõe o que está fazendo, onde, como e para quem; no segundo, ocorrem os registros de novas solicitações de bens e serviços para indivíduos ou para a comunidade. Segundo os vereadores, suas atividades políticas atendem as demandas da sociedade, se esta não exige informações, transparência e

³⁵ Entrevista nos concedida em fevereiro de 2005.

participação no planejamento, eles agem como se a sociedade não tivesse direito de participação, como se este direito não existisse.

A população sempre recorreu à estratégia dos despachos e não acredita no poder público enquanto gestor do bem comum, por isso o seu “desinteresse” por conhecer e utilizar seus direitos relativos à participação no planejamento e acesso às informações. A descrença nos “políticos” é reiterada por um dirigente do centro comunitário de São Francisco, em entrevista a nós concedida.

A descrença da comunidade é muito grande, as pessoas elas já não acreditam em negócio de vereador, vota porque tem de votar, vota porque ele é um cidadão e tem que votar, mas não porque ele acredite que fulano vai trazer algum benefício, vá reivindicar, conseguir trazer para São Francisco, porque isso aqui é anos, anos e anos de tanto reivindicar e pedir, eles dizem que vão. Essa semana passada eu estive com o Paulo Ronildo, que é o vereador, segundo mandato, que sempre disse que iria reivindicar para fazer a nossa praça, pra melhorar o sistema de abastecimento de água, mas eu não sei porque, mas não vem. (informação verbal)³⁶

O presidente da câmara dos vereadores, no entanto, tem outra versão para o “desinteresse”. Segundo ele, “se criou a cultura de que só adianta, só resolve, se for por intermediação deles” - os vereadores. A população, não se interessa por participação política efetiva, por saber e se informar sobre o que o poder legislativo faz, qual o papel deste, confundindo-o com o poder executivo. Por isso os vereadores não direcionam ações para construir um entendimento político de sua atividade, pois crêem que isso não é desejo da população.

³⁶ Entrevista nos concedida em março de 2005.

1. 2-A coerção política

Em Barcarena, de modo geral, a população não se envolve “na política”, considerando mesmo a atividade política como atividade desonesta. Assim é que não ambicionam algum posto, cargo ou função no poder executivo ou legislativo, no limite, participam como membros dos centros comunitários, associações de moradores, sindicatos. O cidadão comum espera que a elite governante continue despachando, e por isso criticam o atual prefeito, Laurival Magno Cunha que por ser também presidente do CODESEI -Consórcio de Desenvolvimento Sócio/Econômico Intermunicipal, tem despachado na sede deste órgão, em Belém, muito longe da população que o costuma procurar.

É somente a minoria da população que participa dos centros comunitários, de associações de moradores, de sindicatos e de partidos políticos e raramente aparece um cidadão disposto à se candidatar nos pleitos municipais³⁷. Em entrevista perguntamos a um diretor sindical: a gestão democrática é uma demanda da população organizada ou as organizações populares objetivam a resolução de problemas específicos da categoria?

Essa tua posição é correta. Mas tem uma outra coisa para que isso ocorra desse jeito. É a pressão política. Porque as nossas entidades todas elas têm funcionários públicos. Quem não é funcionário público, tem um irmão, um membro da família que é funcionário público. Então na medida em que você começa a mostrar os erros de uma administração ou ‘bater nela’, ou colocar a população de forma consciente como é que se tem de trabalhar, aquela pessoa ligada a tua família começa a sofrer pressão: “olha, ou o teu sobrinho ou filho ou quem quer que seja pára de fazer isso aqui ou tu vai pra rua.” (informação verbal).³⁸

Um diretor de outro sindicato também relata esse tipo de prática repressiva e autoritária dos governantes locais:

³⁷ A participação da minoria da população nas organizações representativas de seus interesses é um traço característico da cultura política brasileira, como deixam claro Orlando dos Santos Júnior; Sérgio Azevedo; Luiz César de Queiroz Ribeiro (Orgs). **Governança democrática e poder local. A experiência dos conselhos municipais no Brasil.**

³⁸ Entrevista nos concedida em fevereiro de 2005.

O poder público tem a prática de tentar perseguir, de tentar amedrontar, intimidar. Eles não conseguindo isso, eles partem para o cooptar. A gestão que mais tentou cooptar foi a atual - Laurivalzinho-, oferecendo vantagens de caráter pessoal ou de grupo, tipo assim, se vocês me apoiarem ou se vocês não baterem na administração a gente pode[...] oferecer isso, geralmente para os dirigentes claro. (informação verbal)³⁹

Os governantes locais, através do sistema de ações conservadoras, reprimem aqueles que discordam de seus interesses ou tentam escapar de seu comando. De outro lado, ainda criam a ilusão de que a gestão democrática não é demanda da sociedade, “porque ninguém se manifesta contra as ações do governo”.

A população organizada nos centros comunitários, associações de moradores e sindicatos, isto é, a sociedade civil⁴⁰, vive pressionada e reprimida pelas ações conservadoras, encontra-se paralisada diante da gestão política tradicional e acaba por suportar as pressões desta. Há tempos a ação da sociedade civil é limitada por essa coerção, que é parte da cultura política de Barcarena. Nas palavras de outro diretor sindical:

Ainda há pouco eu falei da questão da cultura. É cultural a questão da não participação na vida política. Isso não é ensejado no seio da população. Isso, de certa forma, se reflete nos sindicatos nas organizações de modo geral. Nós hospedamos essa coisa ao longo dos anos, essas idéias, a questão ideológica, e conseqüentemente, essa prática. (informação verbal)⁴¹

A coerção política favorece o sistema de ações conservadoras, pois impossibilita quaisquer ações que ameacem o poder dos governantes. Conseqüentemente, a população mal consegue se organizar, e os sindicatos e associações comunitárias conseguem, no mais das vezes, respostas para questões

³⁹ Entrevista nos concedida em fevereiro de 2005.

⁴⁰ “Assim, e sendo fiéis a Hegel, Gramsci e Bobbio, podemos pensar a sociedade civil como a sociedade fora do Estado, em que os poderes dos seus membros são ponderados de acordo com as organizações ou associações a que pertençam, o dinheiro ou capital de que disponham e o conhecimento que detenham. Isto, de um ponto de vista estático. Dinamicamente, podemos pensar em sociedade civil como um complexo campo de lutas ideológicas em que classes, grupos de interesses e indivíduos isoladamente buscam alcançar hegemonia, reformar o Estado e influenciar suas políticas. Este conceito histórico, ao invés de normativo, de sociedade civil não lhe retira o conteúdo ético. É na sociedade civil e através dela que os valores éticos e civilizatórios se afirmam, na medida em que grupos que se pretendem portadores desses valores (e possivelmente o são) dela fazem parte e sobre ela buscam exercer sua influência.” (PEREIRA, 1999, p. 100).

⁴¹ Entrevista nos concedida em fevereiro de 2005.

cotidianas, corriqueiras, relacionadas à *sua* categoria de trabalho, a *sua* rua, o *seu* bairro, a *sua* comunidade, e que não ofereçam nenhum risco ou sejam propostas de transformação na base do poder político tradicional. Reitera um diretor sindical, “aqui nós atuamos mais naquilo que está colocado para nós no dia-a-dia, ou às vezes, o inesperado, um imprevisto”⁴². Atuam motivados por interesses pontuais, muitas vezes também individuais ou corporativos.

Quando as ações têm finalidades e interesses corporativos ou individualistas, a sociedade perde a perspectiva de se realizar como sociedade civil. Tem-se um círculo vicioso, porque, segundo os sindicalistas, o combate ao poder político conservador só pode ser eficaz se as associações de moradores, os centros comunitários, os sindicatos, em suma, a população organizada planejar suas ações com perspectiva coletiva. Segundo outro entrevistado, um secretário sindical:

Os sindicatos, a sociedade civil, não está tendo condições de se organizar para discutir o espaço público, a melhoria do espaço público como um todo, mas ações pontuais. Aparece o problema aí você tenta dar uma resposta ou falar algo acerca do problema. A sociedade civil se organiza mais enquanto categoria, do que enquanto cidadão, e pesa muito a questão do corporativismo. É a categoria, não é o cidadão. Aqui a gente discutiu muito, nossas reivindicações são muitas, mas no final o que tem valido, o que tem mais peso, é a questão dos salários. Mas a gente discute o salário e não se discute orçamento, qualidade de vida, participação pública, transparência administrativa. (informação verbal).⁴³

Isso, de acordo com M. Santos, (1993, p. 75), é uma ação política puramente espacista, mas não propriamente espacial, pois “agir sobre uma fração do território sem que a ação seja pensada de maneira abrangente, pode oferecer soluções tópicas e de eficácia limitada no tempo, servindo sobretudo ao reforço dos dados estruturais contra os quais se imaginava combater.”

Educacional e politicamente reprimida, a sociedade civil mobiliza-se somente para reivindicar interesses individuais, não responde aos processos de reordenamento territorial, tais como a transição de gestão pela qual passa a Vila dos Cabanos, a implantação da administração pública gerencial, as transformações impostas agora pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

⁴² Entrevista nos concedida em março de 2005.

⁴³ Entrevista nos concedida em fevereiro de 2005.

Acompanhar, entender e intervir nos reordenamentos decorrentes da implantação de novos sistemas de engenharia de produção, transporte, energia e comunicação em Barcarena, bem como as modificações na gestão do território demandadas pelo estabelecimento de um sistema normativo mais rigoroso como o sistema de normas das finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, são desafios para a sociedade civil.

Segundo entrevista a nós concedida por um diretor sindical:

A velocidade com que os grandes projetos industriais vêm é muito rápida, eles se instalam e de certa forma atropelam o movimento. O movimento teria que estar planejado. Tem vários aspectos aqui, por exemplo, um deles é o serviço de infra-estrutura do Estado para a região, a alça viária. Parece que não é muita coisa, mas trás um reflexo. A partir da alça viária nós temos uma série de componentes aqui no município que se alteram tanto do ponto de vista da violência, quanto no aspecto da questão econômica. Nós temos aqui situações, um exemplo, empresas que estão, a partir da alça se digladiando para pegar a melhor fatia do bolo, o transporte rodoviário. E aí, o que acontece com o movimento social? A gente fica a reboque disso porque não planejou. E isso, de certa forma, a gente já sabia porque nós fizemos algumas discussões sobre a alça viária há dez anos. Na época quando ela iria ser implantada aqui, primeiro tinha um trajeto, um projeto inicial. Em cima deste projeto a gente discutiu. Mas quando a gente estava discutindo mesmo, a classe governante já estava discutindo outros projetos. A gente não conseguiu acompanhar. De modo geral, o movimento não está conseguindo acompanhar as transformações. (informação verbal).⁴⁴

A população organizada apenas assiste os impactos dos processos de reordenamento territorial, pois a inércia política dos diretores que presidem as associações e sindicatos, compromete a possibilidade de uma mobilização mais ampla e mais resistente. De fato, a sociedade sofre por cima a força do poder político dos governantes e a sua própria base, sua organização política segue, ao mesmo ritmo impulsionado também pela visão individualista e interesseira. Assim, são somente as condições de trabalho e condições salariais que preocupam os sindicatos. Nos sindicatos os trabalhadores são tratados como “cliente lesado” que

⁴⁴ Entrevista nos concedida em março de 2005.

tem de ser pessoalmente representado e defendido por sua entidade de classe, perde-se assim a dimensão de classe social.

1.3- A centralização e a intransparência

A centralização do poder é a estratégia usada pela elite governante para estruturar a administração municipal de Barcarena. A centralização é usada pelos prefeitos e aparece logo na composição das chefias do quadro administrativo, preenchido segundo os interesses e indicações do prefeito e das famílias que formaram a base de apoio político e econômico, no período eleitoral.

Desse modo, na gestão 1997-2000 de Wandick Gutierrez, o secretário de saúde foi indicado pelo vice-prefeito, a secretária de cultura e desporto foi indicada por João Carlos, que foi vice-prefeito de Wandick Gutierrez no primeiro mandato, o secretário de agricultura foi indicado pelo vereador Fernando Amaral, a secretaria de obras e transportes ficou à cargo do Sr. Pedro Smith do Amaral, tio do vereador Fernando Amaral e amigo pessoal de Wandick Gutierrez, que depois foi substituído por um dos filho do Gutierrez, Carlos Alberto dos Anjos Vieira.

No território de Barcarena a centralização do poder das elites governantes⁴⁵ dissolve limites entre interesses públicos e interesses privados. As modernizações na gestão do território são usadas pela elite local para seus próprios fins particulares. Assim sendo, a despeito das modernas normas de democratização da gestão pública, baseadas na participação da população e no acesso irrestrito à informações, estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e nas reformas

⁴⁵ Centralização de poder com traços patrimonialistas, tal como conceituado por R. Faoro (1991 p. 84): "O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas de apropriação do cargo – o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria de competência." S. Brito (2001 p. 33) aponta traço de patrimonialismo em Barcarena, onde "a elite política exerceu, e ainda exerce, um patronato político que revela a predominância das relações de compadrio e do fisiologismo como mediadores das relações políticas estabelecidas no município, que é administrado na perspectiva de uma delegação de poder na qual a instância política representa uma instituição assistencial, pautada nos princípios de uma empresa privada."

constitucionais da década de 1990, são implantadas ainda de acordo com o sistema de ações conservadoras.

No território brasileiro, durante a década de 1990, as reformas constitucionais remodelam as relações entre a união, os estados e os municípios. Estados e municípios passam a ser responsáveis pelo provimento e garantia de direitos sociais como educação, saúde e assistência social. As reivindicações relativas à autonomia de gestão e à descentralização das ações de governo em favor dos estados e municípios já integravam a Constituição Federal de 1988. Isto foi viabilizado por intermédio de transferências de competências tributárias e o aumento da participação desses entes federativos na repartição da arrecadação dos tributos federais.

A transferência de competências tributárias implicou a eliminação da participação da União no produto da arrecadação dos chamados impostos únicos, que era de: 1)- 40% no de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos; 2)- 40% no de energia elétrica e 100% no de serviços de comunicações; 3)- 30% no de transportes; e 4)- 10% no de minerais; os fatos geradores desses impostos foram incorporados à base de cálculo do imposto estadual denominado Imposto Relativo à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Permaneceram na competência da União seis impostos: Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR; Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários -IOF; Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR; Imposto sobre a Importação -II; Imposto sobre a Exportação -IE. O imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição não chegou a ser instituído. (SILVA;OLIVEIRA, 2000, p. 14).

O aumento da participação dos estados e municípios na arrecadação dos tributos federais provocou redução significativa na receita disponível do Tesouro Nacional. Segundo P. Silva e J. Oliveira (2000), os estados passam a receber, a partir de 1993, 21,5% do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e os municípios 22,5%. Além disso, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste passaram a receber 3% da arrecadação desses dois tributos, para aplicação em financiamentos que se destinariam ao setor privado. Finalmente, os estados passaram a receber 10% da arrecadação do IPI, proporcional às exportações de produtos industrializados. Pertence, ainda, aos estados e municípios

30% e 70%, respectivamente, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre o ouro, quando definido por lei como ativo financeiro ou instrumento cambial. Finalmente, é destinada aos municípios 50% da arrecadação do ITR⁴⁶.

O compartilhamento de responsabilidades entre união, estados e municípios também estabelece instrumentos de participação direta da população, tanto no planejamento das atividades administrativas como na fiscalização e controle dos recursos. Desse modo, foram promulgadas as seguintes leis:

a) Lei Federal 8.913, de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre a descentralização da merenda escolar, estatuinto em seus Artigos 2º e 3º:

Art. 2º Os recursos só serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham, em funcionamento, Conselhos de Alimentação Escolar, constituídos de representantes da administração pública local, responsável pela área da educação; dos professores; dos pais de alunos; e de trabalhadores rurais.

Art. 3º Cabe ao Conselho de Alimentação Escolar, entre outras, a fiscalização e o controle da aplicação dos recursos destinados à merenda escolar, e a elaboração de seu regimento interno.

b) Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, introduzindo entre os princípios do ensino, a gestão democrática, Art. 3º, VIII;

c) Lei Federal 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o funcionamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), estatuinto em seus artigos 4º e 5º:

Art. 4º - O acompanhamento e o controle social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por Conselhos a serem instituídos em cada esfera no prazo de cento e oitenta dias a contar da vigência desta Lei.

Art. 5º - Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados, ou recebidos, à

⁴⁶Disponível em: In: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloEconomico/6/lcl1366/lcl/366e.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2002.

conta do Fundo a que se refere o art. 1º, ficarão, permanentemente, à disposição dos conselhos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, no âmbito do Estado, do Distrito Federal ou do Município, e dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo.

No tocante aos serviços de saúde, com a introdução do Sistema Único de Saúde (SUS), foram promulgadas as seguintes leis:

a)-Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, estatuinto em seu Artigo 7º, Inciso VIII, a participação da comunidade como princípio norteador do desenvolvimento das ações e serviços;

b)-Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde, instituindo como instância colegiada os Conselhos de Saúde, atribuindo-lhes a seguinte competência:

Art 1º[...]

§ 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo

Estabelece, ainda, o Artigo 4º, que, para receberem os recursos, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com Conselhos de Saúde. Por fim, na organização do sistema de assistência social, através da Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993, introduziu-se a participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, mediante a composição de conselhos populares, sendo esta uma das condições para o recebimento de recursos.

Pelo que se depreende dessas normas de modernização administrativa, a municipalização de direitos sociais é sinônima de gestão transparente, participativa, eficiente e adequada às demandas de cada lugar. O cidadão, por meio dos

conselhos de gestão de políticas setoriais, tem garantido o direito de participar diretamente no planejamento e nos mecanismos de controle e fiscalização de políticas no setor da educação, da saúde, da assistência social.

Os conselhos são compostos por representantes tanto da sociedade organizada quanto do governo, do que resulta uma composição que garante metade da representação para as organizações da sociedade civil e metade para a representação de órgãos governamentais. Apesar de estarem vinculados aos órgãos do poder público, os conselhos têm autonomia em suas atribuições para definirem suas regras e dinâmica de funcionamento, o que deve ser estabelecido com a participação de todos os segmentos sociais representados no âmbito, incluindo, portanto, o próprio poder público.

No entanto, no território de Barcarena os conselhos na área da saúde, de assistência social e na área de direito da criança/adolescentes⁴⁷ foram criados e institucionalizados tão somente para ter garantido o repasse de verbas de outras esferas governamentais para a esfera municipal implementar políticas sociais nas áreas de saúde, de assistência social, da criança e adolescente.

A coerção política do governo municipal não permite que se formem conselhos, por exemplo, para a agricultura e o meio ambiente. Segundo nosso entrevistado,

O diálogo com o poder público hoje não houve mudança. Desde de 1988 que eu trabalho com o movimento sindical aqui, a gente tem dificuldade com o poder público municipal aqui em Barcarena. Nós já lutamos tanto para a implantação do conselho municipal de agricultura, que até hoje não vingou. O prefeito anterior assinou uma lei, o pai do Laurival Cunha, quando saiu e iniciou o Gutierrez, o prefeito sucessor, fez uma outra lei que também não deu em nada, aí o movimento sempre ficou à parte, pois a secretaria de agricultura continua fazendo os trabalhos do poder público sem contato com as entidades civis organizadas. Eles criaram uma forma para que algumas associações que tem pessoas ligadas a eles, ao grupo político do próprio governo municipal, e que têm um certo apoio do município[...]

⁴⁷ Fonte: Dados disponíveis em: < <http://www.ibge.gov.br/munic2001/index.htm>> . Acesso em: 22 jun. 2004 .

Então funciona assim, o conselho municipal de meio ambiente, se você for perguntar para a secretária de meio ambiente ela vai dizer que existe. Para nós ele não existe, nós não participamos, nem sequer foi chamado uma conferência municipal de meio ambiente para que nessa conferência municipal se tratasse do conselho. Mas isso não foi feito com as entidades civis, isso foi feito apenas com a secretaria e a assessoria jurídica da prefeitura, que é a procuradoria do município, junto dizendo eles com o ministério público, que até hoje a gente desconhece se o ministério público participa ou não. Mas sabemos que nós, entidades civis, não participamos. E eles dizem que existe conselho. (informação verbal)⁴⁸.

A ação da elite governante municipal transforma os poucos conselhos existentes em Barcarena em estruturas burocráticas formais, subordinadas às rotinas administrativas das secretarias municipais, no sentido de responder aos procedimentos de aprovação de contratos e prestação de contas exigidos nos convênios estabelecidos com os programas estaduais e federais. Os conselhos não podem apresentar propostas diferentes daquelas oficializadas pelas secretarias. Segundo o mesmo conselheiro, “se for para criar propostas não pode, pois a secretaria já tem as propostas”. Então o conselho funciona para aprovar o que vem de cima. “O conselho tem que assinar tudo o que o secretário está solicitando e que o prefeito está pedindo, senão for pra aprovar o projeto, programa, prestação de contas daquela secretaria nem se realizam reuniões.” (informação verbal).

Desse modo, os conselhos que foram propostos como normas que garantiria a modernização administrativa da gestão pública, acabam como uma fábula, uma alegoria, sem autonomia e sem poder de influir nos rumos das políticas municipais. A estratégia dos governantes é não disponibilizarem informações, nem divulgam para a sociedade como as políticas são gerenciadas. Conseqüentemente, sem informação e transparência, a população não tem possibilidade de fiscalizar e decidir sobre a gestão das políticas sociais.

Portanto, no território de Barcarena, os conselhos de gestão existem para reproduzir o sistema de ações conservadas da elite governante, são instrumentos de participação da população usados para reforçar a centralização política dos governos municipais, pois permite que o município receba as verbas vinculadas às políticas setoriais dos conselhos, sem que seja ameaçada a forma tradicional de

⁴⁸ Entrevista nos concedida em março de 2005.

gerenciá-las, sem que as demandas da população sejam consideradas, sem que a população tome conhecimento do montante das verbas, onde e como são alocadas.

Esse mecanismo da elite conservadora permite a gestão municipal adaptar os documentos - Planos, Programas, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias - encaminhados às instituições e órgãos de controle e fiscalização parecendo cumprir o que se espera de uma gestão moderna, em harmonia com o ordenamento jurídico nacional e atenta aos problemas do município.

Assim, o Plano Plurianual de 2002-2005 da primeira gestão de Laurival Magno Cunha (2001-2004) é utilizado para mostrar onde e como seriam aplicadas as receitas municipais. Esse plano plurianual é constituído por programas de competência das secretarias, tais como: “Saúde para Todos”; “Infra-Estrutura”; “Geração de Emprego e Renda”; “Educação”; “Saneamento Básico”; “Segurança Pública”; “Desenvolvimento Agrícola”; “Ação Social”; “Cultura Desporto e Lazer”; “Urbanismo”; “Administração”; “Orçamento Participativo”; “Bolsa Escola”; “Transporte”; “Turismo e Meio Ambiente”. As metas dos programas mostram que os governantes conhecem os problemas enfrentados pelos munícipes e aparentam o interesse na melhoria da qualidade de vida da população local.

Dentre as metas do programa “Saúde Para Todos” da secretaria municipal de saúde consta a implantação de 04 leitos de UTI no Hospital Municipal e a construção e aparelhamento de Unidade de Saúde com 30 leitos na sede do município. Para o período de 2002-2005 o primeiro projeto prevê alocar R\$ 600.000,00 e o segundo, R\$ 500.000,00. A cidade, no entanto, até dezembro de 2004, dispunha de 81 leitos hospitalares, o mesmo número de leitos do ano de 1999, conta ainda com 18 unidades ambulatoriais cadastradas no SIASUS, número inferior ao ano de 1999, quando eram 21 unidades⁴⁹.

Algumas metas do Programa de Educação parecem as de um programa da secretaria de infra-estrutura:

a)- construção de Escola Técnica e Universidade, para o período de 2002-2005 este projeto tem alocado R\$ 246.000,00;

⁴⁹Disponível:<http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICAS_MUNICIPAIS/Mesorr_Metrop_Belem/Belem/Barcarena.pdf>. Acesso em: 01 Dez. 2005.

b)- construção, implantação e manutenção de um Instituto de Nível Superior. Para o período de 2002-2005 este projeto tem alocado R\$ 340.350,00;

c)- construção e manutenção do prédio para o Conselho Municipal de Educação. Para o período de 2002-2005 este projeto tem alocado R\$ 50.000,00;

d)- construção e manutenção do prédio próprio da Secretaria Municipal de Educação. Para o período de 2002-2005 tem alocado R\$ 395.820,00.

Estas metas de “construção” da Secretaria de Educação não se realizaram. De acordo com dados do IBGE⁵⁰ sobre o ensino, matrículas, docentes e rede escolar em Barcarena, até o ano de 2004 a rede pública municipal não contava nem com escola de ensino superior, nem docente e aluno; também não contava com escola técnica pública municipal e instituto de ensino superior, nem docente e aluno. Tão fabulosa quanto “as metas de construção” da escola técnica, da universidade e do instituto de ensino superior é a “construção e manutenção” do prédio do Conselho Municipal de Educação, este sequer existe na forma de lei municipal⁵¹, aliás, nem a Secretaria Municipal de Educação funciona em prédio próprio, ocupando o mesmo prédio da Câmara Legislativa.

Entre os programas de “Desenvolvimento Agrícola” coordenados pela Secretaria Municipal de Agricultura há, por exemplo, o projeto de implantação de pólo pesqueiro no lago do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que se localiza no município de Tucuruí, aproximadamente 300 quilômetros do município de Barcarena. Tucuruí e Barcarena sequer são municípios pertencentes à mesma macro-região paraense. No entanto, sabemos que não há pólo pesqueiro no local nem apoio à colônia de pescadores de Barcarena o que nos permite interrogar finalmente, onde foi gasto o recurso previsto no projeto?

Poderíamos alongar a descrição dos programas que compõem o Plano Plurianual 2002-2005, mas pensamos, estes muitos que citamos são suficientes para ilustrar o modo de ação e finalidades das elites governantes locais diante das novas normas federais de gerenciamento administrativo. Usam a elaboração do

⁵⁰Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Barcarenacondmun=1501>>. Acesso em: 01. Dez.2005.

⁵¹ Disponível: < <http://www.ibge.gov.br/munic2001/index.htm>> . Acesso em 22. jun. 2004 .

Plano Plurianual para apresentar às instituições de fiscalização onde e como seriam aplicadas as receitas municipais.

1.4- A política da cidade em obras

Segundo M. Santos (2005), os objetos geográficos contêm informação e a sua distribuição no território informa como este pode ser usado, afirma ainda o autor que é o sistema de ações que dá vida aos objetos, portanto uma análise do espaço geográfico não pode tomar esses sistemas de forma indissociável. A gestão do território é assim um conjunto de ações de reordenamento dos sistemas de objetos que nos dá a configuração territorial de um lugar. Para o bem ou para o mal, as políticas governamentais compõem um sistema de ações de reordenamento do território de toda a sociedade de um lugar.

Em Barcarena, as ações de reordenamento do território são realizadas através de um projeto infundável de obras, o que faz parecer que as ações governamentais sejam uma política ativa. No entanto, o que esconde tal projeto de obras e ações políticas é o uso do território como recurso para manutenção de seu domínio político. Nunca há orçamento suficiente para terminar as obras e ela resta ali como propaganda das ações governamentais ou quando são terminadas são apresentadas como uma doação dos próprios governantes à sociedade. Há que se afirmar que o orçamento dessas obras é dinheiro público, portanto da própria sociedade e que não é presente deste prefeito ou daquele vereador.

Mas a inauguração é um ato solene, momento no qual o “benfeitor” se apropria da “obra”, batizando-a e “presenteando” a sociedade barcareense. Lê-se no jornal **Diário do Pará** de 23 de abril de 2002:

Os moradores de Barcarena receberam, ontem, um presente, durante a comemoração dos 46 anos do prefeito Laurival Magno Cunha (PMDB). Foi o início das obras de construção do cais de arrimo, que fará parte de um grande complexo turístico na orla local. O ex-senador Jader Barbalho, os deputados federais Elcione Barbalho e José Priante, além do

vereador Helder Barbalho, participaram no importante acontecimento para aquele município.

De acordo com o secretário de Obras de Barcarena, Marlos Neville, o cais será a obra fundamental dentro de um grande projeto de reurbanização da cidade, que tem um orçamento de R\$ 34 milhões, e será concluído em três anos.

O cais de arrimo, que já teve seus recursos liberados (R\$ 1,1 milhão), será feito em 391 dias. A orla toda ainda terá um painel com vista para o rio, além de um calçamento, praça de alimentação, mercado (todo o comércio informal será realocado), e melhorias na praia de Prainha. A obra terá 1.300 metros de extensão. “Haverá uma estação hidroviária, com um mini-shopping, para receber navios” detalhou o secretário.

[...]

O prefeito Laurivalzinho como é conhecido pelo povo, disse que no aniversário dele quem recebeu os presentes foi a população do município. As obras deverão ser um marco fundamental para a modernização e retomada do desenvolvimento de Barcarena[...](JADER VISITA NOVAS OBRAS EM BARCARENA, 2002, s/r, grifo nosso).

O prefeito usa o momento, o evento da inauguração para mais uma vez contar a fabula da necessidade de modernizar a cidade. Seu discurso lacunar, “se sustenta, justamente, porque não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer” (CHAUÍ, 1990, p. 22), assim, o governante admite a situação de estagnação do município e proclama no seu aniversário a “*retomada do desenvolvimento de Barcarena*”. Tais promessas, como lembra M. Santos (1993) acenam, geralmente, para melhorias individuais ou coletivas e realizações não empreendidas pelos governos anteriores ou por outros políticos, de tal forma que soam aos ouvidos dos eleitores como atitude de oposição ao que havia antes, e até se definem como forma de progressismo.

Essa modernização fabulosa quer significar reordenamento territorial. Segundo o discurso do secretário de obras “um grande projeto de reurbanização da cidade”. Mas o que este secretário qualifica de “reordenamento da cidade”, de fato, abrange um lugar, a sede distrital do município, e um local, a orla que coincide com a avenida Cronge da Silveira. Nesta, por aproximadamente 1.300 metros, distribuem-se casas comerciais, supermercados, comércio ambulante, farmácias, posto de combustível, terminal rodoviário, prefeitura, câmara legislativa, secretaria

da fazenda, bancos, mercado municipal, feira do produtor rural, igreja matriz, praça da matriz, embarcadouro, bares, lanchonetes, sistema de som e publicidade de postes, ponto de táxi.

Nesse local, ainda que a presença de instituições financeiras e políticas seja marcante, assim como se destaca a presença de casas comerciais tradicionais, a tarefa primordial da maioria dos que trabalham ali é “a de sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno estilo de vida.” (SANTOS, 2005, p. 102). Temos aí o centro do circuito inferior da economia de Barcarena, “essencialmente constituído por formas de fabricação de ‘capital não intensivo’, por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala e não moderno.” (Idem, p. 97).

Na avenida Cronge da Silveira observa-se a apropriação pelo comércio dos espaços comuns da rua, da calçada, da praça e do cais, transformando tudo em feira livre. Para reorganizar essa dinâmica, a prefeitura deu “início às obras de construção do cais de arrimo”, o que reinventaria parte da cidade, configurando-a como grande complexo turístico. Segundo o secretário de obras, “a orla toda ainda terá um painel com vista para o rio, além de um calçamento, praça de alimentação, mercado (todo o comércio informal será realocado), e melhorias na praia de Prainha”.

As obras do cais são propagadas como bênçãos do governo municipal⁵², junto a cada obra ergue-se placa ou *outdoor* alardeando “feita com recursos próprios do município”, como se o município fosse o único responsável, escondendo que tais obras são também coordenadas e financiadas com recursos federais e estaduais. As obras de modernização conduzidas pela gestão de Laurival Magno Cunha escondem o planejamento autoritário que elaborou tais “presentes”, pois a população soube das obras no dia do aniversário do prefeito não tendo informações e possibilidades de reagir. Desse modo, a população, principalmente, os

⁵² Apesar de na mesma reportagem outros agentes também reivindicarem os bônus políticos: “[...]a deputada Elcione detalhou que sabe a necessidade do povo, e por isso está lutando pela liberação de recursos para as obras. Disse também, que, junto ao Ministério da Integração Nacional, conseguiu R\$ 60 milhões, para implantação da Guarda Municipal, em municípios que ainda não têm acesso ao serviço, mostrando a preocupação com a segurança nessas localidades. Só para Barcarena, a deputada federal conseguiu recursos de R\$ 100 mil. A meta, para este ano, é buscar a liberação de R\$ 550 mil para a Saúde e Infra-estrutura”.

trabalhadores da orla, comerciantes, proprietários de bar, vendedores ambulantes, são removidos de seus locais de trabalho para que as obras de construção do cais de arrimo sejam iniciadas.

As remoções, segundo a secretaria de urbanização, são “justificadas” pela necessidade de “urbanização e higienização da feira livre”, para qual o Plano Plurianual 2002-2005 destinou R\$ 68.000,00 e para o projeto de “personificação dos barraqueiros da feira livre” para qual o mesmo plano alocou R\$ 340.400,00. Essas obras, segundo a reportagem do jornal **Diário do Pará**, seriam entregues em 391 dias após o aniversário do prefeito. No entanto, a situação em que as mesmas se encontravam em novembro de 2005, faz parecer que outras remoções serão efetivadas, num movimento “vicioso”, pois o local do removido é reocupado por um novo trabalhador.

Na lógica conservadora dos governantes é fundamental que as obras urbanas estejam em andamento, ainda que, em muitos casos, não traduza as demandas das comunidades, sendo apenas *marketing* político.

É assim que o território de Barcarena é usado como recurso político pelo pequeno círculo dos agentes decidores da gestão territorial. O corolário deste uso tem sido a manutenção de um território sem cidadãos, desigual e dividido. Nele, os bens e serviços são distribuídos desigualmente na configuração territorial e somente aqueles que podem se deslocar até a sede distrital do município e a Vila dos Cabanos onde tais bens e serviços se encontram disponíveis têm condições de usufruir. As desigualdades sociais são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, “porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é indivíduo num lugar.” (SANTOS, 1993, p. 123).

CAPITULO III - A GESTÃO DE LAURIVAL MAGNO CUNHA E A IMPLANTAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No capítulo anterior buscamos mostrar como o território de Barcarena tem sido planejado, administrado e construído de modo conservador. Isto é, buscamos mostrar como a elite tem usado o território segundo os seus interesses particulares. Mostramos que a prática da elite política e econômica local unifica os interesses de classe, sobretudo na recusa às modernizações que impliquem descentralização de poder e democratização da gestão pública, isto é, aquela modernização que ameace seu poder político e econômico.

Sendo assim, diante da exigência na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal que propõe a modernização da gestão da coisa pública, os conselhos de gestão de políticas sociais setoriais são implantados em Barcarena, ainda de acordo com o velho sistema de ações conservadoras, de modo a garantir a continuidade do poder hegemônico da elite na gestão e domínio territorial - a política de despachos, as ações assistencialistas, a imobilização das organizações da sociedade civil e da utilização das receitas municipais para fins clientelistas. Além dessas velhas práticas, outras estratégias são utilizadas pelos governantes municipais. Agora, são as novas normas (LRF) que servem como recurso para propagandar a gestão “mais moderna e democrática” da elite política: os Planos, Programas, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais que são obrigados a remeter aos órgãos e instituições de controle e fiscalização federal. São na verdade, uma fábula do que seria uma estrutura administrativa moderna.

Neste capítulo sustentando a tese de que um sistema de ações conservadoras se reproduz a cada momento do processo de modernização do território de Barcarena, buscamos mostrar como o uso das novas normas foi sendo burlado durante a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão 2001-2004 de Laurival Magno Cunha. Este governo não usa a Lei tal como foi concebida, como instrumento de controle e ajuste fiscal. O governo Cunha adequa, isto sim o planejamento, a participação popular e a transparência estabelecidos por esta Lei,

aos seus interesses econômicos e políticos particulares, para mostrar-se moderno e esconder seu estilo conservador, antidemocrático e elitista de gestão territorial.

1- A Lei de Responsabilidade Fiscal: um instrumento de reforma do Estado.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, de 04.05.2000, constitui um conjunto de normas modernas concebidas para realizar finalidades determinadas pela ordem global⁵³. Esta ordem global impõe aos governos nacionais normas e diretrizes de política econômica às quais devem se adaptar, sob pena destes perderem a possibilidade de participar do processo de modernização, entendida como a via mais competitiva de participação no mercado mundial.

Nos países capitalistas centrais, desde a década de 1960, a reprodução do capital vem exigindo o ajuste fiscal dos Estados. Isto significou a redução das políticas de *welfare state*⁵⁴ que, segundo A. Giddens (1999 p.16-7) na social-democracia, caracteriza-se por envolvimento difuso do Estado na vida social e econômica; domínio da sociedade civil pelo Estado; coletivismo; administração keynesiana da demanda, somada ao corporativismo; papéis restritos para os mercados; pleno emprego; forte igualitarismo, *welfare state* abrangente, protegendo os cidadãos; modernização linear; internacionalismo, etc.

⁵³ A ordem global é a ordem criada pelo Mundo. “Esse Mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa fazem parte do governo mundial que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial” (SANTOS, 2005, p. 142).

⁵⁴ Segundo A. Giddens (1999) **A Terceira Via. Reflexões sobre o impasse atual e o futuro da social-democracia**, os sistemas de *welfare state* variam de acordo com o programa dos regimes socialdemocratas, diferenciando-se quatro, todos originários de regimes socialdemocráticos: 1)- O Sistema do Reino Unido, que enfatiza os serviços sociais e a saúde, mas tende também a ter benefícios dependentes de renda; 2)- *welfare states* escandinavos ou nórdicos, que têm uma base de impostos elevada, são de orientação universalista, fornecem benefícios generosos e serviços estatais adequadamente mantidos, incluindo a assistência à saúde; 3)- os sistemas da Europa Central, que têm um compromisso relativamente tênue com serviços sociais, mas benefícios bem providos em outros aspectos, financiados, sobretudo pelo emprego e baseados em contribuições para a previdência social; 4)- os sistemas da Europa Meridional, semelhante na forma aos da Europa Central, mais ou menos abrangentes, que pagam níveis mais baixos de pensões e aposentadorias.

Segundo as propostas de reforma, as políticas de bem-estar social (*welfare state*) foram responsáveis pela dívida pública dos Estados e pela pesada carga de impostos que as empresas têm de pagar, o que ocasionou lento crescimento do capital produtivo. Diante deste cenário, o ajuste fiscal foi defendido pelas instituições representativas do capital⁵⁵ e apresentado como norma a que todos os territórios devam se adaptar, reduzindo o Estado às suas funções básicas.

Nos países da Europa Ocidental as atuais reformas de Estado foram antecedidas por um longo período em que os sistemas de bem estar social vigoraram com propostas de formação de uma sociedade civil forte, com direitos civis ampliados e assegurados, direitos políticos respeitados e fundados na liberdade.

No Brasil, ao contrário, um longo período de ditadura militar que cerceou a liberdade política e foi responsável pelo desmantelamento do sistema educacional, antecederam as atuais reformas impostas ao Estado. A sociedade brasileira sequer tem seus direitos mínimos garantidos (saúde e educação pública) e, ainda assim o Estado brasileiro tem se mostrado exemplar em seguir à risca as propostas de ajuste das contas públicas, mesmo que saibamos que no mais das vezes, tenha direcionado os gastos do fundo público para atender os interesses e demandas do capital internacional. Assim mesmo, nos últimos vinte e cinco anos as propostas de reformas liberais foram consideradas como imprescindíveis à viabilidade do país. Em nome da necessidade de o país participar do processo de modernização as reformas se estabeleceram e rapidamente grande parte do patrimônio público passa para as mãos de empresas privadas⁵⁶.

Um dos objetivos da proposta de reforma do Estado parece querer garantir a continuidade e ampliação do financiamento público alocado para reprodução do capital. Um dos meios para se concretizar este objetivo é a regulação dos ativos

⁵⁵ Em síntese, o principal se não o único objetivo do governo federal com a aprovação dessa lei fiscal penal, é arrecadar recursos para pagar a dívida externa brasileira. Para atender às exigências oriundas do FMI, do Banco Mundial e do Estados Unidos da América, a União Federal apresentou o Projeto de Lei Complementar 18/99- atual Lei Complementar 101/2000-, incluindo-o em seus objetivos de reforma de caráter estrutural previstos no programa em curso de estabilidade fiscal e macroeconômica (CASTRO, 2001,p.17).

⁵⁶ F. de Oliveira (2004) “**O momento Lênin**”. **O Pensamento nas Rupturas da Política**. Relatório Final de Pesquisa Fapesp, São Paulo: Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – usp – FFLCH; Julho. (mimeo)

estatais destinados aos gastos sociais e/ou que compõem o salário indireto. Concretizando-se as reformas, tal como estão sendo propostas, teremos a involução nas relações sociais de produção, recolocando-as num patamar superado há tempos pelo *welfare state* quando este criou condições para a desmercantilização da força de trabalho. O valor desta não era determinado tão-somente pela dinâmica do mercado, mas podia-se somar os “salários indiretos” na forma de alocação do fundo público garantindo educação, saúde, previdência, seguro-desemprego, lazer, dentre outros direitos sociais. É sobre esse *front* que os ataques dos reformadores incidem quando classificam as políticas sociais como “custos”, como obstáculos para a atração de investimentos. Portanto, na lógica do novo sistema normativo e regulador das ações do Estado, é esse sistema que “é preciso reformar urgentemente, porque os ganhos econômicos dos investidores não podem esperar” (BOURDIEU, 1998, p. 64).

Norteadas pelas determinantes econômicas do mercado mundial (mercado financeiro, bolsas de valores, mercadorias e futuros, políticas monetárias, fiscais e comerciais dos países capitalistas centrais, etc.) as reformas propostas são orientações exógenas ao território brasileiro e não levam em conta as especificidades da formação do capitalismo nacional que aqui, obedientemente tem, através dos governos federais, promovido a incontestável redução do público; tudo acompanhado pelo discurso falacioso da democracia do mercado, de descentralização, de autonomia, de transparência, de responsabilidade e controle. O ajuste fiscal é a meta, e é em nome dele que se “transforma o cidadão imperfeito no consumidor mais que perfeito.” (SANTOS, 1993).

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado e editado em 1995 pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE-, propõe uma importante Reforma do Estado no Brasil⁵⁷. O Plano propõe um programa que ratifica uma agenda de transformações comuns entre Brasil, países europeus e Estados Unidos. De acordo com esse Plano, no Brasil, “em razão do modelo de

⁵⁷ Este não é o primeiro programa de reforma. José Carlos de Oliveira & Paulo Fontenele e Silva (2000) em **Reformas das Instituições Fiscais: Reflexões sobre o Caso do Brasil**, propõe uma periodização das reformas nas instituições fiscais. No Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado há uma síntese das outras tentativas de reforma. Destacamos a Reforma a partir dos anos 1990, pelo caráter transnacional que ela assume, e por que nela estão contidas as premissas para a edificação da LRF e da construção de uma nova gestão monetarista do território.

desenvolvimento que governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas” (BRASIL, 1995, p, 3) e ampliou sua presença no mercado acarretando distorções crescentes neste, que passou a conviver com artificialismos insustentáveis na década de 1990. Esses desvios já justificariam as reformas e acrescenta-se que elas são necessárias em “decorrência dos retrocessos burocráticos sem precedentes da Constituição de 1988” (Idem, p. 18) tais como as vinculações de receitas, os direitos sociais, a legislação previdenciária e trabalhista, sobretudo dos funcionários públicos.

Neste sentido, reformar o aparelho do Estado

Significa garantir a esse aparelho maior governança, ou seja, maior capacidade de governar, maior condição de implementar as leis e políticas públicas. Significa tornar muito mais eficientes as atividades exclusivas de Estado, através da transformação das autarquias em "agências autônomas", e tornar também muito mais eficientes os serviços sociais competitivos ao transformá-los em organizações públicas não-estatais de um tipo especial: as "organizações sociais" (Idem, p. 42).

A racionalidade norteadora dessa proposta é a administração pública gerencial. No núcleo estratégico a efetividade é mais importante que a eficiência, mas no setor das atividades exclusivas de Estado, dos serviços não-exclusivos e da produção de bens e serviços o critério eficiência torna-se fundamental. Ainda que esse critério de eficiência dê prioridade para atender ao cidadão, sua concepção de cidadão é baseada na idéia de cidadão-cliente, consumidor, usuário.

QUADRO 11- INSTITUIÇÕES RESULTANTES DA REFORMA DO ESTADO.

	Atividades Exclusivas do Estado	Serviços Sociais e Científicos	Produção de Bens e Serviços p/Mercado
Atividades Principais (Core)	ESTADO Enquanto pessoal	Entidades Públicas Não-Estatais	Empresas Privatizadas
Atividades Auxiliares	Empresas Terceirizadas	Empresas Terceirizadas	Empresas Terceirizadas

FONTE: (PEREIRA, 1997, p. 30).

O núcleo estratégico da proposta corresponde às ações de governo, onde as decisões estratégicas são tomadas, onde se define as políticas públicas e assegura-se o cumprimento destas. A proposta de reforma abrange os poderes legislativo e

judiciário, o ministério público e, no poder executivo, o presidente da república, os ministros e seus auxiliares e assessores diretos, responsáveis pelo planejamento e formulação das políticas públicas. Neste núcleo a propriedade deve ser necessariamente estatal e para que suas funções possam ser realizadas precisam contar com o apoio de atividades ou serviços auxiliares: limpeza, vigilância, transporte, coperagem, serviços técnicos de informática e processamento de dados, dentre outros. Segundo “a lógica da reforma do Estado dos anos 1990, estes serviços devem, em princípio, ser terceirizados, ou seja, devem ser submetidos à licitação pública e contratados com terceiros.” (PEREIRA, 1997. p, 29).

O setor de atividades exclusivas abarca serviços que só o Estado pode realizar. São serviços em que se exerce o poder de Estado - o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar, por exemplo, a cobrança e fiscalização dos impostos, a polícia, a previdência social básica, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de trânsito, os serviços de saúde, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica, o serviço de emissão de passaportes. Aqui, o importante é a qualidade e o custo dos serviços prestados aos cidadãos. O princípio que deve predominar é a eficiência, ou seja, a busca de uma relação ótima entre qualidade e custo dos serviços colocados à disposição do público. Logo, a administração deve ser necessariamente gerencial. O mesmo se diga das empresas estatais que deverão obedecer aos princípios gerenciais de administração.

O setor de serviços não-exclusivos corresponde aqueles prestados, simultaneamente, pelo Estado e as organizações públicas não-estatais e privadas. Estes serviços envolvem setores, como os da educação e da saúde, ou aqueles setores que possuam economias externas relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado – são as fundações ou ONGs, as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus. Neste setor a propriedade ideal é a pública não-estatal. Não se trata de propriedade estatal porque aí não se exerce o poder de Estado, tampouco é propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço subsidiado, muitas vezes pelo próprio Estado. Essa propriedade pública não-estatal quer tornar mais fácil e direto o controle social, através da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvidos, ao mesmo tempo em que favorece a parceria entre sociedade e Estado. Numa “situação em que o mercado é claramente incapaz de

realizar uma série de tarefas, mas que o Estado também não se demonstra suficientemente flexível e eficiente para realizá-las, abre-se espaço para as organizações públicas não-estatais.” (PEREIRA, 1997, p. 28). Esse processo que compreende a transferência de responsabilidades de uma série de atividades na área social do Estado para organizações públicas não-estatais, que não mais seriam exclusivas do Estado, é denominado processo de “publicização”. Por meio da publicização, tais organizações, gozam de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado e todos os encargos fiscais à que estão sujeitas as instituições privadas.

Todo esse modelo de reforma está fundamentado na concepção de Estado como gestor/administrador, em que as funções sociais básicas são reduzidas ao máximo, transferindo para as organizações públicas não estatais o controle de atividades fundamentais para a sociedade. A perspectiva gerencial de administração pública está em harmonia com a idéia de ajuste fiscal e têm como princípio que “(...) é preciso que o Estado se reorganize e para isso é necessário adotar critérios de gestão capazes de reduzir custos, buscar maior articulação com a sociedade, definir democraticamente e cobrar resultados.” (CARDOSO, 2001, p.16). Reduzir custos, articular com a sociedade, definir prioridades democraticamente e cobrar resultados tem como instrumentos o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um instrumento de reforma do Estado e constitui um conjunto de normas que orientam as ações no campo da política econômica. Os instrumentos de planejamento e execução orçamentária, tais como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual são anteriores à LRF e têm suas definições gerais estabelecidas no Artigo 165 da Constituição Federal. Estes instrumentos agora adquirem maior importância em decorrência do endividamento dos entes da federação e da cobrança da sociedade, cansada de ver o seu patrimônio desaparecer sem que tenha sido revertida em seu favor a necessária prestação de serviços como saúde, segurança, educação (CASTRO, 2001).

A Lei de Responsabilidade Fiscal é principalmente um instrumento de ajuste fiscal dos gastos públicos. Regulando como, quanto e onde os governos em qualquer escala, municipal, estadual ou federal, devem aplicar recursos, retira dos

lugares autonomia política de decidir. Paradoxalmente a proposta de descentralização, centraliza, através de um controle normativo as decisões políticas.

Essa LRF é portadora da ordem global que busca impor a todos os lugares uma única racionalidade, a do mercado global e uma única via de solidariedade, a organizacional, impondo aos lugares “a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum.” (SANTOS, 2005, p. 158).

O processo de regulação dos governos municipais através da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal em todo território nacional tem, no entanto, tomado outros contornos. Em nosso estudo de um lugar, Barcarena, pudemos analisar como um sistema de ações conservadoras se reproduz aí diante desse processo de transformação da gestão administrativa dos governos municipais.

2- A Lei de Responsabilidade Fiscal e a gestão de Laurival Magno Cunha: modernização e conservação.

2.1- O uso do Planejamento, da Participação e da Transparência na gestão territorial de Barcarena.

O planejamento é um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal. O parágrafo 1º do Capítulo I dessa lei adverte que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar. O Capítulo II diz respeito ao planejamento e as novas regras para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual

(LOA). Isso tudo, segundo a lógica estruturadora da Lei de Responsabilidade Fiscal, será usado pelos governos, como estratégia para reduzir custos e tornar mais eficiente a administração dos serviços do Estado e como um instrumento de proteção do patrimônio público contra os interesses de grupos particulares ou da corrupção aberta, em suma para enfrentar a crise fiscal.

Em Barcarena essas normas de planejamento e administração pública não são utilizadas como instrumento de ajuste fiscal e geração de *superávit* primário, são adequadas para reproduzir os interesses da elite tradicional, agora com um discurso novo, revestido e de aparência moderna. Uma dessas adequações se dá no campo formal da administração, quando são encaminhados documentos - Planos, Programas, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias - às instituições e órgãos de controle e fiscalização, nos quais tudo faz parecer que a estrutura administrativa municipal está em harmonia com o ordenamento jurídico nacional e não é indiferente aos problemas dos munícipes. Mas esta ordem, assim como o discurso da modernização também é uma fábula.

Os documentos de planejamento emitidos aos tribunais de contas dos municípios e do estado denotam perfeita adequação entre o funcionamento da administração municipal e o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por exemplo, segundo a lógica desta Lei, o Plano Plurianual 2002-2005 deve dar prosseguimento às metas do Plano Plurianual da gestão anterior. Assim sendo, lemos no preâmbulo do Plano Plurianual 2002-2005:

Observamos o quanto à eficácia do PPA 1998-2001 foi capaz de mudar a cultura da administração pública, colocando o Município de Barcarena em patamar de desenvolvimento mais elevado, sobretudo, no que diz respeito às qualidades do ambiente urbano, alcançando a totalidade do território municipal, associada ao montante expressivo de recursos que foram devotados às ações no campo do desenvolvimento social, como pode ser constatado. (BARCARENA, 2001a, p. 9).

Por que o Plano Plurianual-1998-2001 foi capaz de mudar a cultura da administração municipal? Como? Que fatos e dados demonstram isso? Que índices de “desenvolvimento elevado” este Plano proporcionou? Como o Plano contribuiu para a melhoria da qualidade do meio ambiente urbano? Que melhorias? Como estas alcançaram a totalidade do território municipal? O Plano Plurianual-1998-2001 deveria responder a tais indagações. No entanto, tudo parece ficção, pois

insistentemente requisitamos e não nos foi entregue nenhum documento que comprovasse a existência do Plano 1998-2001. Nenhum órgão municipal parecia saber de sua existência, nem prefeitura de Barcarena, o Tribunal de contas do Estado do Pará ou o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará nem mesmo os vereadores sabem da existência do Plano Plurianual-1998-2001, tampouco a assessoria jurídica da Câmara Legislativa de Barcarena sabe porque tal documento foi citado no Plano Plurianual 2002-2005.

Constata-se, portanto, o uso pela elite governante dos instrumentos de planejamento, isto é, adequa-se o planejamento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal ao sistema de ações conservadoras, pois se inventou o Plano Plurianual 1998-2001 para tornar público que o Plano Plurianual 2002-2005 estava lhe dando continuidade e confirmar, assim, que existe a prática do planejamento administrativo, e, principalmente comprovar que a gestão administrativa está em acordo com o ordenamento jurídico federal. O Plano Plurianual (1998-2001), mesmo sendo uma ficção, tem a função fabulosa de ressaltar que a elite governante se adapta as modernas normas de gestão e planejamento municipal.

Na gestão de Laurival Magno Cunha utiliza-se o planejamento não como instrumento para estabelecer o ajuste fiscal como objetiva a Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo o relato do secretário municipal de finanças da gestão, o senhor Paulo César⁵⁸, “no primeiro ano foi um pouco mais complicado, porque a equipe que entrou não encontrou nada aqui. Para tu teres uma idéia não tínhamos informação de nada. Até disco rígido de computador o governo anterior levou, então isso dificultou muito. Mas também não fez muita falta, porque a gente sabia que não tinha esse planejamento, esse trabalho de acompanhamento”.

Diante disso, nos relata o mesmo secretário

Tu sabes que essa questão da Lei de Responsabilidade Fiscal ainda é muito embrionária, muito recente. Não havia experiência. O que nós fizemos aqui foi fazer o Plano Plurianual (PPA) e as outras leis, como a LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentária e o próprio orçamento. A gente procurou principalmente descer ao nível menor da administração, ou seja, discutir com os secretários e com as equipes de secretário [...] Então

⁵⁸ Entrevista concedida em março de 2005.

a gente procurou partir da proposta de governo do prefeito, nós sentamos com os diretores e com os secretários e tentamos viabilizar isso em termos de recursos, estimando custos e tentando alocar recursos. A partir daí nós tivemos a LDO, que era imediato para o ano seguinte e o PPA que já era para os quatro anos.

Então isso foi o primeiro momento. E no segundo, que já envolvia a LDO e os orçamentos anuais, nós já tivemos a oportunidade de à partir das experiências do primeiro ano e tudo o mais, tentar, vamos dizer assim, dar conhecimento ao público. Tentamos, através da ação das secretarias junto das comunidades locais, extrair, principalmente no primeiro ano, qual eram as necessidades deles: olha lá na localidade da Piedade é a estrada, então vamos colocar a estrada, é um posto de saúde, é uma escola.

Então a partir da experiência do primeiro ano nós começamos a focalizar essa situação e aí nós começamos a fazer. Porque só agora no final do mandato dele é que ele criou por lei a secretaria de planejamento que vai implementar, tentar colocar em prática agora, que vai permitir que você tenha condições de fazer esse trabalho de forma permanente, independente do prefeito que estiver. Porque o que a gente observa aqui, é o seguinte, como diz alguns pensadores, aquele processo, corre e pára, corre e pára. Isso acontece muito na administração pública, então para evitar esse tipo de problema, para despersonalizar, a gente vai dar uma estrutura para a secretaria de planejamento que permita que ela tenha condições de automaticamente elaborar. Aí você vai ter condições de fazer, por exemplo, aquelas consultas populares, aqueles mecanismos em que você possa ouvir diretamente a população sem intermediários. (informação verbal)⁵⁹.

Em Barcarena, esse impreterível ato de planejar a administração pública é usado por Laurival Magno Cunha como ato moderno, que distingue a sua gestão daquela de seu antecessor, Wandick Gutierrez. Foi o programa de governo de Laurival Magno Cunha que subsidiou a elaboração do Plano Plurianual 2002-2005. Esse programa está registrado no Cartório do 1º Ofício Extra Judiciário da Comarca de Barcarena. Junto ao carimbo de registro lê-se: “Estes compromissos não podem ser alterados, pois estão registrados no cartório do 1º Ofício Extra Judiciário da Comarca de Barcarena. Isto mostra a seriedade do nosso programa de governo e que sirva de instrumento de cobrança junto a nós, nos quatro anos em que estaremos administrando o município de Barcarena.”

⁵⁹ Entrevista nos concedida em março de 2005.

Transparência, publicização e responsabilização são as bases desse ato político que deseja transformar o programa de governo em lei. Esse programa, sendo instrumento de campanha política, foi divulgado e debatido com a sociedade civil, junto aos sindicatos, centros comunitários, associações de moradores, entidades estudantis. O conteúdo desse documento tem a função de promessa registrada, servindo de instrumento de cobrança, como se a população só dispusesse deste para defender seus direitos.

Embora o programa de governo apareça como lei e alardeie a seriedade de seus formuladores, é o plano plurianual que tem a forma e função de lei e é um instrumento que pode ser utilizado pela população para cobrar do governo as promessas não cumpridas. O plano plurianual é um instrumento de gestão política, ele é diferente de um programa de governo constituído de intenções e pretensões dosadas pela elite política.

Segundo a lógica da Lei de Responsabilidade Fiscal, o plano plurianual, como instrumento técnico e político de planejamento, deveria ser elaborado por meio de audiências públicas, com a participação popular, onde seriam elencadas as metas para a gestão. Assim sendo, a elaboração do planejamento promoveria a participação da sociedade na gestão pública. Os pressupostos democráticos do planejamento e da gestão das cidades enfatizam a participação popular consagrada na Constituição Federal de 1988. A participação da população no planejamento deveria ser assegurada pelos dirigentes municipais através de audiência e consultas públicas, referendo popular, plebiscito, representação em órgão e instâncias colegiadas, entre outras formas de fortalecimento da cidadania. A viabilidade da participação popular requer o acesso público às informações necessárias ao efetivo exercício de seu direito.

A lógica da Lei de Responsabilidade Fiscal institucionaliza o orçamento participativo. Este instrumento ultrapassa o ato do governante comunicar à população sobre os gastos públicos, consiste isto sim em planejar e acompanhar as ações governamentais. A população, a partir do momento em que o prefeito é eleito, deve participar e decidir na construção do plano plurianual - que se estenderá pelos três anos da gestão que o elaborou e o primeiro ano da próxima gestão. Depois de discutido e organizado, o plano plurianual deve ser encaminhado para ser apreciado e aprovado pelo poder legislativo, assumindo, então, a forma de Lei Municipal que

estabelece as diretrizes, os objetivos e metas da administração para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.

O orçamento participativo é uma estratégia de planejar a utilização de recursos públicos, pontuando onde, como e quando as receitas serão alocadas. O orçamento possui um caráter público não por ser uma lei, mas por ser elaborado e aprovado num espaço público, através de discussões e emendas feitas pelos vereadores nas sessões da Câmara. A Constituição de 1988 define três instrumentos integrados para a elaboração do orçamento, que visam o planejamento das ações do poder público. São eles:

1) - Plano Plurianual (PPA): prevê as despesas com programas, obras e serviços decorrentes, que durem mais de um ano. No primeiro ano de governo, o prefeito deve propor diretrizes, metas e objetivos que, após aprovação, terão vigência nos próximos três anos de sua gestão e no primeiro ano da gestão seguinte. É do PPA que saem as metas para cada ano de gestão.

2) - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): a partir do PPA, definem-se as metas e prioridades para o ano seguinte. A LDO define também as regras sobre mudanças nas leis de impostos, finanças e pessoal, além de estabelecer orientações de como elaborar o orçamento anual.

3) - Lei Orçamentária Anual (LOA): consiste no orçamento propriamente dito. Contém os programas, projetos e atividades que contemplam as metas e prioridades estabelecidas na LDO, juntamente com os recursos necessários para o seu cumprimento. Dessa forma, define as fontes de receita e autoriza as despesas públicas, expressas em valores, detalhando-as por órgão de governo e por função, podendo autorizar a abertura de créditos suplementares ou a realização de empréstimos pelo prefeito, sem prévia autorização da Câmara.

A participação da população deve estar garantida nas três etapas. A elaboração da LOA, entretanto, é a etapa mais adequada para se iniciar a participação da população no processo de elaboração do orçamento. A primeira etapa de elaboração do orçamento participativo possui caráter interno, de negociação entre as diversas secretarias, particularmente as de Políticas Sociais e de Planejamento. É necessário equacionar o potencial de arrecadação e gasto do

município. Feito isto, o governo municipal precisa definir quais são seus objetivos de curto, médio e longo prazo, para apresentar propostas à população.

A seguir, devem ser elaboradas as bases do processo de participação. Cada município desenvolve uma metodologia apropriada à sua situação, procurando contemplar:

a)- a descentralização das discussões com a população, através da divisão do município em localidades;

b)- a elaboração de critérios de atendimento das demandas das localidades;

c)- a elaboração dos critérios de participação da população;

d)- a definição das instâncias de participação e suas competências específicas.

Como os recursos são escassos, há um momento de intensa negociação dos diversos interesses a serem atendidos. Um bom instrumento para melhorar a qualidade deste diálogo é a promoção de visitas às localidades para que os representantes eleitos pela população ampliem o grau de conhecimento de cada local e a relação dele com o território municipal, gerando co-responsabilidade na decisão das destinações dos recursos disponíveis.

Ainda no que diz respeito à elaboração do orçamento, é necessário estabelecer e afinar a articulação entre as instâncias de participação popular e as decisões do governo, e entre o processo do orçamento participativo e o Legislativo municipal, pois o processo do orçamento participativo não se encerra com a sua elaboração, sendo de fundamental importância a criação de mecanismos que possibilitem à população o acompanhamento da execução orçamentária e a fiscalização dos gastos do poder público.

No entanto, a elite governante de Barcarena adapta todos esses momentos do processo de elaboração do Plano Plurianual 2002-2005 de modo que não ameacem a sua hegemonia política e principalmente a direção de seus interesses privados. Evitando ser acusada de autoritária e centralizadora, a gestão de Laurival Magno Cunha (2001-2004) diz haver participação popular na elaboração do planejamento. Chega mesmo à dizer que “numa primeira fase foram criados programas de interesse das diversas áreas do governo como subsídios à elaboração

de uma jornada de seminários onde esses programas foram discutidos e aperfeiçoados” (BARCARENA, 2001a, p.09). Diante das instituições de controle estaduais, o governo faz o discurso dizendo-se democrático e moderno, inclusive tendo sua administração apoiada no Programa do Orçamento Participativo em que “as comunidades, de forma organizada e democrática, decidem a prioridade das obras, dentro de orçamento que levará em conta o número de habitantes e o grau de necessidade de cada bairro, e o povo fiscalizará a aplicação do dinheiro público” (Idem, p.43).

O Plano Plurianual 2002-2005 deveria detalhar o Orçamento Participativo, pontuando onde se implantaria, quando, como e quanto seria alocado em recursos humanos e materiais, detalhamento que não existe, nem nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, nem nas Leis Orçamentárias Anuais. Sendo assim, o Programa de Orçamento Participativo aparece como compromisso de campanha eleitoral e não como programa de duração continuada de gestão, tanto que o texto do Plano Plurianual 2002-2005 referente ao orçamento participativo é idêntico ao do programa de governo.

De fato, na gestão de Laurival Magno Cunha (2001-2004) o orçamento participativo não constituiu um programa de duração continuada, ou melhor, ele é inexistente, como confirma um diretor sindical e o presidente de um centro comunitário:

No programa de governo, no documento que foi distribuído e que eles intitulam programa de governo, ainda na primeira gestão do Laurivalzinho (2001-2004), estava lá a questão do orçamento participativo. Isso era a palavra nos comícios, que ele iria governar com a participação popular, e isso realmente não ocorreu em nenhum momento. (informação verbal)⁶⁰.

[...] O orçamento participativo pode existir entre eles, mas a prática nas comunidades não existe. As comunidades não têm acesso a esses conhecimentos, os vereadores têm conhecimento disso, mas esse grupo de vereadores é fechado com o prefeito até porque se eu quiser fazer reivindicação de qualquer situação crítica do bairro eu não consigo. Para eu fazer isso, se eu for até a câmara fazer as reivindicações eu vou levar

⁶⁰ Concedida em fevereiro de 2005.

uma série de problemas que os vereadores não querem ouvir [...] (informação verbal).⁶¹

Na elaboração do Plano Plurianual 2002-2005 também não foram utilizados fóruns democráticos, câmara itinerante, tribuna popular, audiências públicas, consulta popular. A ausência desses fóruns é insistentemente reiterada pelos dirigentes de centros comunitários e de sindicatos. Ao perguntarmos a um líder sindical, se mesmo com a sociedade se organizada, não existe diálogo com prefeitura sobre o que é o Plano Plurianual, quais são seus objetivos? A resposta de nosso entrevistado,

Não, porque só puxamos a discussão na câmara quando as entidades se posicionam. Agora na outra gestão, na época do Gutierrez tinha um espaço de 15 minutos para se pronunciar na câmara sobre certos assuntos que os sindicatos queriam se reportar, sobre a agricultura, a questão agrária ou qualquer outra questão. Esse espaço foi retirado pelos atuais vereadores que se elegeram na atual administração.

Perguntamos: Mas tem a tribuna popular...

Foi tirada, essa tribuna popular não existe hoje na câmara municipal de Barcarena. Você só pode se pronunciar lá, uma liderança da sociedade civil, se um vereador ceder o lugar dele, o espaço dele, o tempo dele. Se o vereador achar que você vai falar talvez da administração ou de qualquer pessoa ou que não vai bater certo com os planos da câmara e da administração pública você não fala, nenhum vai dar palavra.

Perguntamos: E sobre a câmara itinerante?

Isso não existe. Isso funcionou no governo do Gutierrez, duas vezes, uma foi no Curupere, onde a comunidade estava ameaçada de sair de lá, acabou saindo, ameaçada pelas Empresas de Caulim, que estavam sendo implementadas. Pressionadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Para (CDI-PA). Então foi feito lá, através do sindicato, nós solicitamos uma sessão especial que foi feita lá. A outra itinerante lá no Guajarino, na Ilha Trambioca, onde se estava discutindo que talvez viesse se instalar na Ilha Trambioca um projeto de gasoduto que vinha do Amazonas pra cá isso foi tudo nos anos da gestão do Gutierrez. De lá pra esse governo do Laurival, essa câmara não foi feita nenhuma itinerante.(informação verbal)⁶².

⁶¹ Concedida em março de 2005.

⁶² Entrevista nos concedida em fevereiro de 2005.

E assim também foram as respostas do dirigente de Centro Comunitário do Bairro Laranjal e do dirigente do Centro Comunitário do Bairro do Pioneiro que entrevistamos. Como pudemos levantar dessas conversas com a população, nos momentos de estruturação do Plano Plurianual (2002-2005), o governo de Laurival Magno Cunha (2001-2004) desconsidera o diálogo com as associações de moradores, centros comunitários, sindicatos, ou seja, nas palavras de um dirigente do centro comunitário do Bairro Pioneiro “quanto à participação da massa popular nos projeto do município, eu lhe digo isso porque eu conheço o município, andei nas campanhas eleitorais, em todo município não existe em nenhuma localidade proposta ou ofício por parte do governo para que a população tome parte do projeto”. Nem os conselhos municipais, que são canais de participação e representação da população na gestão de políticas públicas específicas, foram ouvidos. Mas de pouco adiantaria, pois estes não têm autonomia e funcionam como instâncias de reprodução das políticas da elite⁶³.

As metas do planejamento não são estabelecidas a partir da consulta popular. Perguntamos ao vereador Alirio⁶⁴ como foi elaborado o Plano Plurianual (2002-2005), como foram escolhidas e estabelecidas as metas deste plano?

O PPA é elaborado a partir das necessidades e das especificidades de cada secretaria. Eu fui secretário de agricultura de 2001-2003 tive que me afastar para ser candidato a vereador. Nós fizemos todo um levantamento nas comunidades rurais, levantamento socioeconômico e cultural, que nós chamamos até então estudo da realidade. Baseados nesse estudo da realidade, tanto da zona rural quanto da complementação da agricultura que seriam as feiras e mercados e tudo o mais nós começamos a traçar o PPA dividido em metas.[...]. Então, o quê que nós fizemos, estudo da realidade aí nós detectamos o quê, vários problemas da comunidade, tanto na questão social, saúde, educação, quanto na questão

⁶³ Nas palavras de um funcionário público municipal em entrevista a nós concedida em março de 2005: “Hoje o prefeito fez questão de ganhar e colocar todas as pessoas nos conselhos, digo as pessoas de sua confiança. Inclusive hoje, durante a eleição do conselho tutelar, foi uma campanha parecida com a de vereador, semelhante a de vereador, com financiamento possível para as pessoas que o prefeito apontasse pudessem ganhar. E conseguiu. Com os sindicalistas, ele aqui e ali, ele colocou um emprego, um contrato para esposa, para irmão, para imobilizar a reação. O mesmo acontece com algumas associações de moradores, centros comunitários. Ele criou formas de cooptar as lideranças e silenciar reações. Esse processo de cooptação nós não fizemos”.

⁶⁴ Concedida em março de 2005.

produção que é o nosso caso[...]Então, a comunidade é fundamental para te mostrar do que realmente você necessita para trabalhar e foi o que nós fizemos[...]Então, veja bem, baseado nesses levantamentos nós fizemos esse programa e dividimos as etapas, baseados num aparato legal.

Pergunto- Como a sociedade participa na elaboração deste plano?

É através do estudo da realidade, que são questionários que nós formamos, em torno de 70 perguntas mais ou menos, onde você levantava toda população, onde você perguntava se era proprietário da terra, quantos anos já morava lá, do que ele vivia, o que ele extraía da terra, o que ele plantou, quantas pessoas na família, quantos casados, quantas crianças, quantas estão na escola, se já sofreu alguma doença, que tipo de alimentação eles mais utilizam, são perguntas que pode se dizer que são realmente corriqueiras, mas que te dão depois uma radiografia, o perfil daquela comunidade, tanto na questão da saúde, quanto na educação e na geração de emprego e renda. Aí a sociedade é importante porque ela te dá todas as informações.

Contata-se que o sistema de ações conservadoras reproduzido pela gestão de Laurival Magno Cunha (2001-2004) estrutura um plano plurianual tradicional, porque ignora todos os atores do processo social, um governo que tem como ponto de partida o programa de governo e desconsidera as demandas da população. Além disso, é tecnocrático, visto que utiliza diagnósticos para explicar a realidade, julgando-se objetivo, científico e rigoroso. Em seguida impõem à sociedade as diretrizes/ordens elaboradas com base em levantamentos estatísticos e de acordo com a prioridade de cada secretaria.

Esse estilo tradicional de elaboração dos planos de governo reproduz um velho estilo de governar cujo *déficit* de legitimação se aprofunda já que do processo decisório participa um pequeno círculo de apadrinhados muito distante dos interesses de toda a população. Isto é confirmado nas palavras do secretário de finanças da gestão 2001-2004, Paulo César: “Eu não posso te dizer que *nós conseguimos fazer a população participar da elaboração. Eu estaria sendo leviano se eu dissesse isso. Não houve uma participação da população*” (informação verbal).⁶⁵

⁶⁵ Concedida em março de 2005.

Poderíamos considerar que os governantes empreenderam esforços no sentido de implantar o planejamento tal como estabelece a LRF, com transparência e participação, que estratégias estimuladoras de participação foram utilizadas, que os meios de comunicação foram mobilizantes, enfim que tudo o que estava ao alcance da elite governante foi acionado para que a população participasse. Mas a população, que pouco se interessa pela vida política do município, não quis participar e então o Plano Plurianual (2002-2005) foi elaborado, ainda que sem a participação da população.

A franqueza do secretário de finanças esconde, no entanto, o funcionamento do sistema de ações conservadoras na gestão municipal. Aliás, essa mesma estratégia, que se vale de franqueza para esconder o essencial do processo, foi usada pelo vereador e presidente da Câmara Renato Ogawa, quando lhe perguntamos, como são escolhidas e estabelecidas as ações e metas do Plano Plurianual 2002-2005? Ele responde “infelizmente a gente tem aqui pouca participação da sociedade civil. (informação verbal)⁶⁶”.

Segundo esse vereador e o secretário de finanças a população é a única responsável por não participar da atividade de planejamento, como se a ausência de participação fosse uma escolha individual e livre de coerções políticas; como se a elaboração de políticas públicas fosse a principal atividade dos governantes; como se o prefeito, os secretários e os vereadores disponibilizassem ou legitimassem arenas discursivas- câmara itinerante, tribuna popular, audiências públicas, consulta popular -, em suma fóruns democráticos nos quais a população, independentemente de convicção ideológica, política e partidária pudesse expor suas opiniões sem temer retaliações acerca da gestão territorial; como se a população vivesse num território que dispõe de meios de comunicação autônomos e a elite governante disponibilizasse informações sobre a situação orçamentária do município, onde o orçamento está sendo empregado e como acompanhar a execução.

Longe de ser domínio público, as informações sobre as ações governamentais não são acessíveis ao cidadão comum. Para este a fonte de informação é o “diz que me disse”, a “notícia” que divulga acontecimentos dos bastidores da estrutura administrativa municipal, cuja fonte é, freqüentemente, um

⁶⁶ Concedida em março de 2005.

funcionário do legislativo ou do executivo. A “notícia”, isto é, o assunto das conversas cotidianas, comunica à sociedade, antes dos meios de comunicação, sobre prováveis candidatos ao executivo e legislativo, agendas políticas, visitas de “políticos” às localidades, estabelecimento de acordos político-partidários, programas da ação social, convênios entre elite empresarial e governante, chegada de novos empreendimentos, mas seu alcance é absolutamente limitado para divulgar a situação fiscal do município, principalmente suas receitas e despesas.

A “notícia” é um expediente muito diferente do que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, que supõe a existência de transparência e de participação da sociedade civil, no sentido de que os planos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os orçamentos, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais e os Relatórios da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, acrescidos de suas versões simplificadas devem estar disponíveis para a consulta e exame de todos os cidadãos.

No entanto, isso tudo está distante do cotidiano político da gestão territorial de Barcarena, os vereadores explicam que a ausência de participação da população na atividade política é uma escolha individual, o cidadão barcarenense não gosta de se envolver com a vida política do município, isso não é interesse dele.

Segundo o vereador Paulo César,

“...uma minoria da população tem o desejo de participar. Ela até às vezes cobra do governo e dos vereadores. *Mas a grande maioria não, no entanto, se você chamar ela participa.*”

Pergunto: O poder público tem estimulado a sociedade a participar da vida política?

Como eu te falei não houve tanto da parte do executivo, porque falta uma estrutura. Não houve ainda essa tentativa. Ela é informal, por falta da estrutura. (informação verbal, grifo nosso).⁶⁷

Porque o vereador acredita que “se você chamar” a maioria da população participa? Mas, ao mesmo tempo, admite que por falta de estrutura não se tenha

⁶⁷ Entrevista concedida em abril de 2005.

estimulado a população a participar da vida política? O vereador tem em conta que “nós não temos ainda aqui uma tradição, uma cultura de participação mais forte, e a sociedade sempre espera que o governo resolva tudo”. Essa interpretação não relaciona a atitude política da maioria da população e o sistema de ações conservadoras que persuade o povo com “obras gigantescas e modernas” que muitas vezes não beneficia a população e que ele participou da decisão de assim planejar a cidade, uma atitude antiquada, que usa a coerção política para arregimentar a sociedade, sobretudo o funcionalismo público municipal, a apoiar as ações do governo. Esse mesmo sistema institucionalizou a ação assistencialista como única política possível pela gestão municipal, não estimulando a população a participar da elaboração de políticas públicas, transformando-a em clientela das políticas de despachos.

De acordo com o vereador Paulo César “na hora em que nós tivermos essa estrutura de planejamento em que a gente tenha mecanismos, como o dia da consulta popular, ela vai participar”. Antes o vereador responsabilizava a população pela ausência de participação, como se isto fosse um problema individual, relativo a atitude política de cada cidadão, agora esta ausência é “justificada” pela debilidade de estrutura de planejamento e falta de instrumentos técnicos e políticos que informem o povo. Essa interpretação é superficial, pois não se trata de ausência de infra-estrutura, principalmente dos meios de comunicação, mas é o uso indevido que se fazem destes meios.

Segundo a assessoria de comunicação do município⁶⁸, a prefeitura tem contrato com onze prestadoras de serviços de som e publicidade: Roque Publicidade, RBT Pedro Martins, Walson Publicidade, Plenitude Publicidade, Ari Soares Comunicações, Publi Som POP, Rádio Pimentel, Manchete Vila do Conde, LM Publicidade, Nery Publicidade, Industrial Publicidade. A publicidade é reproduzida por um aparelho de som com entrada e saída de microfones que permite a um locutor realizar o programa. Cada prestadora compõe-se de uma casa central, a sede do serviço, de onde sai um sistema de fiação de caixas acústicas fixadas em postes, nas quais a programação é veiculada. A área de alcance de cada prestadora é proporcional a extensão do sistema de fiação e distribuição de caixas de som no alto dos postes, o que levou a população a denominar este meio de

⁶⁸ Entrevista concedida em dezembro de 2005.

comunicação de “rádio de poste”. A “rádio de poste”, juntamente, com a Rádio Comunitária FM e o serviço de publicidade de carros de som, divulgam a programação oficial da prefeitura. Para as publicações oficiais, decretos, editais e leis, ela utiliza os jornais “O Liberal” e “Diário do Pará”, publicados em Belém.

A assessoria de comunicação semanalmente envia para as “rádios de postes” e a Rádio Comunitária FM um boletim, “o informativo da prefeitura”, onde constam eventos festivos, ações assistencialistas e notas de utilidade pública. Tudo, geralmente, promovendo a elite governante, por exemplo, no informativo do período de 07 à 13 de dezembro de 2005, lê-se: “**Cursos:** A deputada estadual Ana Cunha trouxe para o município cursos da Escola do governo e em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Educação, realizará no período de 12 a 16 de dezembro de 2005, na Escola Palmira Gabriel os cursos de Ética no Serviço Público, Curso Prático de Garçom, Cerimonial e Protocolo, Etiqueta pessoal e profissional, Boas práticas na Elaboração e manipulação de alimentos, Elaboração de Projetos Pedagógicos, Oficina-Natureza e Arte.”(PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA, 2005).

O poder executivo e o poder legislativo de Barcarena não usam os meios de comunicação para informar e incentivar a participação popular durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, tampouco para tornar públicas suas contas, em suma não utilizam os meios de informação para promover a transparência na gestão administrativa, tal como estabelece a LRF no Capítulo IX, Seção I, que discorre sobre a Transparência da Gestão Fiscal.

No entanto, se é para promover a gestão tradicional, sua política de despachos, sua política de transformar construção de obras em *marketing* político, encontram-se recursos para colocar o governante em evidência nas páginas de revistas de circulação estadual. Assim, a “Revista Pará Mais”, na sua edição 42, expõe quatro páginas de “obras inauguradas” pela gestão Laurival Magno Cunha (2001-2004), e ainda duas páginas sobre as “melhorias no prédio e na administração da Câmara Municipal”.

Portanto, a ausência ou pouca participação do povo na vida política do município, sobretudo no planejamento administrativo, não se explica pela inexistência de meios de comunicação, mas sim pelo uso que a elite governante faz

desses meios, colocando-os a serviço de seus interesses e criando uma transparência administrativa que reproduz o sistema de ações conservadoras.

Na lógica da gestão de Laurival Magno Cunha, no território de Barcarena tem-se transparência administrativa, pois seu governo divulga que “está trabalhando” em todos os lugares do território, empreendendo ações de urbanização e infra-estrutura, de política habitacional, no setor de ação social, de geração de emprego e renda, na educação, dentre outras. Em suma, o governo é transparente porque inaugura obras e empreende ações que testemunham onde o dinheiro público está sendo aplicado.

Os meios de informação são usados a serviço da elite governante, dos grupos de famílias tradicionais, em suma da classe dominante, que “podem captar as informações, orientá-las a um centro coletor, que as seleciona, organiza e redistribui em função dos interesses próprios.” (SANTOS, 1993, p. 127). Aquele pequeno núcleo dedizador escolhe a informação que divulga, porque, como e para quem, assim sendo, fabrica uma gestão territorial fabulosa, difundida nos planos e programas administrativos aparentemente solícitos aos problemas da população e em harmonia com o ordenamento jurídico nacional. Igualmente, fabricam a transparência administrativa conservadora, posto que usam do aparelhamento dos meios de informações, das imagens e do entretenimento para submeter a opinião pública à fabulosa transparência das ações políticas.

IV - CONCLUSÃO

Depois de passar uma tarde em visita à cidade de Barcarena, o turista poderá voltar para casa e dizer que a conhece. Mas se ele passasse vários meses nessa mesma cidade, suas andanças lhe ensinariam a notar as alterações no clima, as mudanças na paisagem, na configuração territorial. São as pequenas surpresas de cada dia que têm o dom de revelar ângulos e facetas de um território. Mas, se ele resolver passar alguns anos estudando os usos desse território, pesquisando e como o sistema de ações hegemônicas tem se reproduzido a cada momento do processo de modernização e buscar entender o significado geográfico das transformações, ficaria assombrado com a vastidão dos problemas.

O sistema de ações conservadoras da tradicional elite governante de Barcarena é responsável pela reprodução de um território desigual e dividido. A presença de sistemas de ações políticas conservadoras no território paraense é nada desprezível, a ponto de podermos sobrepor à divisão político-administrativa do Pará de 143 municípios uma outra divisão segundo a influência das ações políticas o que produziria uma outra cartografia. Uma cartografia do poder à escala global, federal, estadual e municipal permite estudos comparativos acerca de como o sistema de ações conservadoras atua como mediador entre as tensões criadas pelos vetores de transformação que chegam aos lugares e que são representativos da ordem imposta por uma razão global, adrede estabelecida.

Os sistemas de ações conservadoras da tradicional forma de governar no município de Barcarena são comuns à formação territorial brasileira, sobretudo quando levantamos e analisamos os dados que mostram o uso dos espaços públicos em favor do uso particular e privatístico. Entender esse processo, sem dúvida, passa pela necessidade de compreensão, uma interpretação da formação territorial de cada ente da federação e privilegiar o movimento complementar das contradições entre a dinâmica dos territórios visto também à escala do Estado e do mercado, hoje globalizado.

As racionalizações na gestão administrativa, tal como propostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal não ameaçaram a cultura política tradicional até então

reinante na gestão do território de Barcarena. Aqui encontramos os instrumentos de planejamento, transparência e participação popular arrançados de modo a privilegiar a reprodução do sistema de ações conservadoras. No entanto, é preciso analisar tais instrumentos na escala estadual, interpretando de que modo o sistema de ações que possibilita a institucionalização da cultura política tradicional como padrão de gerenciamento do território, mesmo diante do que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto é, faz-se necessário pensar de que modo as densidades técnicas, normativas, informacionais e comunicacionais, características do período atual, propiciam a reprodução da velha cultura política patrimonialista.

Damo-nos conta então que este momento da conclusão é apenas uma pausa para um recomeço. Ela é o momento de avaliar o caminho percorrido, pois precisamos continuar caminhando. Afinal, um saber só faz aumentar as dúvidas, ou no dizer de L. Wittgenstein (1969, § 160) “a criança aprende, acreditando no adulto. A dúvida vem *depois* da crença”.

O reordenamento do território de Barcarena em função da implantação do sistema de engenharia produtor de alumínio primário da Albrás/Alunorte é o evento que demarca dois períodos geográficos na dinâmica territorial de Barcarena. Tomamos para nossa análise o período posterior à implantação da Albrás/Alunorte, singularizado por ações políticas estatais e empresariais que comandaram o processo de implantação desse moderno sistema de engenharia de produção, processo e período em que transforma toda a dinâmica do território barcareense, onde passam a contar o tempo do mundo, um tempo global, regido pelo ritmo do mercado mundial, estranho à solidariedade orgânica, historicamente ritmada pelas ações locais.

À esfera das ações políticas, os discursos sobre a modernização, responsabilidade social, geração de emprego e divisas para o município, que acompanharam esse reordenamento, constituem apenas meios de convencimento, fábulas para tornar permissiva a realização dos interesses da elite tradicional e as finalidades da Albrás/Alunorte. São então estas as finalidades que regulam a ação

estatal, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI-PA), do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) e o capital japonês, representado pela Nipon Aluminium Company (NALCO) e reorganizam os usos do território em Barcarena à despeito dos resultados desfavoráveis para a sociedade local que se viu expropriada da terra, obrigada à migrar, deixar sua área de produção, para inventar outro lugar onde morar.

Assim vimos surgir em Barcarena áreas de ocupação espontânea e ainda que áreas tenham sido planejadas, ambas no entanto são resultados contraditórios de ações cujas finalidades, longe de ser alvo de políticas de habitação, são remédios para as tensões que surgem das incisivas ações das empresas que não vêm outra finalidade no uso do território que não aqueles que lhes tragam retorno dos investimentos. Assim também se transformam as funções sociais e políticas da sede municipal que deixa de exercer o comando político sobre a totalidade dos usos do território para exercer a função de executores da política das empresas.

A Vila dos Cabanos, área planejada para servir aos trabalhadores da empresa, estava organizacionalmente vinculada à dinâmica do *enclave* produtor de alumínio e não à sociedade do lugar. Mas o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce e a competitividade do mercado internacional de alumínio impõem às empresas se desvencilharem dos gastos; ônus que é transferido para o poder municipal. A prefeitura de Barcarena passa então a ter a responsabilidade pela manutenção da infra-estrutura urbana e dos serviços da Vila dos Cabanos. A transferência de gestão assume forma territorial e pode ser avaliada considerando-se a configuração territorial que se pensou para o lugar e os atuais usos que se fazem dele hoje.

O processo de instalação desse sistema de engenharia no município aumentou sua receita nos últimos dez anos, pois atraiu para aí, outras empresas, o que possibilitou a Barcarena integrar o seleto grupo de 6% dos municípios paraenses que têm seu PIB (Produto Interno Bruto)⁶⁹ sustentado, predominantemente, na atividade industrial. Ali a atividade industrial participa com 78,12% na composição do PIB, o setor de serviços com 20,91%, e a agropecuária

⁶⁹ Os dados acerca do produto interno bruto e do aumento das transferências constitucionais para Barcarena encontram-se disponíveis em nível: <<http://www.sepof.pa.gov.br>> Acesso em: 08.06.2005.

contribui com 0,97%. Ainda assim, mesmo tendo aumentado a receita municipal com os repasses de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), as demandas sociais, mesmo não atendidas, pressionam o orçamento municipal.

O montante do orçamento de Barcarena está umbilicalmente dependente da arrecadação e repasse de impostos provenientes da implantação do sistema de engenharia da Albrás/Alunorte. O fato de ter uma fração do território comandada por essas empresas é compensado, por assim dizer, pelo crescimento da receita municipal através do aumento das transferências constitucionais.

A gestão de Laurival Magno Cunha (2001-2004) distribuiu essas receitas entre os muitos programas do Plano Plurianual (2002-2005), elaborados como vimos, de forma centralizadora, sem transparência e participação popular. Programas deslocados das reais demandas da sociedade barcarense, nos quais o verbo “construir” é o mais usado, alardeando um empreendedorismo transformador da cidade num canteiro permanente de obras que são inauguradas ou em ano eleitoral ou em datas festivas, tão-somente com finalidades e interesses próprios da classe hegemônica e politicamente dominante.

As obras são entregues à população como se fossem um presente, uma generosidade do governante. Essa imagem é ainda reforçada pela política de despachos e pelas ações assistencialistas. Assim, o sistema de ações conservadoras reproduz a imagem de que o prefeito e o vereador são os *padrinhos*, os *compadres*, os *patrões* da população, a quem o morador da cidade, o colono camponês, o ribeirinho e o migrante devem recorrer.

Assim é que também a elite governante municipal usa o território como recurso e reproduz um sistema de ações conservadoras, cuja lógica particularista reproduz em Barcarena práticas clientelistas, que vivificam a economia do voto e a política de alianças eleitorais entre as famílias; o mandonismo político, que ameaça com desemprego o funcionário público que não obedecer as ordens da gestão dominante e o patrimonialismo que dissolve os limites entre patrimônio público e interesse privado. De outro lado, são ações políticas que se apropriam das organizações da sociedade civil retirando-lhe a autonomia política, assim como se apropria dos meios de comunicação locais, sobretudo das “rádios de postes” que têm a Secretaria de Comunicação da prefeitura o seu cliente principal, tudo isso

transformando as organizações da população e os meios de comunicação locais no que Louis Althusser (1999), denominou de *aparelhos ideológicos do estado*.

Essas expressões da cultura política tradicional não são exclusivas de Barcarena, mas ali estruturam um sistema de ações conservadoras que define os usos desse território de acordo com os interesses de um pequeno grupo, uma elite que se reveza nos governos do município. É assim que podemos afirmar que, à despeito das novas e modernas normas de regulação da gestão dos gastos públicos, a elite governante reproduz em Barcarena o *poder do atraso* analisado por J.S.Martins (1999), pois é através do sistema de ações conservadoras que os vetores de modernização da gestão territorial, vetores que estabelecem a descentralização e a democratização, são implantados de modo que atendam interesses particulares.

A elite governante cria e recria mecanismos para manter seus privilégios econômicos e políticos. Isto fica claro quando analisamos a persistência das ações conservadoras à despeito do processo de implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão 2001-2004 de Laurival Magno Cunha. Este governo adequou aos seus interesses, o planejamento, a participação popular e a transparência, mecanismos estabelecidos por Lei para garantir a participação da população no comando da gestão do território, mas que aí em Barcarena, não passou de fábula de um processo de modernização, já que a população não tem mesmo acesso às informações, não vê melhorada sua vida, nem mesmo conhece as possibilidades de exercer uma cidadania forte.

Esse tipo ação que não passa de um discurso fabuloso de modernização tem aprofundado a dependência da população em relação às ações assistencialistas e às políticas de despachos. Modernizar, mas conservando a lógica de dominação do sistema; conservar a lógica de dominação do sistema, usando dos processos de modernização. Em ambos, modernizar significa então garantir os privilégios e a realização dos fins estabelecidos, consiste, principalmente, em usar o território de modo mais eficiente para realização das finalidades de poucos em detrimento da maioria.

Modernidade assim parece significar mesmo subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento brasileiro é parte da nossa formação histórica *construída pela luta de classes em cada pedaço do território e pelas influências dessas sobre outros*

territórios. A luta de classes está no centro do subdesenvolvimento e é considerando o uso que as classes fazem do território que podemos entender as aparentes “dicotomias entre o moderno e o tradicional” na dinâmica territorial brasileira⁷⁰. (Oliveira, 2003)

Buscamos assim sustentar a tese de que, em Barcarena, a despeito das “modernas” transformações no uso do território, como a implantação de um sistema de engenharia mundialmente integrado e as novas normas de regulação da gestão da coisa pública, um sistema de ações conservadoras se reproduz, sem que as demandas de toda a população seja atendida. Isto nos mostra que as mudanças na gestão do território não se processam por meio de decretos dissociados da cultura política local. Trata-se primeiramente de reinventar o significado de público e privado, assim como da relação da sociedade civil com essas dimensões da vida cotidiana, por conseguinte, a existência de instrumentos de participação e mecanismos legais de fiscalização não garante por si a gestão democrática do território.

Urge revermos o projeto de modernização excludente e conservadora implantado no Brasil e que tem se reproduzido, com maior ou menor intensidade, em Barcarena, questionar seus objetivos, assim como a que interesses e que usos do território essa tal modernização tem legitimado. Sem isso todo um sistema de ações conservadoras será reproduzido a cada ato de modernização e reforçará o poder do atraso, posto que será capturada pelos interesses tradicionais daqueles que não enxergam outra dimensão da vida que não o *status quo*. Nesta monumental tarefa é imprescindível a análise do uso do território.

Pensar os usos do território é um caminho de análise geográfica seguro para entender como a cidadania é construída ou relegada à segundo plano, como vimos em Barcarena. O entendimento dos usos que fazemos de nosso território é condição para a construção da cidadania e de uma nova moral política. Enquanto o território for palco, produto e condicionante de um sistema de ações conservadoras muito associada a uma dinâmica econômica excludente, nos formamos bem como

⁷⁰ F. de Oliveira (2003, p. 60) aponta ainda que a “originalidade da expansão do capitalismo no Brasil é a introdução relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberando *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo.”

usuários, consumidores mais que perfeitos, ao invés de cidadãos fortes num país rico. (Santos, 1993).

V - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIRA, Alfredo Wagner Berno de. Solidariedades Ameaçadas e a Redefinição do Serviço Público. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro (Orgs). **A Reinvenção do Social. Poder Local e Política de Assistência Social em Belém (1997-2004)**. Belém: Editora Paka-tatu. 2004, pp.39-60.

AMARAL, Márcio Douglas Brito et al. A Outra Face da Cidade-empresa: os assentamentos urbanos na área de influência do projeto Albrás-Alunorte. In: TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda.(Orgs).**Cidade e Empresa na Amazônia. Gestão do Território e Desenvolvimento Local**. Belém. Paka-Tatu. 2002, pp, 237-271.

ALTHUSSER, Louis, **Sobre a Reprodução**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes,1999.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BARCARENA. Lei nº 1889, de 30 de Dezembro de 2001. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2002-2005. **Plano Plurianual**. Barcarena, Pará, 2001a.

_____. Lei Municipal nº 1950, de 30 de Julho de 2001. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária ao exercício financeiro de 2002 e dá outras providências. Barcarena, Pará, 2001b.

_____. Lei Municipal nº 1959, de 28 de Junho de 2002. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2003 e dá outras providências. Barcarena, Pará, 2002.

_____. Lei Municipal nº 1977, de 30 de Junho de 2003. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2004 e dá outras providências. Barcarena, Pará, 2003.

BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio A.G. **Brasil. Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. 3ª Edição. Brasília: Editora da UNB, 1991.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**. São Paulo: Ridel, 2002.

_____. Ministério da Administração federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

_____. Lei nº 8.913, de 12 de Julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. **Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 12 jul. 1994. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8913.htm>>. Acesso em : 29 jan. 2006.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República. Subchefia para Assuntos**

Jurídicos. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2006.

_____. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em : <<http://www.presidencia.gov.br/ccivil/LEIS/L9424.htm>>. Acesso em 29 jan. 2006.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/leis/L8080.htm>>. Acesso em 29 jan. 2006.

_____. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, DF, 28 dez. 1990. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8142.htm>>. Acesso em 29 jan. 2006.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/leis/L8742.htm>>. Acesso em 29 jan. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BRITO, Silvana de Moraes. **Os Donos do Poder no Município de Barcarena: Passado e Presente.** Monografia de Especialização do XV FIPAM. NAEA/UFP^a, 2001.

CASTRO, Flávio R. X. de Moura. (Coord). **Lei de Responsabilidade Fiscal. Abordagens Pontuais. Doutrina e Legislação.** 1ª Edição. 2ª Tiragem. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CARDOSO, Fernando H. Reforma do Estado. In: PEREIRA, Luiz C. B; SPINK, Peter. (Orgs). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2001. p. 15-19.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia.** 5ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

DA MATTA, Roberto. **O Que Faz do Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da Noite. A Prostituição de Meninas-Escravas no Brasil.** São Paulo. Editora Ática, 1995.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via. Reflexões sobre o impasse atual e o futuro da social-democracia.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GOMES. Paulo César da Costa. **A Condição Urbana. Ensaio de Geopolítica da Cidade.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro**. 9ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 1991.

FONTES, Edilza. O peão de trecho e o peão de casa: a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE. In: MAGALHAES, Sonia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; COSTA, Edna Ramos de (Orgs) **Energia na Amazônia. Vol 1**. Belém: MPEG/UFPA, 1996.

IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Ditadura e Agricultura**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

JADER VISITA NOVAS OBRAS EM BARCARENA. Ex-senador aceita convite de prefeito e vê de perto as transformações no município. **Diário do Pará**, Belém, 23. abr. 2002. s/n.

LOBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado e Capital Transnacional na Amazônia: o caso da Albrás-Alunorte**. Belém: UFPA/NAEA, 1996.

MAIA, Maria Lúcia Sá; MOURA, Edila A. Ferreira. Da Farinha ao Alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. Ferreira; MAIA Maria Lúcia Sá. (Orgs). **Industrialização e Grandes Projetos. Desorganização e Reorganização do Espaço**. Belém. Editora Universitária. UFPa. 1995, pp. 223-260.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta**. 2ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

_____. **A Sociabilidade do Homem Simples. Cotidiano e História na Modernidade Anômala**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MILLIBAND, Ralp. Análise de Classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora UNESP. 1999, pp.471-502.

NAHUM, João Santos. **A Amazônia dos PDAs: uma palavra mágica?** 1999. [s/r]. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Belém, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia. Monopólio, Expropriação e Conflitos**. 4ª Edição. Campinas(SP): PAPIRUS, 1993.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **Os Direitos do Antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis(RJ): Editora Vozes, 1998.

_____. **“O momento Lênin”. O Pensamento nas Rupturas da Política**. Relatório Final de Pesquisa Fapesp, São Paulo: Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania .USP/FFLCH; Julho. (2004). (mimeo).

OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. **Utopia de uma Região**. Brasília:SER, 2000.

PEREIRA, L.C. Bresser. Sociedade Civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: PEREIRA, L.C. Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA; Lourdes (Orgs).

Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: Editora Unesp; Brasília; ENAP. 1999, pp.67-116.

_____. **A Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle.** Brasília, DF. MARE, 1997.

PINTO, Lucio Flavio. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia.** 2ª Edição Ampliada. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.

_____. Albrás e Eletronorte assinaram maior contrato de energia do país. Belém, mai. 2004. Disponível:<www.amazonia.org.br/noticia/noticia> . Acesso em: 07 jun. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA. Assessoria de Comunicação. **Informativo do período de 07 a 13 de dezembro de 2005.** Barcarena, Pará. Não Paginado.

_____. **Subsídios para um Estudo da História do Município de Barcarena.** Barcarena, Pará, [s/n],1999, 166 p.

REVISTA PARÁ MAIS. Edição 42. Belém: Editora Círios, 2005.

RIBEIRO, Rosivaldo Furtado. **A Idéia de Progresso em Barcarena (1980-2002).** 2003. 65f. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em História. Universidade Federal do Pará. Belém, 2003.

RODRIGUES, Roberta Menezes. **Vila dos Cabanos: o período de transição. Relações Urbanas e Perspectivas de Gestão.** 1998.60f. Monografia de Especialização do XIII Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas. NAEA/UFPa, 1998.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Por uma Outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 3ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **O Espaço do Cidadão.** 2ª Edição. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 2ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1991.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de (Orgs). **Governança Democrática e Poder Local.A Experiência dos Conselhos Municipais no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

SILVA, Paulo F. e OLIVEIRA, José C. de. **Reformas das Instituições Fiscais: Reflexões sobre o caso do Brasil.** Disponível em:<<http://www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloEconomico/6/lcl1366/lcl/366e.pdf>>. Acesso em: 08. Jun. 2002.

SUDAM. **Plano Urbanístico de Barcarena.** São Paulo: Guedes e Associados, 1980. vol.2.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; OLIVEIRA, Edelweiss. A Política Social da Albrás Destinada às Populações Ribeirinhas. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.Ferreira; MAIA Maria Lúcia Sá. (Orgs).**Industrialização e Grandes Projetos.**

Desorganização e Reorganização do Espaço. Belém. Editora Universitária. UFPa. 1995, p. 261-284.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. *A Company town* do alumínio: concepção e práticas espaciais. In: TRINDADE, JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda.(Orgs).**Cidade e Empresa na Amazônia. Gestão do Território e Desenvolvimento Local.** Belém. Paka-Tatu. 2002, p. 195-235.

VASCONCELOS, Ana Maria de Albuquerque. **Transformações Sociais e Lutas Cotidianas no Laranjal em Barcarena.** Relatório Final de Pesquisa. Belém. UNAMA, 1996.

WITTEGENSEIN, Ludwig. **Da Certeza.** Edição bilíngüe. Rio de Janeiro: Edições 70, 1969.

ANEXO - Sobre as fontes de informação verbal.

A pesquisa de campo foi realizada em Barcarena, intensamente no primeiro quadrimestre de 2005, mas ela começou em janeiro de 2002. Abarcou representantes de instituições da sociedade civil, ou seja, a população organizada do Centro Comunitário e Associação de Moradores do Bairro Pioneiro; do Bairro do Laranjal; Bairro Industrial e Bairro Novo. Centro comunitário e Associação de Moradores da localidade de Vila do Conde; de Vila Nova; de Itupanema; de São Francisco; do Cafezal; do Curupere. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Pará- sub-sede-Barcarena e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena. O Conselho Tutelar; da Assistência Social ; e o Conselho Municipal da Merenda Escolar. Um ex-diretor do Patrimônio Histórico de Barcarena; a ex-secretária da Educação de Barcarena. Gostaríamos de contar com informações de outras entidades representativas da população organizada, tais como o Sindicato da Construção Civil, o Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Vigilantes, o Conselho do Fundef, o e Conselho Municipal da Saúde, além de outros Centros Comunitários e Associação de Moradores do Bairro da Matriz, do Bairro Novo II, do Bairro da Imobiliária, mas os encontros e desencontros da vida cotidiana não possibilitaram, pois sempre me encontrava desenvolvendo uma atividade quando eles estavam “disponíveis” e vice-versa, principalmente os sindicatos.

Nesse grupo, a informação verbal foi concedida com a condição de manter o anonimato, assim no decorrer do texto são usadas estratégias para garantir isso. Efetivamos entrevistas semi-diretivas. Elas não foram realizadas com base num questionário, nem em relato de vida, mas construídas em torno dos temas: influência da Albrás/Alunorte no município, gestão administrativa, participação da população na elaboração do planejamento e transparência administrativa.

O outro grupo que nos forneceu informações verbais é composto de pessoas integrantes ou que integraram a gestão de Laurival Magno Cunha (2001-2004), quer exercendo função no poder executivo ou no poder legislativo, tais como o ex-secretário de finanças da gestão Laurival Magno Cunha e atual vereador Paulo César; o ex-secretário de agricultura da gestão Laurival Magno Cunha e atual vereador Alirio César Magno; o ex- agente distrital de Murucupi e atual vereador Francisco Chaves Pereira; Renato Ogawa; a vereadora Maria das Graças; e a assessora de Comunicação de Barcarena. Gostaríamos de entrevistar os dez vereadores e o prefeito, mas a dificuldade em agendar com eles, mostrou que demandaria mais alguns anos. Dado o exíguo tempo que estes homens públicos nos concederam, as entrevistas foram estruturadas em torno de perguntas abertas:

- 1)- como é elaborado o Plano Plurianual, ou seja, como são escolhidas e estabelecidas as metas deste plano;
- 2)- Como a sociedade participa na elaboração deste plano;
- 3)- Como os vereadores se relacionam com a sociedade barcarenense;
- 4)- Como o vereador se relaciona com a secretaria e com o executivo.